

DOSSIÊ DA ARTICULAÇÃO NACIONAL DOS  
COMITÊS POPULARES DA COPA

# Megaeventos e Violações de Direitos Humanos no Brasil

Moradia – Trabalho – Informação, Participação e  
Representação Popular – Meio Ambiente – Acesso a Serviços  
e Bens Públicos — Mobilidade – Segurança Pública

2ª edição



*“...passei a imaginar: e se a bela imagem do Redentor fosse administrada por quem está no comando do nosso futebol? (...)*

*O entorno seria anexado à sede e, provavelmente, loteado por muitos milhões cada lote, não necessariamente nesta ordem. Tentariam construir um estádio, desde que o BNDES bancasse, é claro.*

*O olhar estaria no Vaticano do futebol que é a sede da FIFA; um sonho e uma paixão platônica de poder. Inventariam uma competição com a participação de localidades que também possuam uma imagem semelhante, cobrando bem de todos os pretendentes. E assim por diante.*

*Se aproximariam também dos poderes constituídos para eventuais benesses extras. Mas sem utilizar a fé como matéria-prima, porque aí seria demais. Basta o amor pelo esporte para hipnotizar desavisados. Eles não são de brincadeira, não. Costuram, caseiam para depois vender o que quer que seja em qualquer feira popular.”*

SÓCRATES BRASILEIRO SAMPAIO DE SOUZA VIEIRA DE OLIVEIRA

1954 – 2011



# Índice Geral

---

1. Introdução	9
2. Moradia	17
2.1. O direito à moradia adequada no quadro jurídico-institucional	17
2.2. Copa, Olimpíadas e direito à moradia	18
2.3. Desinformação e rumores	19
2.4. Ameaças de remoção	23
2.5. Remoções realizadas ou em andamento	28
3. Trabalho	36
3.1. Direito <i>do</i> Trabalho: Condições de trabalho nas obras da Copa	37
3.2. Greves e Paralisações	39
3.3. Direito <i>ao</i> Trabalho	42
3.3.1 Estabelecimentos comerciais no entorno dos estádios e em vias de acesso	42
3.3.2 Trabalhadores informais	44
4. Acesso à Informação, Participação e Representação Populares	50
4.1. Contexto Geral	50
4.2. Estrutura e agências paralelas e excepcionais para os megaeventos	55
4.2.1. Órgãos e entidades deliberativas e a sub-representação popular	56
4.2.1.1. <i>Governamentais</i>	56
4.2.1.2. <i>Empresas</i>	59
4.2.2. Órgãos Consultivos	59
4.2.2.1. <i>Câmaras Temáticas</i>	59
4.2.2.2. <i>Grupos de Trabalho</i>	60
4.2.2.3. <i>Comissões</i>	60
4.2.2.4. <i>Consórcio</i>	61
4.3. Autoritarismo, Sonegação de Informações e Vedação à Participação Popular	61
5. Meio Ambiente	66
5.1. Estudos de Impacto Ambiental e Licenciamento	66
5.2. Redução de APPs e alteração de leis urbanísticas sem estudos de impacto	67
5.3. Simplificação de procedimentos de licenciamento ambiental para projetos de “interesse público”	71
5.4. Economia Verde x Expansão Urbana	72

6. Acesso a serviços e bens públicos e Mobilidade	74
6.1. Acesso a serviços públicos	74
6.2. Acesso a bens públicos	75
6.3. Mobilidade	79
7. Segurança Pública	81
7.1 Arcabouço institucional no Brasil	82
7.2. Exemplos Locais	86
8. Considerações finais	91

## Índice de Boxes

---

Cidade de Exceção	12
Futebol: de paixão popular a negócio	15
Ocupação-comunidade Dandara: Uma luta na mira do poder	22
Morro da Providência: dividir para conquistar	26
Vila Dique: remoção forçada se soma a uma série de violações	35
As empreiteiras e os financiamentos de campanhas eleitorais	39
Acordo Nacional para as Obras da Copa do Mundo e os Jogos Olímpicos	41
Declaração do Fórum de Planejamento da Campanha Cidades pra Todos (as)	42
Xepa é Show! – Porque a Feira é Livre e o Rio é Rua	49
Decisões arbitrárias e sem participação ou controle da sociedade civil nos investimentos milionários em mobilidade	54
O BNDES e a Copa 2014	58
Implementação forçada do projeto do VLT em Fortaleza	63
Ineficácia dos espaços oficiais de participação e recusa de diálogo com as comunidades atingidas pela Avenida Tronco em Porto Alegre/RS	65
Rio de Janeiro, Vila Autódromo: Um Bairro Marcado para Viver	69
Arena Pernambuco: Impacto ambiental sem estudos prévios	73
A Destruição do Núcleo de Terras e Habitação da Defensoria do Rio de Janeiro	76
Advogados do Escritório Frei Tito foram exonerados da Assembléia Legislativa	77
Megaeventos e segurança pública: o que há de novo?	85
Moradores das áreas ocupadas temem o que acontecerá depois dos megaeventos.	89
Os Muros das Favelas Cariocas	90



---

## INTRODUÇÃO

*“Me sinto um otário, porque quando o Brasil ganhou esta porcaria de Olimpíada eu estava na Linha Amarela com meu carro, fiquei buzinando igual um bobão. Agora estou pagando por isso. Isso que é Copa do Mundo? Isso que é espírito olímpico?”*  
(Michel, removido do bairro da Restinga, Rio de Janeiro)

O POVO BRASILEIRO, COMO TODOS OS POVOS DO MUNDO, pratica e ama os esportes. Talvez mais que outros povos do mundo, os brasileiros têm grande paixão pelo futebol. Como também amam suas cidades e recebem com grande hospitalidade e alegria aqueles que, de todas as partes do mundo, vêm nos visitar e conhecer nossa riqueza cultural, nossa música, nosso patrimônio histórico, nossa extraordinária diversidade ambiental, nossas alegrias e também nossas mazelas – a maior das quais é a dramática injustiça social e ambiental que constitui lamentável marca da história e da realidade atual deste imenso país. Um Dossiê sobre a Copa do Mundo 2014, que será sediada por 12 cidades brasileiras<sup>1</sup>, e sobre as Olimpíadas 2016, que se realizarão na cidade do Rio de Janeiro, deveria ter como tema central a prática do esporte, das relações pacíficas, culturais e esportivas entre todos os povos do planeta Terra. Deveria falar da alegria de termos sido escolhidos para sediar estes dois grandes eventos.

Mas não é disso que trata este Dossiê. Preparado pela Articulação Nacional dos Comitês Populares da Copa, ele fala do lado obscuro destes megaeventos. Ele fala das 170 mil pessoas, segundo estimativas conservadoras, cujo direito à moradia está sendo violado ou ameaçado. Ele fala de milhões de cidadãos a quem o direito à informação e à participação nos processos decisórios tem sido atropelado pelas autoridades constituídas, assim como por entidades privadas (Comitê Olímpico Internacional, Comitê Olímpico Brasileiro, comitês organizadores locais dos eventos) e grandes corporações, a quem os governos vêm delegando responsabilidades públicas. Ele fala de desrespeito sistemático à legislação e aos direitos ambientais, aos direitos trabalhistas e ao direito ao trabalho, aos direitos do consumidor.

Ele fala do desperdício dos recursos públicos, que deveriam estar sendo destinados a atender às necessidades da nossa população: déficit habitacional de 5.500.000 moradias

---

<sup>1</sup> Manaus, Cuiabá, Fortaleza, Natal, Recife, Salvador, Rio de Janeiro, Belo Horizonte, Brasília, São Paulo, Curitiba, Porto Alegre

e 15.000.000 de domicílios urbanos destituídos das condições mínimas de habitabilidade (saneamento, infraestrutura urbana, etc). Para não falar da precariedade de nossos sistema de saúde e educação pública.

Tão ou mais grave que a verdadeira farra privada com recursos públicos é a instauração progressiva do que vem sendo qualificado como *cidade de exceção*. Decretos, medidas provisórias, leis votadas ao arrepio da lei e longe do olhar dos cidadãos, assim como um emaranhado de sub-legislação composto de infinitas portarias e resoluções constroem uma institucionalidade de exceção. Nesta imposição da norma ad hoc, viola-se abertamente o princípio da impessoalidade, universalidade e publicidade da lei e dos atos da administração pública. Interesses privados são favorecidos por isenções e favores, feitos em detrimento do interesse público. Empresas privadas nacionais e internacionais submetem a nação e as cidades a seus caprichos – melhor dizer, interesses. Nestas operações, que a linguagem oficial chama de parcerias público-privadas, o público, como é sabido, fica com os custos e o privado com os benefícios. Afinal de contas, os promotores dos megaeventos falam de esporte mas tratam de negócios.

O dossiê pretende chamar a atenção das autoridades governamentais, da sociedade civil brasileira e das organizações de defesa dos direitos humanos, no Brasil e no exterior, para o verdadeiro legado que estes eventos nos deixarão: destruição de comunidades e bairros populares, aprofundamento das desigualdades urbanas, degradação ambiental, miséria para muitos e benefícios para poucos. Ele pretende, sobretudo, convocar os movimentos populares, sindicatos, organizações da sociedade civil, defensores dos direitos humanos, homens e mulheres que amam e buscam a justiça social e ambiental, a se somarem aos Comitês Populares da Copa e das Olimpíadas. Que estes comitês se multipliquem, nas cidades que sediarão os jogos, mas também em outras cidades. Em cada bairro, em cada escola, nas universidades e nos locais de trabalho, nos sindicatos e nos movimentos sociais, nos grupos e associações culturais, os cidadãos estão convidados a discutir como devem ser a Copa e as Olimpíadas que desejamos.

Não temos a pretensão de impedir que as competições ocorram. Mas queremos que a bola somente comece a rolar nos gramados após a reparação de todos os direitos já violados. Que o apito inaugural não soe enquanto os projetos associados à Copa e às Olimpíadas não tiverem sido objeto de debate público e não estiver garantida a permanência e a segurança a todas as comunidades e bairros populares. Que nenhuma medalha seja entregue enquanto a legislação trabalhista não estiver sendo integralmente respeitada. Que ninguém seja perseguido por trabalhar no espaço público. Que favores e isenções sejam suspensos e que se garanta a preservação do meio ambiente. Que o espetáculo somente se inicie quando os torcedores e consumidores tenham seus direitos respeitados. E, não menos importante, quando os promotores da Copa e das Olimpíadas assumirem o

compromisso de que os custos privados serão pagos pelos capitalistas privados, e não com recursos públicos.

É disso também que fala este dossiê. Da legitimidade incontestável dos cidadãos de lutarem por seus direitos sem serem criminalizados. Do direito de responsabilizarem as autoridades que abusarem de seu poder e de substituírem o arbítrio e a violência pelo princípio da democracia participativa, responsabilização dos servidores públicos e dos direitos humanos, inscritos em nossa Constituição e nos tratados internacionais assinados pelo Brasil.

Apesar das dramáticas realidades que descreve e das violências que denuncia, este Dossiê não é uma lamentação mas um convite, uma conclamação à luta, à resistência. Copa e Olimpíadas não justificam a violação de direitos humanos. Nenhum direito pode ser violado a pretexto dos interesses e emergências que pretendem impor ao povo brasileiro, em particular nas cidades que sediarão os megaeventos. A Articulação Nacional dos Comitês da Copa e das Olimpíadas convida todos os cidadãos a participarem da luta para que tenhamos COPA E OLIMPÍADAS COM RESPEITO À CIDADANIA E AOS DIREITOS HUMANOS!



MANIFESTAÇÃO COMITÊ POPULAR DA COPA DE CURITIBA

## CIDADE DE EXCEÇÃO

“O totalitarismo moderno pode ser definido, nesse sentido, como a instauração, por meio do estado de exceção, de uma guerra civil legal que permite a eliminação física não dos adversários políticos, mas também de categorias inteiras de cidadãos que, por qualquer razão, pareçam não integráveis ao sistema político”

(Giorgio Agambem; Estado de exceção. São Paulo, Boitempo, 2004, p. 13)

Conhecida como “Ato Olímpico”, a Lei n. 12.035/2009<sup>1</sup> é a primeira de uma longa lista de medidas legais e normativas que instauram as bases de uma institucionalidade que não pode ser compreendida senão como uma infração ao estado de direito vigente. Nesta lei, entre outras coisas, são asseguradas condições excepcionais e privilégios para a obtenção de vistos, exercício profissional de pessoal credenciado pelo COI e empresas que o patrocinam, cessão de patrimônio público imobiliário, proteção de marcas e símbolos relacionados aos jogos, concessão de exclusividade para o uso (e venda) de espaços publicitários e prestação de serviços vários sem qualquer custo para o Comitê Organizador. Ademais, num capitalismo do qual o risco teria sido totalmente banido, a lei autoriza genericamente “destinação de recursos para cobrir eventuais déficit operacionais do Comitê Organizador dos Jogos Rio 2016”.

Segue-se, a partir daí, nos níveis federal, estadual e municipal, uma interminável lista de leis, medidas provisórias, decretos, resoluções, portarias e atos administrativos de vários tipos que instauram o que vem sendo chamado de “cidade de exceção”. Todas as isenções fiscais e tributárias são oferecidas às entidades organizadoras, mas também a uma infinidade de “cidadãos mais iguais” que não precisam pagar impostos, tributos territoriais e taxas alfandegárias. Planos diretores e outros diplomas, muitos resultantes de longos e ricos debates na sociedade, caducam em ritmo vertiginoso diante do apetite de empreiteiras, especuladores imobiliários, capitais do setor hoteleiro e turístico e, evidentemente, patrocinadores dos megaeventos.

Ao mesmo tempo, enormes extensões de bem localizadas terras públicas são entregues a grandes empresas, quase de mão-beijada, quando a Lei Federal n. 11.124/2005, determina claramente a “utilização prioritária de terrenos de propriedade do Poder Público para a implantação de projetos habitacionais de interesse social”. Em aberta violação à legislação, são aprovadas doações, concessões e operações urbanas que nada têm a ver com o interesse público ou com prioridades sociais. No Rio de Janeiro, por exemplo, o Decreto Municipal n. 30.379/2009, estabelece que o Poder Executivo “envidará todos os esforços necessários no sentido de possibilitar a utilização de bens pertencentes à administração pública municipal, ainda que ocupados por terceiros, indispensáveis à realização dos Jogos Rio 2016”. Assim, vê-se o poder público mobilizado para “limpar” terras públicas de habitação popular e entregar estas áreas à especulação imobiliária, em nome da viabilização dos eventos.

<sup>1</sup> O Ato Olímpico é seguido pela Lei n. 12.396/2011, que instituiu a Autoridade Pública Olímpica, responsável por coordenar e planejar todas as intervenções governamentais para a realização dos jogos na cidade do Rio de Janeiro.

Em triste evocação do que foram os tempos cinzentos da ditadura militar, o poder público cria um aparato de segurança especial (Secretaria Extraordinária de Segurança para Grandes Eventos, Decreto n. 7.536/2011). Para completar o cenário de exceção, uma nova tipificação penal e juizados especiais são previstos na Lei Geral da Copa.

Para um país que há menos de 30 anos estava submetido à ditadura, a violação sistemática de nossa legalidade e a implantação da cidade de exceção constituem legados inaceitáveis.

### **Garantias Governamentais para uma Copa Privada**

O ano de 2007 é um importante marco nesse processo, quando o então presidente Luiz Inácio Lula da Silva, acompanhado de onze ministros e do Advogado-Geral da União, assina o Documento de Garantias Governamentais<sup>2</sup>, contrato particular de adesão estabelecido com a Federação Internacional de Futebol Associado (Fifa), através do qual o Brasil se comprometeria a atender incondicionalmente a todas as exigências da entidade, numa relação de grave subserviência política. Tais “garantias” concretizam, na prática, o clamor de empresas, consórcios e instituições financeiras envolvidas por maior segurança jurídica em suas transações e investimentos. Numa análise técnica, esses compromissos podem ser considerados inválidos, uma vez jamais foram oficialmente publicizados e que desconsideram o procedimento regulamentado pelo art. 49, I, da Constituição Federal<sup>3</sup>. É importante lembrar também que todas as cidades-sede assumiram obrigações similares por meio dos chamados Host City Agreements.

O principal desdobramento disso, na esfera federal, foi a aprovação, em maio de 2012, da Lei Geral da Copa. Durante os nove meses de tramitação do Projeto no Congresso Nacional, sua redação original sofreu diversas alterações, em grande medida fruto da mobilização e incidência política da sociedade civil em repúdio à flexibilização, suspensão e desconstituição de direitos sociais e fundamentais que significam um considerável retrocesso político. Houve veto presidencial a apenas quatro itens, nem todos positivos. Entre eles a questão dos “ingressos populares” e o procedimento especial de visto para estrangeiros. Além de liberar a utilização de “trabalho voluntário” pela Fifa nos jogos, a presidente Dilma também rechaçou as suspensões de normas locais de benefícios ao consumir. Apesar disso, não houve oportunidade de discussão ampliada sobre os aspectos críticos da Lei ou participação formal dos principais grupos afetados pelas novas regras, resultando num diploma eivado de contradições e inconstitucionalidades, as quais podem ser sintetizadas em sete eixos de destaque. (ver imagem).

A Lei Geral da Copa, contudo, não é tão “geral” assim. Em primeiro lugar, porque, longe de proteger o interesse público, ela tem por base compromissos comerciais, ou seja, interesses privados muito específicos. E ademais, não é a primeira e pode não ser a última das leis editadas sobre o assunto. Inúmeras formas de isenção fiscal, por exemplo, têm sido disciplinadas em diplomas como o Decreto n. 7.578/2011, ao lado de alterações nos limites de endividamento dos municípios para ações relacionadas à Copa do Mundo e Olimpíadas (Lei n. 12.348/2010).

Igualmente central na engenharia jurídica dos megaeventos é a Lei n. 12.462/2011, que instituiu o Regime Diferenciado de Contratações Públicas (RDC), um verdadeiro atalho à Lei de Licitações pelo qual vultosas somas de recursos públicos podem ser transferidos à iniciativa privada e que, não por acaso, efetivou-se através de Medida Provisória.

No horizonte futuro, é possível divisar ao menos outros dois Projetos de Lei de iniciativa do Senado Federal portadores de ameaças da mesma natureza. Enquanto o PLS n. 394/2009 propõe que símbolos, expressões e apelidos como “Seleção Brasileira de Futebol” e “Seleção Canarinho” sejam utilizadas somente pela Confederação Brasileira de Futebol (CBF), o PLS n. 728/2011 restringe o direito à greve a partir de três meses antes do início da Copa do Mundo, abre a possibilidade de proibição administrativa de ingresso de torcedores em estádios por até 120 dias, instaura uma série de novos crimes – entre eles, o tipo penal de “terrorismo”, hoje inexistente no Brasil, com pena de até 30 anos de reclusão – e prevê tanto justiça especiais quanto procedimentos de urgência para julgá-los.

Alardeados como transitórios, esses instrumentos não deixam de apresentar o risco de serem incorporados definitivamente no ordenamento brasileiro, depois de experimentados no laboratório jurídico dos megaeventos. A amplitude, gravidade e celeridade dessas transformações é o que permite configurá-las como um quadro de exceção, “a forma legal daquilo que não pode ter forma legal”, nas palavras do filósofo Giorgio Agambem.

LEI GERAL DA COPA APROVADA

## OS PARLAMENTARES JURARAM DEFENDER A CONSTITUIÇÃO... MAS NÃO CUMPRIRAM.



EXIGÊNCIAS DA FIFA PROPOSTAS NA LEI GERAL DA COPA	VIOLAM	A CONSTITUIÇÃO FEDERAL BRASILEIRA
Meia-entrada de idosos e estudantes apenas na "categoria popular", o mais barato; liberação da "venda casada" de entradas com pacotes turísticos; Fifa não é obrigada a cumprir normas locais de defesa do consumidor na compra dos ingressos para os jogos.	✘	Direitos do consumidor (art. 5º, XXXII e art. 170, V)
Permissão para a criação de Zonas de Exclusão, com restrição ao comércio de rua e à circulação de pessoas num raio de 2 km no entorno de estádios de jogos e treinos, fan fests e outros locais (Cap. 2, Seção II)	✘	Direito ao trabalho (art. 5º, XIII e art. 6º, caput) e Direito de ir e vir (art. 5º, XV)
Privatização e exclusividade da exploração comercial de símbolos, emblemas e mascotes da seleção brasileira e do Brasil, sem controle da sociedade ou do Instituto Nacional de Propriedade Industrial (Cap. 2, Seção I)	✘	Proteção do patrimônio cultural brasileiro (art. 216)
Proibição de aulas nas redes de ensino público e privado durante o Mundial de 2014 (art. 64).	✘	Direito à educação (art. 205)
Criação de crimes especiais (Cap. 8) e sanções civis (Cap. 2, Seção IV) para reserva de mercado, publicidade e propaganda.	✘	Liberdade de expressão (art. 5º, IX) e livre iniciativa (art. 170, caput)
Limitações à captação e transmissão de imagem e som (Capítulo 2, Seção III)	✘	Liberdade de imprensa e de informação jornalística (art. 220, par. 1º)
Responsabilidade geral do Estado por "quaisquer danos e prejuízos" com acidentes de segurança, devendo a União Federal indenizar a FIFA (Cap. 4)	✘	Conservação do patrimônio público (art. 23, I)

A Lei Geral da Copa 2014 é inconstitucional!

## FUTEBOL: DE PAIXÃO POPULAR A NEGÓCIO

Os debates sobre os impactos da Copa do Mundo costumam acontecer longe das quatro linhas. Quando avaliamos as conseqüências negativas das transformações levadas a cabo para viabilizar o evento, em geral relegamos a um segundo plano os efeitos que atingem a atividade que serve de pretexto para isso tudo: o próprio futebol.

As imposições culturais que acompanham as reformas dos estádios não podem ser menosprezadas, uma vez que têm conseqüências inestimáveis, imensuráveis e de difícil reparação. A cultura, os costumes, a criatividade e a forma de se organizar e se manifestar do torcedor de futebol brasileiro estão sendo violentamente impactados e transformados. O esporte – que por aqui virou paixão nacional e um símbolo de participação popular – corre o risco de, no caminho para 2014, ser reduzido a um negócio rentável para seus “donos” e um serviço prestado a seus “consumidores”.

Em 1950, ano de realização da primeira Copa do Mundo no Brasil, o futebol já era uma verdadeira febre entre os brasileiros. Construído para este torneio, com capacidade oficial de 155 mil pessoas, o estádio do Maracanã foi uma das principais obras já feitas no país. O “Maior do Mundo” consagrou uma divisão setorial que já era encontrada nos principais estádios: Geral, Arquibancada, Cadeiras Numeradas, Camarotes e Tribuna de Honra, esta última reservada para autoridades e personalidades. Se, por um lado, este desenho era uma representação da segregação econômica, social e política do país, por outro, garantia a participação de todos na plateia do mesmo espetáculo. Na partida final da Copa de 1950, registros dão conta de que cerca de 203 mil brasileiros assistiram *in loco* o Brasil ser derrotado pelos uruguaios, número que, na época, representava 8,5% da população da cidade do Rio de Janeiro.

É importante que se registre, também, que a divisão garantia a maior parte do estádio a torcedores das classes baixa e média: enquanto 93 mil e 500 lugares estavam reservados para *arquibaldos*, e 30 mil para *geraldinos*, somente 1,5 mil ingressos eram colocados à venda para aqueles que quisessem se dar ao luxo de ir de camarote. Somadas, arquibancada e geral acomodavam 80% do público.

---

**“203 mil pessoas viram a final da Copa de 50, o equivalente a 8,5% da população do Rio. Arquibancada e Geral acomodavam 80% do público”**

---

Durante décadas, estádios como o Maracanã e tantos outros pelo Brasil se transformaram em espaços míticos que reuniram brasileiros de todas as classes sociais. avós, pais, filhos, netos e bisnetos comungaram da paixão pelo futebol e da experiência festiva, musical e catártica de estar em um estádio. Mais que isso, moldaram e desenvolveram formas de torcer próprias de cada região e cada cidade, identidades culturais que nos marcam como brasileiros e como sujeitos de nossos costumes e manifestações locais.

**O processo de elitização, privatização e ‘europeização’ do futebol** A partir da década de 1990, sob o discurso da ‘ordem’ e do ‘desenvolvimento’, e sob o argumento da adequação dos estádios brasileiros a padrões europeus de ‘segurança’, ‘conforto’ e ‘consumo’, uma campanha pela elitização e pela privatização do futebol é levada a cabo por clubes, federações, CBF e FIFA, em parceria com empresas patrocinadoras do esporte, corporações de mídia e com o apoio de governos.

No fim daquela década, o preço dos ingressos das partidas aumenta em níveis superiores à inflação, e alcança, hoje, valores inviáveis para famílias de trabalhadores de classes baixa e média-baixa. É assim também que a capacidade dos estádios vai sendo diminuída a partir de reformas milionárias nos maiores estádios do país. Se antes mais de 100 mil pessoas assistiam com segurança aos jo-

gos em estádios como Maracanã e Mineirão, agora a capacidade de público cai praticamente pela metade, deixando mais pessoas do lado de fora da festa. Nesse caminho, os setores populares vão sendo sumariamente extintos.

A Copa do Mundo de 2014 vem sendo tomada por seus promotores como a oportunidade para o agravamento e a aceleração do processo de elitização. As exigências da FIFA, somadas à ganância e à influência política e econômica de grandes empresas, possibilitaram uma reconfiguração completa dos maiores estádios das capitais que receberão os jogos. Os “palcos” dos jogos estão todos sendo desenhados dentro de uma perspectiva européia de assistência das partidas e de comportamento dos torcedores. A abordagem mercadológica transforma os antigos “templos” do futebol em “arenas multiuso”, com “currais” *Víps*, poltronas acolchoadas e patrocínios de grandes marcas e grandes corporações. A razão é óbvia: estes empreendimentos geram enormes lucros tanto para empreiteiras responsáveis pela construção quanto para corporações que futuramente assumirão a exploração dos estádios. E como se não bastasse, o processo de privatização prevê a demolição, pelo futuro concessionário, da pista de atletismo Célio de Barros para dar lugar a um estacionamento. Bela maneira de incentivar o esporte olímpico, não é mesmo?

Novamente, o caso do Maracanã é emblemático. De 1999 a 2006, cerca de R\$ 400 milhões foram gastos pelo governo do Rio de Janeiro em reformas que prometiam deixar o estádio pronto para o chamado “padrão FIFA” e para a Copa de 2014. Em meados de 2010, no entanto, o Maracanã foi novamente fechado para “reformas”. Na realidade, o estádio foi praticamente implodido, permanecendo apenas sua estrutura, tombada pelo IPHAN (Instituto do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional). A reconstrução sairá a um custo total estimado em R\$ 1 bilhão, mas que será provavelmente superado. Não satisfeito em demolir o velho Maraca – onde tantos riram e choraram juntos – e de jogar no lixo o dinheiro público investido nas últimas reformas, o governo já anunciou, sem pudor, que o “Novo Maracanã” será concedido à iniciativa privada, que, sem investir um único centavo, acabará embolsando os lucros e poderá explorar as receitas da forma que bem entender.

Sem a geral dos estádios, “assassinadas” arbitrariamente, morrem também as manifestações populares bem-humoradas que se consagraram ali. Sem as arquibancadas, espaços de criação coletiva das torcidas, transformados em setores de cadeiras numeradas com lugares marcados – inclusive com a proibição de assistir o jogo em pé –, vão sendo inviabilizados elementos e ‘brincadeiras’ que só eram possíveis com a mobilidade dentro dos estádios, como as coreografias, o baile de bandeiras nos bambus, os “bandeirões” e as bandas musicais e baterias percussivas.

O resultado de todo este processo, observado de forma similar em todos os estádios da Copa, não é apenas o afastamento das classes populares dos locais das partidas, mas também a violenta asfixia de uma das mais ricas e autênticas manifestações da cultura popular brasileira.



MANIFESTAÇÃO DO COMITÊ POPULAR DA COPA E OLIMPÍADAS RIO DE JANEIRO: "O MARACA É NOSSO". FOTO: FERNANDA RABELO



MARACANÃ JÁ DESCARACTERIZADO COM AS OBRAS DA REFORMA. FOTO: GENILSON ARAÚJO.

---

## MORADIA

O CRESCIMENTO DAS CIDADES BRASILEIRAS e a fragilidade das políticas habitacionais durante todo o século XX resultaram num déficit de cinco milhões e meio de unidades e em mais de quinze milhões de domicílios urbanos duráveis inadequados, segundo estimativas oficiais para 2008<sup>2</sup>.

Este déficit representa aproximadamente 10 a 11% dos domicílios particulares permanentes nas capitais do Nordeste brasileiro e de 6 a 8% nas capitais do Sul e Sudeste. A espantosa cifra relativa aos domicílios inadequados deve-se à carência de infraestrutura em 71% dos casos, à inadequação fundiária (11%), ao adensamento excessivo (9%) e a domicílios sem banheiro (5%) ou com cobertura inadequada (4%).

### 2.1. O direito à moradia adequada no quadro jurídico-institucional

*“Assegurar que a reestruturação urbana que antecede a Copa de 2014 e as Olimpíadas de 2016 sejam apropriadamente reguladas para evitar remoções e despejos forçados e fazer todo esforço para assegurar que os eventos futuros tragam benefícios duradouros para os moradores urbanos mais pobres e marginalizados”*

(Recomendação do Conselho de DHs da ONU ao Brasil no âmbito da Revisão Periódica Universal – maio 2012)

No âmbito internacional, o Pacto Internacional pelos Direitos Econômicos, Sociais e Culturais (adotado pela XXI Sessão da Assembléia-Geral das Nações Unidas, em 19 de dezembro de 1966 e subscrito pelo Brasil em 1992) estabelece em seu artigo 11 o direito à moradia adequada, que o Comentário Geral nº. 4 da Organização das Nações Unidas melhor especifica, fazendo menção à segurança jurídica da posse (em que se protege o cidadão das remoções forçadas e ameaças), à disponibilidade de serviços e infraestrutura, ao custo da moradia acessível, e à habitabilidade, acessibilidade, localização e adequação cultural da habitação.

---

<sup>2</sup> [http://www.cidades.gov.br/images/stories/ArquivosSNH/ArquivosPDF/DHB\\_2008\\_Final\\_2011.pdf](http://www.cidades.gov.br/images/stories/ArquivosSNH/ArquivosPDF/DHB_2008_Final_2011.pdf).

No âmbito nacional, a Constituição Federal de 1988 estabelece a moradia como direito social fundamental, cria a função social da propriedade e estabelece as diretrizes da política urbana, enquanto o Estatuto da Cidade (2001) torna obrigatórios os planos diretores – em que deve ser tratada a questão habitacional – para cidades acima de 20.000 habitantes. Ainda, a Lei 11.124, de 16 de junho de 2005, dispõe sobre a utilização prioritária de terrenos de propriedade do Poder Público para a implantação de projetos habitacionais de interesse social.

## **2.2. Copa, Olimpíadas e direito à moradia**

Se a questão habitacional no Brasil já é grave por si só, a realização da Copa do Mundo 2014 em doze cidades e das Olimpíadas 2016 no Rio de Janeiro agrega um novo elemento: grandes projetos urbanos com extraordinários impactos econômicos, fundiários, urbanísticos, ambientais e sociais. Dentre estes últimos sobressai a remoção forçada, em massa de cerca de 170.000 pessoas<sup>3</sup>. Dentre os inúmeros casos levantados pelos Comitês Populares da Copa, emerge um padrão claro e de abrangência nacional: as ações governamentais são, em sua maioria, comandadas pelo poder público municipal com o apoio das instâncias estaduais e, em alguns casos, federais, tendo como objetivo específico a retirada de moradias utilizadas de maneira mansa e pacífica, ininterruptamente, sem oposição do proprietário e por prazo superior a cinco anos (premissas para a usucapião urbana). Como objetivo mais geral, trata-se de limpar o terreno para grandes projetos imobiliários com fins especulativos e comerciais.

Via de regra são comunidades localizadas em regiões cujos imóveis passaram, ao longo do tempo, por processos de valorização, tornando-se objeto da cobiça dos que fazem da especulação com a valorização imobiliária a fonte de fabulosos lucros. Evidentemente, os motivos alegados para a remoção forçada são outros: favorecer a mobilidade urbana, preservar as populações em questão de riscos ambientais e, mesmo, a melhoria de suas condições de vida, ainda que a sua revelia e contra sua vontade.

As estratégias utilizadas uniformemente em todo o território nacional se iniciam quase sempre pela produção sistemática da desinformação, que se alimenta de notícias truncadas ou falsas, a que se somam propaganda enganosa e boatos. Em seguida, começam a aparecer as ameaças. Caso se manifeste alguma resistência, mesmo que desorganizada, advém o recrudescimento da pressão política e psicológica. Ato final: a retirada dos serviços públicos e a remoção violenta.

---

<sup>3</sup> Este número é uma estimativa feita por pesquisadores e pela Articulação Nacional dos Comitês da Copa e das Olimpíadas. Até agora o governo se recusou a informar quantas são as pessoas que se pretende remover de suas casas e bairros. A desinformação, como se verá a seguir constitui, ela mesma, uma forma de violação dos direitos humanos.

Em todas as fases há uma variada combinação de violações aos direitos humanos: direito à moradia e direito à informação nestas situações caminham juntos, como juntas caminham as violações que se concretizam. Desta forma, este relatório optou por apresentar os casos segundo as categorias ‘desinformação e rumores’, ‘ameaças de remoção’ e ‘remoções realizadas ou em andamento’, lembrando que em áreas extensas de um mesmo projeto, diferentes subáreas estão sujeitas a diferentes estratégias que, combinadamente, aumentam o terror e a pressão.

### 2.3. Desinformação e rumores

É situação recorrente que muitas famílias residentes em imóveis sujeitos à remoção em decorrência da preparação das cidades para os jogos da Copa do Mundo de 2014 fiquem sabendo que terão suas casas demolidas através de notícias de jornal, de observação das mudanças e obras que se iniciam nos arredores de suas casas ou quando são informalmente abordadas por agentes da Prefeitura negaceando suas verdadeiras tarefas, e não através do Poder Público diretamente. O comportamento dos poderes públicos locais demonstra total falta de respeito aos moradores dos imóveis que estão em áreas de interesse das obras,



ATO PÚBLICO DO COMITÊ POPULAR DA COPA DE FORTALEZA. FOTO: MÁRCIO ALAN.

uma vez que a falta de informação e notificação prévia geram instabilidade e medo com relação ao futuro das famílias, além de ferir diretamente o direito humano à moradia.

Diversas obras planejadas para a cidade de Curitiba e região metropolitana acarretarão remoção de milhares de imóveis: Corredor Metropolitano, Requalificação da Av. Marechal Floriano Peixoto (Divisa com São José dos Pinhais), Requalificação da Rodoferrviária e Acessos, Vias de Integração Radial – Av. da Pedreira/Av. da Integração, Corredor Aeroporto-Ferrovária, Ampliação do Aeroporto Internacional Afonso Pena, Estádio Joaquim Américo Guimarães – Arena da Baixada e Metrô Curitibano. Embora não haja estimativas oficiais, o Comitê Popular da Copa de Curitiba estima as remoções na região metropolitana entre 2.000 a 2.500 famílias. Há casos de desapropriações formais e outros sem informação quanto ao mecanismo de remoção. Em sua maioria atingem áreas de baixa renda da cidade.

De acordo com levantamento parcial, 1.175 imóveis serão afetados pelo trecho principal do Corredor Metropolitano, que atingirá uma extensão de 52 km, com execução de obras viárias e implantação de faixa exclusiva para ônibus, interligando os municípios de Curitiba, Almirante Tamandaré, Pinhais, Colombo, São José dos Pinhais, Piraquara, Fazenda Rio Grande e Araucária.

As obras de ampliação originalmente cogitadas para o Aeroporto Internacional Afonso Pena haviam sido adiadas para 2018, pois dependiam da desapropriação de uma área total de mais de 857 mil metros quadrados, a cargo do Estado do Paraná (que disporia de apenas 10 dos 80 milhões de reais necessários, segundo a Secretaria de Infraestrutura e Logística do Paraná). Informações oficiais recentes, contudo, indicam um conjunto de intervenções maior do que apenas a área de estacionamento em execução no momento. Caso o projeto inicial seja retomado, os impactos alcançarão as vilas – Jardim Suissa, Vila Quisissana, Nova Costeira, Costeira, Rio Pequeno e Bairro Jurema –, com mais de 1.000 pessoas atingidas, em 320 casas ao longo de 280 lotes.

Em Belo Horizonte, na audiência pública sobre os impactos sociais da Copa 2014, representantes da ocupação-comunidade Dandara relataram que há rumores de que existe um projeto de construção de um centro de treinamento de futebol e hotel na área. Outro empreendimento imobiliário previsto para ser parcialmente concluído até 2014 é o complexo urbano na Granja Werneck ou Mata do Isidoro, na regional Norte de Belo Horizonte, uma área verde que se estende por cerca de 10 milhões de metros quadrados. Conforme relatado no capítulo Meio Ambiente e de acordo com reportagem do jornal Hoje em Dia (FRANCO, 2011), o projeto prevê a construção de até 75 mil apartamentos, sendo que parte destes deve ficar pronta até 2013 e seria chamada “Vila da Copa”, pois serviria inicialmente como alojamento de delegações, jornalistas e turistas da Copa do Mundo 2014. Representantes da comunidade quilombola Mangueiras, localizada dentro

da Mata do Isidoro, demonstraram profunda preocupação quanto ao futuro incerto da comunidade<sup>4</sup>.

Em Fortaleza, por sua vez, várias comunidades, ultrapassando 15.000 famílias, já são atingidas por rumores não confirmados oficialmente, como os relativos aos empreendimentos PREURBIS (Programa de Urbanização com Inclusão Social) dos Rios Cocó, Maranguapinho e Vertente Marítima, com orçamento estimado em R\$ 118 bi. Com o alegado objetivo de regularização fundiária e melhoria habitacional, suspeita-se, com base em processos ambientais, que serão atingidas as comunidades do Rio Cocó, Boa Vista, São Sebastião, Gavião, Do Cal, TBA e do Rio Maranguapinho, Bairro Bom Sucesso, Lumes, Santa Edwiges, Pedreiras, Chuí, Bairro Granja Portugal, Belém, Parque Olivândia I, Parque Olivândia II, Menino Deus e Dr. Seixas.

Neste caso seriam 9.422 famílias, a menor parte a ser reassentada em conjuntos na região metropolitana e a maior parte indenizada e sem previsão de qualquer alternativa residencial. Já no âmbito do PROMURB (Projeto de Melhorias Urbana e Ambiental) do Rio Cocó / Metrô–Fortaleza e entorno, seriam atingidas 3.500 famílias. No similar Projeto Vila do Mar – Pirambu, Cristo Redentor e Barra do Ceará, várias famílias já foram removidas e há mais 1.434 famílias com deslocamento compulsório projetado. Por sua vez, no projeto Aldeia da Praia (no Serviluz), que não consta no pacote das obras para a Copa, há mais de 1.600 casas marcadas para sair.

Em Manaus, a obra viária para o BRT deverá atingir 900 famílias compreendendo três bairros da zona leste da cidade: São José, Tancredo Neves e Mutirão. Até o momento não há informação oficial à respeito. O detalhamento do projeto está em fase final de conclusão, pois recebeu contestações do Tribunal de Contas da União, a Prefeitura Municipal, responsável pela obra, não tem disponibilizado informações, gerando um clima de incerteza entre moradores das comunidades. Outra obra viária projetada para cidade é o VLT (Veículo Leve sobre Trilhos) que implicará remoções, contudo não há nenhum dado oficial disponível. O Comitê Popular da Copa e o Ministério Público Federal no Amazonas (MPF/AM), já solicitarão informações aos órgãos públicos, e deverão entrar com ação contra o início das obras caso o destino das famílias permaneça incerto.

Em São Paulo, a comunidade do Jardim Paraná, estabelecida desde 1994 distrito da Brasilândia, abriga cerca de 9.000 famílias. Há rumores de que mais de 1.000 correriam o risco de ser removidas para dar lugar às obras do trecho norte do Rodoanel. Nenhum morador recebeu intimação ou algum comunicado oficial sobre as obras.

---

<sup>4</sup> <http://conflitosambientaismg.lcc.ufmg.br/info.php?id=494>

## OCUPAÇÃO-COMUNIDADE DANDARA: UMA LUTA NA MIRA DO PODER



Desde abril de 2009 cento e cinquenta famílias ocupam um terreno abandonado de 400 mil m<sup>2</sup> na periferia de Belo Horizonte, com dívida tributária na casa dos R\$18 mi, fundando a comunidade Dandara, em homenagem à companheira de Zumbi dos Palmares. À noite, contrariando a legislação e sem liminar de reintegração de posse a Polícia Militar tenta despejar os ocupantes. Seguem-se três dias de investida incessante com cerca de 150 homens do batalhão de choque explodindo bombas, lançando gás-pimenta e destruindo barracos com vôos rasantes de helicóptero, ao que a comunidade respondia com pedras e seus próprios corpos, resultando em vários feridos e três presos. A ocupação resiste e o Tribunal de Justiça do Estado de Minas Gerais concede liminar de reintegração de posse à construtora proprietária do terreno. As autoridades, porém, não conseguem forçar a remoção devido à capacidade de mobilização e de exposição na mídia da Dandara, que atinge em 2010 a marca de 981 barracos cadastrados e numerados e população estimada em mais de 4000 pessoas, com uma lista de espera de 300 famílias. Em Audiência Pública na Câmara dos Vereadores sobre a não prestação de serviços pelas concessionárias públicas às ocupações, Dandara denuncia as Centrais Elétricas de Minas Gerais e os Correios por se negarem a fornecer o serviço público em área com arruamento e numeração completos, a Companhia de Saneamento de Minas Gerais por não cumprir acordo segundo o qual disponibilizaria padrões de água e implantaria rede de esgoto, o Corpo de Bombeiros por omissão no socorro aos moradores e os postos de saúde da rede municipal por dificultarem o atendimento aos moradores da comunidade. A Polícia Militar e a Secretaria de Educação nem sequer justificam suas ausências. Rumores dão conta de que o Poder Público nega serviços à comunidade porque deseja transformar a gleba em Centro de Treinamento para a Copa e as Olimpíadas, conforme o mapa.

Uma decisão expedida pela 20ª Vara Cível em setembro de 2011 determinou o despejo dos moradores da comunidade, em resposta à ação de reintegração de posse da área da construtora. A desapropriação das terras pelo Estado foi a principal solução defendida pela Dandara para garantir sua permanência no local, em discussão durante audiência pública da Comissão de Direitos Humanos da Assembleia Legislativa de Minas Gerais em 23/11/11.

Em carta aberta à sociedade, publicada em seu sítio eletrônico, os movimentos associados clamam:

Nós existimos, somos muitos e lutaremos para continuar existindo. [...] Aqueles que tentam nos massacrar, não querem apenas despejar 1.159 famílias sem-casa, querem despejar a dignidade, querem despejar os que não se curvam à pobreza e à riqueza, querem despejar um “inimigo interno”, uma voz que destoa. [...] Ocupamos terrenos abandonados [...] cheios de impostos não pagos, cheios de nada. Ao construir nossas casas estamos construindo [...] uma comunidade, estamos construindo nossa dignidade, estamos nos construindo.

(OCUPAÇÃO DANDARA, 2011).

## 2.4. Ameaças de remoção

Muitas das ameaças de remoção dizem respeito a obras viárias para a Copa do Mundo de 2014. No município de Belo Horizonte, a ampliação do Anel Rodoviário, obra financiada pelo PAC, provavelmente implicará na remoção de mais de 2.600 famílias, às quais foi apresentada, em 2010, uma notificação exigindo que se retirassem do local em 15 dias. Em 2011, foi oferecida às famílias a inclusão no programa Minha Casa, Minha Vida. Na mesma cidade, outras obras viárias demandam a remoção de centenas de famílias, como é o caso do alargamento da Av. Pedro I e a construção das vias 210 e 710<sup>5</sup>.

As obras chamam a atenção pelo número de famílias afetadas. Em Fortaleza, a Via Expressa afetará 3.500 unidades habitacionais. O percurso do VLT atravessará 22 bairros e servirá de ligação entre a região hoteleira e o Centro da Cidade, e entre o bairro Parangaba e o Estádio Castelão. Em julho de 2010, uma área de 381.592,87m<sup>2</sup> foi declarada de utilidade pública para fins de desapropriação. Após todo um processo de mobilização popular, ficou suspenso o cadastramento dos moradores para desapropriação e embargada a obra até que seja apresentado um projeto alternativo, que satisfaça as necessidades básicas de moradia digna para as famílias atingidas.

O bairro Mucuripe, também impactado pelas obras do VLT, passou a ser cobiçado pela especulação imobiliária. Dezenas de casas já foram marcadas com tinta verde, sinal de possível retirada no ano seguinte. As comunidades atingidas, estabelecidas há

<sup>5</sup> <http://conflitosambientaismg.lcc.ufmg.br/info.php?id=494>

mais de 70 anos, têm recebido visitas de equipes terceirizadas do governo para realizar cadastros, marcar e medir suas casas. Para tanto, fizeram uso constante de ameaças e intimidações; inúmeras casas foram marcadas sem o conhecimento e consentimento dos moradores, e documentos foram recolhidos sem a devida explicação. Moradores relatam que a abordagem é bastante truculenta. Famílias que hesitam em se cadastrar são informadas que a recusa implicará na destruição da casa por tratores e ameaçadas de nada receberem pelo que o trator destruir. Um dos moradores se queixa: “Até agora, a gente não sabe de nada oficialmente. Uns dizem que nós vamos sair daqui no próximo ano, outros, que vai demorar ainda. Ninguém do governo veio me explicar nada”. Diante de tanta desinformação e especulação, uma moradora diz que os projetos da Copa vão virando uma verdadeira “caixa-preta”. O valor oferecido de indenização varia de R\$4 mil a R\$10 mil; para famílias que possuem documento de propriedade, o valor chega a R\$30mil.<sup>6</sup>

Também está prevista a criação de vias segregadas para ônibus (o chamado BRT) nas avenidas Alberto Craveiro e Raul Barbosa. Nesta, 1.500 famílias estão ameaçadas de remoção na comunidade do Lagamar, nascida na década de 1970. Situação semelhante é vivida em Recife: a ampliação do Terminal Rodoviário de Cosme e Damião motivou a marcação pela prefeitura das residências de 200 famílias e a produção de um cadastro sem esclarecer o motivo.

As obras relacionadas a mobilidade, reforma e ampliação de estádios e implantação de equipamentos esportivos têm gerado ameaças de remoção de milhares de famílias. Em Belo Horizonte, a comunidade do Campo do Pitangui há 50 anos vinha lutando pela legitimação de sua ocupação. Por se localizar às margens de um campo de futebol no bairro Lagoinha, seus moradores foram recentemente notificados de que a prefeitura de Belo Horizonte teria interesse na área da vila para um empreendimento relacionado à Copa do Mundo da FIFA de 2014.

Ainda em Belo Horizonte também está ameaçada a ocupação Torres Gêmeas, estabelecida desde 1995 no Bairro de Santa Tereza. Os prédios foram ocupados depois de um longo período de abandono, mas em 20 de setembro de 2010, ocorreu um incêndio em um dos apartamentos da torre de número 100. A torre foi evacuada e a tropa de choque da Polícia Militar tomou as entradas do prédio. Os moradores ficaram impedidos de retornar às suas casas e a interdição deixou mais de 300 pessoas sem acesso às suas residências e bens pessoais. Os moradores ficaram durante dias precariamente alojados em abrigos, tendas, ou nas casas de familiares e amigos.

---

<sup>6</sup> <http://www.ceara.gov.br/index.php/sala-de-imprensa/noticias/2017-ramal-parangaba-mucuripe-beneficiara-22-bairros-de-fortaleza>

Na ocupação Torres Gêmeas, em Belo Horizonte, uma moradora desabafa:

“Se por causa da Copa do Mundo de 2014 [vão] fazer aqui em Santa Tereza um centro poliesportivo, tem um shopping... Esse é um dos motivos [por] que eles querem expulsar os pobres para a periferia”

([www.youtube.com/watch?v=\\_ccw1d8jud8](http://www.youtube.com/watch?v=_ccw1d8jud8)).

Próximo ao Estádio do Beira Rio, em Porto Alegre, está o Morro Santa Tereza, ocupado por cerca de 4.000 famílias, que lá residem há mais de 50 anos. Em 1999, o governo do estado apresentou projeto de lei à Assembléia Legislativa para desafetação desta área pública. Duas construtoras de grande porte estavam interessadas na privatização das áreas naturais, transformando-as em condomínios de luxo e aproveitando a valorização de mercado decorrente da localização próxima ao Centro e ao estádio Beira-Rio e da vista para o Rio Guaíba. No primeiro semestre de 2011, o governo Tarso Genro emitiu um decreto em que referenda o Estatuto da Cidade e garante o direito à moradia das famílias, mas não garante sua permanência no Morro Santa Tereza.

No Rio de Janeiro, onde além da Copa do Mundo de 2014 também há preparativos para os Jogos Olímpicos de 2016, os moradores da Rua Domingos Lopes, em Madureira, estão ameaçados de remoção pelas obras da via Transcarioca. O defensor público responsável pela tutela da comunidade aconselhou os moradores a não protestar, enquanto a prefeitura continuava com as remoções na comunidade.<sup>7</sup> Outro caso de violação, relatado pela ESPN<sup>8</sup>, narra a situação de uma moradora que, em razão da construção da Transcarioca, recebeu comunicação da prefeitura instando-a sair de casa sem direito a nenhuma indenização por não ter a escritura do imóvel.

Tão ou mais grave é a ameaça de remoção da comunidade Vila Autódromo, divulgada através de reportagem de capa do jornal *O Globo* do dia 4 de outubro de 2011, com o sugestivo e perverso título de “A Bola da Vez: Vila Autódromo”, que anunciava a realização de uma parceria público-privada que previa a remoção para dar lugar às obras do Parque Olímpico através da compra de um terreno de R\$19,9 milhões.<sup>9</sup> Os moradores não haviam sido previamente informados. No dia seguinte, o Secretário Municipal de Habitação esteve na comunidade para convencê-los de que a saída seria a única opção, prevendo o início do cadastramento para remoção no dia 19 do mesmo mês.<sup>10</sup> Entretanto, após de-

<sup>7</sup> SOS Moradores da Rua Domingo Lopes em Madureira estão prestes a serem trapaceados pelo Poder Público, Divulgação de Jane da Vila Autódromo em 25 de maio de 2011 durante reunião comunitária.

<sup>8</sup> Desapropriações no Rio para Copa e Jogos-2016 ignoram lei e cidadãos, ESPN Brasil, [http://espn.estadao.com.br/historiasdoesporte/noticia/211293\\_VIDEOS+DESAPROPRACOES+NO+RIO+PARA+COPA+E+JOGOS+2016+IGNORAM+LEI+E+CIDADAOS#video](http://espn.estadao.com.br/historiasdoesporte/noticia/211293_VIDEOS+DESAPROPRACOES+NO+RIO+PARA+COPA+E+JOGOS+2016+IGNORAM+LEI+E+CIDADAOS#video).

<sup>9</sup> A Bola da Vez: Vila Autódromo. *O Globo*, 04.10.2011

<sup>10</sup> Cadastro para Remoção de Favela Começa na Quarta-Feira. *O Globo*, 16.10.2011. Disponível em

## MORRO DA PROVIDÊNCIA: DIVIDIR PARA CONQUISTAR



FOTO: ORLANDO SANTOS JUNIOR.



FOTO: LEO LIMA.

O que mais chama a atenção no caso do Morro da Providência é a gama de estratégias adotadas para ameaçar seus moradores, dada a importância imobiliária atribuída pelo Poder Público e pela iniciativa privada à região, de porte razoável e ilhada dentro dos limites do grande projeto Porto Maravilha, menina dos olhos das atuais administrações municipal e estadual. Ali se retalhou o morro em várias fatias para a aplicação das correspondentes estratégias de pressão. Há porções submetidas ao discurso do risco geológico, há porções onde as casas são marcadas como na época da chegada da Família Real ao Rio, reservando as casas para a corte do Príncipe Regente Dom Joao VI, há porções mais ou menos assediadas e criminalizadas, há porções – demonstração –, onde só restam escombros... Enfim, um formidável aparato de terror para expulsar a centenária comunidade de tão nobres terras.

O Morar Carioca Morro da Providência, um dos anunciados legados das Olimpíadas de 2016 para o Rio de Janeiro, prevê a remoção de 832 residências, 515 unidades a serem removidas em razão de “risco geotécnico, estrutural e insalubridade” e 317 realocações necessárias para a realização do projeto urbanístico no que se inclui o “desadensamento” da comunidade. O risco alegado pela prefeitura já foi descaracterizado por contra-laudo geotécnico, que apontou um número muito inferior de casas vulneráveis e indicou a maioria dos problemas como facilmente solucionável com simples obras de contenção.

O único espaço de negociação coletiva estabelecido foi a Comissão de Prevenção e Mediação de Conflitos do Fundo Municipal de Habitação de Interesse Social, que passou a acompanhar o caso

do Morro da Providência. A tal Comissão, paradoxalmente, é presidida pelo Secretário Municipal de Habitação, órgão responsável pelas remoções, comprometendo a isenção e equidade dos processos de mediação. O ingresso na Justiça, por parte da Defensoria Pública, de Ação de Exibição de Documentos, provocou reação irada do Secretário, que excluiu a Defensoria do acompanhamento do pretense processo de mediação e negociação.

Dentre as denúncias feitas pelos moradores do Morro de Providência, o Fórum Comunitário do Porto destacou que técnicos ligados ao Porto Maravilha abordam os moradores sem identificação ou com o crachá escondido, falando da necessidade de cadastramento das residências.

Em relatório do Fórum Comunitário do Porto é narrado um caso que expressa bem o tratamento dispensado aos moradores da Providência, o do prédio na Ladeira do Barroso 235, de propriedade particular e onde moram 9 famílias. A edificação está sendo desapropriada pela Prefeitura para a construção de um conjunto habitacional, no qual *não* está previsto o reassentamento das mesmas famílias removidas. A pergunta que fica é “habitação social para quem”?

núncias de que a compra do terreno favoreceria a doadores de campanha<sup>11</sup>, a Prefeitura cancelou a compra do terreno.<sup>12</sup>

Outro argumento muito utilizado para ameaçar os moradores é o do risco geotécnico ou estrutural. Na comunidade Pavão-Pavãozinho, mais de 300 casas já foram marcadas para demolição por este motivo, mas desde julho de 2011 os moradores aguardam que a prefeitura comprove o risco.<sup>13</sup>

Na região portuária do Rio de Janeiro<sup>14</sup> estão previstas duas grandes intervenções, já iniciadas. Dizem respeito aos megaprojetos Porto Maravilha e Morar Carioca Morro da Providência. Com o alegado intuito de “revitalizar” a região, no final de 2009 foi criada a Operação Urbana Consorciada da Região do Porto<sup>15</sup>. Os moradores não foram integrados à formulação do plano de aproveitamento da área e, como de hábito, faltam informações que esclareçam a população acerca dos projetos existentes, alternativas, impactos e perspectivas, como exige a legislação. Como nas demais localidades, a prefeitura marca as casas para remoção com tinta *spray*. Nos bairros da região se encontram milhares de famílias de baixa renda e os grupos mais ameaçados são o das ocupações informais. Representante

---

<<http://oglobo.globo.com/rio/mat/2011/10/16/cadastro-para-remocao-de-favela-comeca-na-quarta-feira-925593375.asp>>

<sup>11</sup> Rio de Janeiro Paga R\$20 milhões por Área de Doador de Prefeito. O Estado de São Paulo, 06.10.2011. Disponível em <<http://ultimosegundo.ig.com.br/politica/rio-de-janeiro-paga-r-20-milhoes-por-area-de-doador-de-prefeito/n1597259635519.html>>

<sup>12</sup> Prefeito Cancela Compra de Terreno para Onde Serão Removidos Moradores da Vila Autódromo. O Globo, 18.10.2011. Disponível em <<http://mogloblo.globo.com/integra.asp?txtUrl=/rio/mat/2011/10/18/prefeito-cancela-compra-de-terreno-para-onde-serao-removidos-moradores-da-vila-autodromo-925610642.asp>>

<sup>13</sup> Vide Moradores do Pavão-Pavãozinho/Cantagalo relatam inúmeros casos de truculência por parte de policiais da UPP instalada nas comunidades, <<http://www.redecontraviolencia.org/Noticias/817.html>>

<sup>14</sup> Mais informações no Relatório de Violação de Direitos e Reivindicações do Fórum Comunitário do Porto disponível em <http://www.fase.org.br/UserFiles/1/File/RELAT%C3%B3RIO%20MPF%20FCP.pdf>

<sup>15</sup> Lei Complementar n.º 101, de 23.11.2009, do Município do Rio de Janeiro.

da Concessionária de Desenvolvimento da Região do Porto do Rio afirmou em audiência pública que há uma estimativa de 250 famílias afetadas no asfalto. Dificilmente a estimativa está correta. Somente a ocupação Machado de Assis abriga aproximadamente 150 famílias. A Ocupação Flor do Asfalto recebeu um aviso, no dia 31 de maio de 2011, de que o terreno pertenceria à União e que estaria sendo vendido à prefeitura do Rio de Janeiro em virtude do Porto Maravilha. O risco de remoção é iminente.<sup>16</sup>

## 2.5. Remoções realizadas ou em andamento

Neste item estão alguns dos casos mais alarmantes, já que trata da atividade-fim, quando o Poder Público já não mais negocia, apenas mostra sua força diante do cidadão. São aplicadas estratégias de guerra e perseguição, como a marcação de casas a tinta sem esclarecimentos, a invasão de domicílios sem mandados judiciais, a apropriação indevida e destruição de bens móveis, a terceirização da violência verbal contra os moradores, as ameaças à integridade física e aos direitos fundamentais das famílias, o corte dos serviços públicos ou a demolição e o abandono dos escombros de uma em cada três casas subsequentes, para que toda e qualquer família tenha como vizinho o cenário de terror.

Este relato está focado em 21 casos de vilas e favelas nas cidades de Belo Horizonte, Curitiba, Fortaleza, Porto Alegre, Recife, Rio de Janeiro e São Paulo e tem como pano de fundo comum o propósito da higienização, da ‘faxina social’, para o uso futuro de terras de alto valor imobiliário ou onde o Estado deseja repassar a mais-valia decorrente de seus vultosos investimentos à iniciativa privada. A estratégia inclui ainda a periferização das comunidades expulsas para longe de suas redes de inserção econômica, social e cultural, via de regra em locais carentes de serviços públicos, o que causa total transtorno ou impossibilidade de assimilação, por exemplo, nos postos de saúde e escolas. São grandes obras viárias, em sua maior parte relacionadas pelo Poder Público aos estádios da Copa ou a projetos de mobilidade que incluem ligações a instalações aeroportuárias, sempre abrindo novas frentes imobiliárias em suas margens ou em seus destinos.

Em alguns casos, dá-se também a simples manobra da desapropriação ou da reintegração de posse de terrenos públicos, alegando situações de risco ou a necessidade de preservação ambiental, violando o direito constitucional à usucapião urbana, a Resolução CONAMA 369/2006 (que permite a ocupação de Áreas de Preservação Permanente em áreas urbanizadas, comprovada a existência de comunidades em risco social), a Lei 11.124/2005 e a Concessão de Uso Especial para Fins de Moradia.

Entre os projetos de mobilidade está o caso emblemático de São Paulo, com seu Parque Linear Várzeas do Tietê. Dividida em três etapas, a obra prevê a construção de uma

<sup>16</sup> Okupa Flor do Asfalto em risco de desalojo, <http://prod.midiaindependente.org/pt/blue/2011/06/491938.shtml>

avenida, “Via Parque”, para “valorizar a região [...] que fica às margens da rodovia Ayrton Senna, entre o Aeroporto Internacional de Guarulhos e o futuro estádio do Corinthians, provável sede paulista na Copa do Mundo, em Itaquera”.<sup>17</sup> Mais de 4.000 famílias já foram removidas do local sem serem consultadas sobre a implantação do parque e sem saber para onde iriam. Outras 6.000 famílias aguardam, sem saber seu destino. “Pegaram nós de surpresa. Com um projeto de tamanha proporção, a comunidade no mínimo tinha que ser consultada. [...] As famílias foram morar ali há mais de 40 anos, quando ainda não era Área de Proteção Ambiental”, diz o líder comunitário Oswaldo Ribeiro.

Os moradores da Chácara Três Meninas, em área contígua ao Parque, acusam policiais militares de ação truculenta e abuso de poder durante retirada sem aviso prévio. Seis famílias foram retiradas e tiveram suas casas demolidas em uma ação policial que contou com a Polícia Militar, Guarda Civil Metropolitana, Polícia Ambiental, agentes da subprefeitura de São Miguel e empresas terceirizadas que realizam a demolição das casas. Um carro particular foi apreendido e duas pessoas foram detidas, sob acusação de desacato à autoridade – nestes contextos, qualquer ato de protesto é considerado um crime! “As pessoas estavam dormindo quando foram surpreendidas pela polícia”, descreve Maria Zélia Andrade, do Movimento Terra Livre.

O estudante de Geografia da USP João Vitor Oliveira relata que “Policiais imobilizaram um homem e depois que ele já estava com as mãos para trás, apertavam a garganta. Por fim, empurraram em direção a uma parede [...] Se há três casas e moradores das extremidades decidem deixar as casas, [agentes terceirizados] vão e destroem a residência que estava no meio também”. Ainda na Zona Leste da cidade, 2.000 moradores da comunidade do Jardim São Francisco, terceira maior favela da capital, estão sendo despejados sem nenhum atendimento habitacional da Prefeitura, que mobiliza uma força armada integrada pela guarda ambiental (que ironia!), a guarda civil metropolitana, seguranças privados contratados – como o já conhecido agente Evandro (*box* abaixo) – e funcionários municipais. A população reclama que não há mandado judicial, que não foram incluídos em programas habitacionais e que têm direito à Concessão de Uso Especial para fins de Moradia.

A expulsão dos moradores da comunidade está ligada ao projeto de urbanização batizado de São Francisco Global, que tem previsão de conclusão em 2020. De acordo com a Secretaria Estadual de Habitação, além do São Francisco Global, a favela se beneficiará de outros projetos previstos para seu entorno. Exemplo disso seria a Operação Urbana Rio Verde-Jacu, que prevê uma série de melhorias visando a Copa do Mundo de 2014, entre elas o Complexo Viário Jacu-Pêssego (que corta o São Francisco), ligando o aeroporto de Cumbica ao Porto de Santos, que receberá uma alça de ligação com a Radial Leste.

---

<sup>17</sup> <http://noticias.uol.com.br/cotidiano/2010/10/11/orcados-em-r-44-bilhoes-parques-lineares-removerao-mais-de-20-mil-familias-em-sp.jhtm>

Francisco Evandro Ferreira Figueiredo é funcionário da BST Transportadora contratado pela Prefeitura de São Paulo para “fazer a faxina”, termo que utiliza quando se refere à remoção de moradores das comunidades pobres nas periferias de São Paulo. Evandro – como é mais conhecido – já foi visto em pelo menos dois despejos truculentos, sem mandado judicial. Na Favela do Sapo, zona oeste da capital, os moradores denunciaram que Evandro se apresentava armado, dizia ser funcionário da Prefeitura e intimava-os a deixarem suas casas. Em fevereiro deste ano, sob seu comando, funcionários do poder público municipal derrubaram 17 casas na comunidade, com o acompanhamento da Polícia Militar e da Guarda Civil Municipal, sem apresentar mandado judicial de reintegração de posse ou qualquer documento que legitimasse a ação.

Situações e processos similares se repetem em todas as outras cidades. Na Vila Recanto UFMG, em área de projeto para alça de acesso ao Mineirão, 65 famílias, moradores desde os anos 1990 de um lote privado abandonado, têm sido alvo de várias tentativas de expulsão. A proximidade da Copa do Mundo ofereceu o pretexto para a remoção da maioria destas famílias, mediante uma irrisória indenização pelas edificações realizadas. Estas famílias foram empurradas para áreas periféricas da Região Metropolitana de Belo Horizonte, onde conseguem arcar com os custos da nova moradia, mas defrontam-se com a precariedade dos serviços urbanos, já saturados. Assim também em Fortaleza, onde a Avenida Dedé Brasil deverá receber um sistema BRT e túneis próximos ao estádio do Castelão, o que acarretará a retirada de 22 famílias que reclamam da baixíssima indenização. Por seu lado, o BRT Castelão-BR 116 projeto desalojar 200 famílias na Comunidade do Barroso, já sob pressão de agentes infiltrados.

O caso da Doca das Frutas, Porto Alegre, chama a atenção pela inversão de direitos estabelecida: 20 famílias expulsas de terreno público sem indenização são instadas a utilizar a magra verba do Programa Bolsa-família para realizar os pagamentos de prestações do Programa Minha Casa Minha Vida.



PROTESTO DE MORADORES EM CASA AMEAÇADA NO LARGO DO CAMPINHO, RIO DE JANEIRO. FOTO: RENATO COSENTINO.

Espantosa, e mesmo escandalosa, é também a inversão de prioridades no caso da Comunidade Metrô Mangueira, no Rio de Janeiro. Há aproximadamente 40 anos no local, uma comunidade de cerca de 700 famílias foi dividida em diferentes grupos: alguns foram reparados com novas moradias nas proximidades, a outros foram atribuídas unidades a 50 km. do local e, finalmente, aos remanescentes, que permanecem vivendo entre escombros, se oferecem infiltrações, insalubridade e ameaças.. As alegações para a remoção da comunidade variaram entre o risco, a necessidade de alargar a via, a implantação de um estacionamento e a necessidade de se construir um parque, ao que retrucou a moradora: “Parque para quem se vamos ter que sair daqui?”. Embora qualquer remoção residencial deva, pela lei, estabelecer um prazo mínimo para a desocupação de um imóvel, nesta comunidade alguns receberam da Prefeitura aviso de que teriam um “prazo máximo de 0 dia(s)” (em documento oficial). A região integra o projeto Complexo Maracanã para a Copa 2014, quando deverá ser utilizada para estacionamento, conforme exigências da FIFA.

Michel, ex-morador da Restinga, tinha uma unidade mista, ou seja, casa e comércio que foi marcada apenas como estabelecimento comercial pela Prefeitura, logo não teve direito a nenhuma compensação pela demolição. Michel desabafa:

“Me sinto um otário, porque quando o Brasil ganhou esta porcaria de Olimpíada eu estava na Linha Amarela com meu carro, fiquei buzinando igual um bobão. Agora estou pagando por isso. Isso que é Copa do Mundo? Isso que é espírito olímpico?”

Francisca, moradora também da Restinga possuía uma marcenaria no local; ao todo cinco famílias dependiam de seu comércio e, por conta do despejo, perderam trabalho e renda, além da moradia. Nestes últimos meses, conseguiu sobreviver com a doação de cestas básicas, material para obra e algum dinheiro para a manutenção.

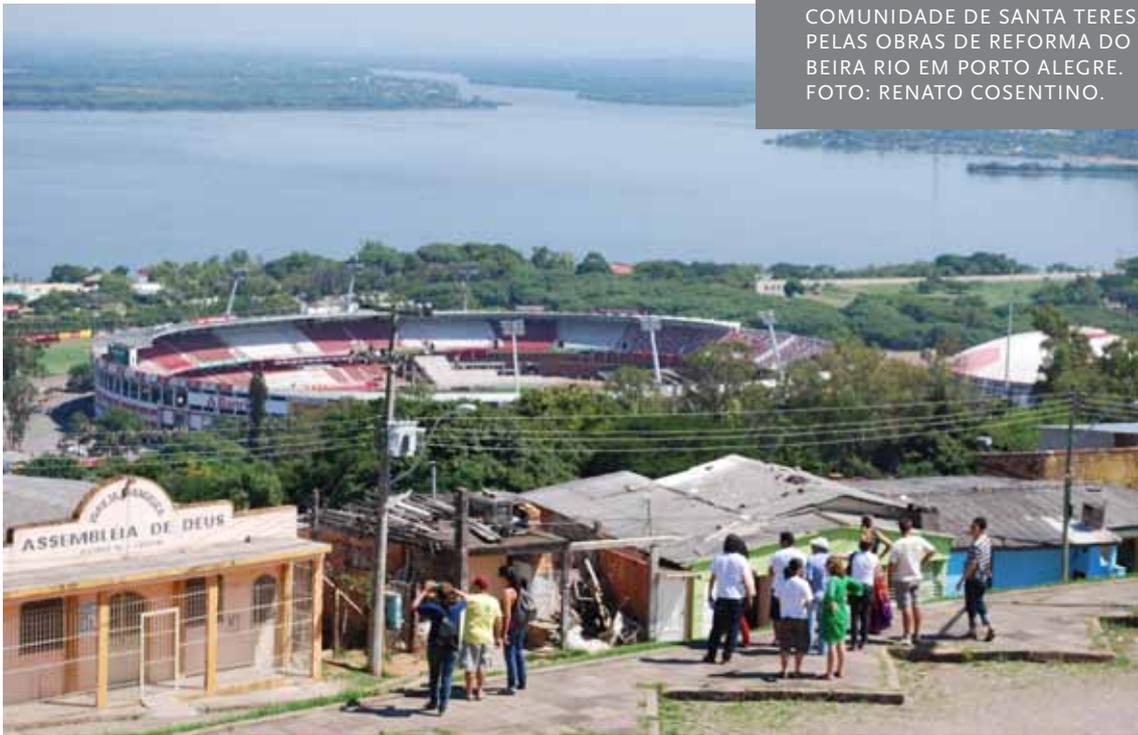
Embora o pretexto para a maioria das remoções seja a construção de projetos viários, é inegável sua associação direta a grandes negócios imobiliários. Mais uma vez, o caso do Rio de Janeiro é exemplar: as comunidades da Restinga, Vila Harmonia e Vila Recreio II, estavam localizadas no Recreio dos Bandeirantes, última reserva ambiental e fronteira de expansão da especulação imobiliária do município e alvo da cobiça privada. Suas 500 casas foram marcadas e removidas através das formas mais variadas de pressão, recebendo os moradores indenizações irrisórias, que não consideraram os usos comerciais. Muitas famílias ainda não receberam nada e a Prefeitura está tentando reaver o dinheiro das indenizações já depositado por ordem judicial. Graças a algumas liminares ainda de pé, não mais que dez residências permanecem nestas áreas, porém as comunidades se transformaram em locais inabitáveis, pois as casas derrubadas deixaram uma enorme quantidade de entulho que não foi retirado pela Prefeitura, favorecendo as zoonoses. A situação daqueles que já foram removidos não foi tratada pelo Poder Público. Os ex-moradores relatam que seus filhos não estão mais indo à escola, pois não há vagas nas novas localidades. Muitos perderam seus empregos, por estarem morando muito longe do local de trabalho anterior.

Baixas indenizações, queda na qualidade de vida e sequelas emocionais são o legado social. O Corredor Transoeste, obra estruturante no projeto global para a região, fará a ligação entre a Zona Sul e a Barra da Tijuca, onde se concentra a maioria das instalações Olímpicas. A área onde se encontravam as comunidades removidas é de baixa ocupação, o que permitia uma gama de traçados para o polêmico corredor, desde os de menor impacto até o escolhido, que justifica a “faxina” em terras futuramente nobres para o mercado imobiliário. Já a Transcarioca, seguindo os mesmos parâmetros projetuais, é o corredor de ligação do Aeroporto Internacional Tom Jobim à região da Barra da Tijuca suprida por BRT, e envolve a retirada de dezenas de famílias da comunidade do Campinho.

Em Belo Horizonte, última reserva de área verde da capital mineira, teve 24 casas demolidas sem ordem judicial e realocação das famílias em outubro de 2011, pois ali se pretende a mudança do uso do solo, contrariando o Código Florestal, para que a gleba de 10 km<sup>2</sup> receba 75.000 unidades habitacionais, incluindo-se uma vila olímpica temporária, shoppings e equipamentos urbanos em Operação Urbana Consorciada.

Não é substancialmente diverso o caso do Poço da Draga, em Fortaleza, onde, a fim de viabilizar a construção do que anunciam como o maior aquário da América Latina, vêm sendo removidos moradores de uma área ocupada há mais de cem anos na Praia de Iracema, declarada ZEIS pelo Plano Diretor. Ou ainda a situação enfrentada pela Comunidade do Bairro Cristal, em Porto Alegre, cujos moradores moradores para bairros periféricos, a 30 km de distância, ou o caso da Estradinha, situada no bairro de Botafogo, na Zona Sul do Rio de Janeiro.

A área da Estradinha começou a ser ocupada na década de 1950, e diferentemente de muitos dos casos de comunidades ameaçadas por remoção, foi se desenvolvendo, em parte, com a ajuda do Poder Público. No final da década de 1980, a Prefeitura deu início a processos de assentamento na área e avaliou a viabilidade geológica do local, constatando que não haveria risco aos moradores. Na década seguinte, a Prefeitura implementou ali o programa Favela Bairro, realizando trabalhos de contenção de encostas e urbanização, sem porém terminar as obras. Entre agosto de 2009 e maio de 2010, laudo geotécnico da Prefeitura lançou dúvidas quanto aos riscos existentes, enquanto outro, elaborado por apoiadores da comunidade, mostrava que o risco se resumia a uma pequena parte da comunidade e que poderia ser sanado através de obras de contenção. A partir deste momento, em virtude da pressão exercida por agentes públicos, muitos moradores aceitaram sair da comunidade e suas casas foram demolidas. A Prefeitura, como vinha agindo em outras comunidades, não retirou os entulhos deixados pelas demolições. Em agosto de 2010, o NUTH (Núcleo de Terras e Habitação da Defensoria Pública do Rio de Janeiro), que devido a seu papel combativo já sofreu várias investidas, ajuizou ação contra a Prefeitura, requerendo a retirada dos entulhos. Em setembro do mesmo ano a Justiça ordena a retirada dos entulhos sob pena de multa, mas a Prefeitura se mostra renitente.



COMITÊ POPULAR DA COPA EM VISITA A COMUNIDADE DE SANTA TERESA, AMEAÇADA PELAS OBRAS DE REFORMA DO ESTÁDIO BEIRA RIO EM PORTO ALEGRE. FOTO: RENATO COSENTINO.



CASAS NA TRILHA DO SENHOR, POR ONDE PASSARÁ O VLT EM FORTALEZA. FOTO: LEANDRO UCHOAS.



EX-MORADORA CARLA VANEIDE EM COMUNIDADE REMOVIDA, SÃO PAULO. FOTO: LEANDRO UCHOAS.



CASA DEMOLIDAS DA VILA HARMONIA, NOVOS EMPREENDIMENTOS IMOBILIÁRIOS E SHOPPING AO FUNDO, RIO DE JANEIRO. FOTO RENATO COSENTINO.



MICHEL, LÍDER COMUNITÁRIO NA REMOVIDA RESTINGA, RIO DE JANEIRO. FOTO: LEANDRO UCHOAS.



ULTIMA CASA RESISTINDO À REMOÇÃO NA COMUNIDADE RECREIO, RIO DE JANEIRO. FOTO RENATO COSENTINO.

## VILA DIQUE: REMOÇÃO FORÇADA SE SOMA A UMA SÉRIE DE VIOLAÇÕES

Em decorrência de um projeto de Urbanização em Assentamentos Precários, um dos eixos do Programa de Aceleração do Crescimento do Governo Federal, foram cadastradas 1.470 famílias que moravam na Vila Dique, Porto Alegre, para remoção e reassentamento, abrindo espaço para obras do aeroporto. O reassentamento, no entanto, não foi implementado de forma completa e digna até hoje e menos da metade das unidades habitacionais previstas foi construída. Não houve análise geotécnica e aproximadamente um terço da área do reassentamento está comprometida.

Mesmo assim, o Poder Público iniciou a retirada das famílias para liberar a área para as obras a pista aeroportuária. Não houve planejamento com relação ao sustento e à geração de renda para famílias que vivem de coleta de material reciclável com carroças e carrinhos e as famílias foram transferidas para casas de passagem longe do local de seu sustento. As famílias remanescentes, por sua vez, foram penalizadas com o corte de serviços básicos, como coleta de lixo e energia elétrica e irregularidade no abastecimento de água.

Os problemas identificados na época tiveram inúmeras consequências negativas que os moradores enfrentam até hoje: não há vagas suficientes para as crianças na área onde as famílias foram reassentadas e elas precisam andar a pé até a Vila Dique diariamente; a creche ainda não foi construída e as mães necessitaram abandonar seus trabalhos para cuidar das crianças; o novo posto de saúde ainda não funciona; a qualidade das casas construídas é péssima e chega a chover no seu interior; e as famílias foram obrigadas a assumir dívidas relativas às novas casas por 30 anos (a instituição credora é o BANRISUL, do Governo do Estado). A pressão sobre os inadimplentes é enorme e os moradores estão revoltados por terem sido obrigados a adquirir uma dívida, em muitos casos já com previsão de inadimplência inter-geracional. Em novembro de 2011 moradores foram obrigados a intervir no caso de um despejo em andamento pelo fato da família estar inadimplente.

Moradores convivem com lixo e entulho em nome da Copa



REMOÇÕES NA VILA DIQUE COMEÇARAM EM 2009 MAS ATÉ HOJE HÁ PESSOAS MORANDO LÁ EM CONDIÇÕES PRECÁRIAS. OS QUE FORAM TRANSFERIDOS ENCONTRARAM INFRAESTRUTURA INACABADA. FOTO: VINICIUS RORATTO.

Fontes: Lucimar Siqueira e Elias Machado.

## TRABALHO

SE DO PONTO DE VISTA teórico abstrato é possível conceber os investimentos para os megaprojetos como uma oportunidade para a geração de empregos, inclusão social e ampliação de direitos, esta não é a realidade concreta no Brasil. Sejam operários empregados e sub-empregados nas grandes obras, como estádios e rodovias, sejam trabalhadores informais reprimidos no exercício de sua atividade econômica, observa-se um padrão de crescente precarização, conduzido por empresas e consórcios contratantes – sob a omissão dos órgãos fiscalizadores – e pelo próprio Estado. Ao invés de uma difusão dos benefícios decorrentes dos gigantescos investimentos, assiste-se a sua monopolização por um pequeno grupo de grandes corporações, que acaparam os recursos públicos, aos quais se somam isenções de todo tipo, aumentando a concentração da riqueza e a desigualdade.

No plano supranacional, o Pacto Internacional dos Direitos Econômicos, Sociais e Culturais, ratificado pelo Brasil em 1992, prevê em seu art. 6º, parágrafo 1, que “*Os Estados Partes do Presente Pacto reconhecem o direito ao trabalho, que compreende o direito de toda pessoa de ter a possibilidade de ganhar a vida mediante um trabalho livremente escolhido ou aceito, e tomarão medidas apropriadas para salvaguardar esse direito*”. E ainda estabelece, no dispositivo seguinte, “*o direito de toda pessoa de gozar de condições de trabalho justas e favoráveis*”, destacando a necessidade de remuneração adequada, segurança, iguais oportunidades, descanso, lazer, férias<sup>18</sup> etc. No mesmo sentido, o país aderiu ainda a grande parte das convenções da Organização Internacional do Trabalho.

Tanto o direito ‘ao’ quanto o direito ‘do’ trabalho encontram também proteção no ordenamento jurídico brasileiro. A Constituição Federal de 1988 resguarda o primeiro enquanto direito fundamental social destacado no *caput* do art. 6º, ao passo que o art. 7º

<sup>18</sup> Especificamente:

a) uma remuneração que proporcione, no mínimo, a todos os trabalhadores: i) um salário equitativo e uma remuneração igual por um trabalho de igual valor, sem qualquer distinção; em particular, as mulheres deverão ter a garantia de condições de trabalho não inferiores às dos homens e receber a mesma remuneração que ele por trabalho igual; ii) uma existência decente para eles e suas famílias, em conformidade com as disposições do presente Pacto. b) a segurança e a higiene no trabalho; c) igual oportunidade para todos de serem promovidos, em seu trabalho, à categoria superior que lhes corresponda, sem outras considerações que as de tempo de trabalho e capacidade; d) o descanso, o lazer, a limitação razoável das horas de trabalho e férias periódicas remuneradas, assim

discrimina o rol de garantias e princípios relativos ao direito do trabalho e sua proteção integral, regulados também em peças de legislação próprias como a Consolidação das Leis Trabalhistas (CLT). A despeito de todo esse sistema legal, os casos de graves violações de direitos em nome da Copa do Mundo e das Olimpíadas se acumulam e avançam para a perseguição a líderes sindicais e desrespeito às liberdades de organização, greve e manifestação.

### **3.1 Direito *do* Trabalho: Condições de trabalho nas obras da Copa**

Em 2007, quando foi oficialmente anunciado que o Brasil receberia a Copa do Mundo de 2014, todas as cidades posteriormente escolhidas como sede para os jogos possuíam ao menos um estádio com capacidade de público maior que 35 mil pessoas. Praticamente todos os estádios para a Copa do Mundo, no entanto, sairão de projetos completamente novos, o que gerou uma enorme demanda de obras a serem concluídas em poucos anos.

A FIFA determinou que as obras dos estádios deveriam começar no máximo no dia 31 de janeiro de 2010 e ser concluídas antes de 31 de dezembro de 2012, a tempo da Copa das Confederações, torneio-teste para a Copa, em 2013. Durante todo o processo de elaboração dos projetos e realização das obras, a pressão para que os empreendimentos estejam atendendo aos cronogramas determinados pela FIFA tem sido grande. Por diversas vezes, em diferentes momentos, Jerome Valcke, secretário-geral da entidade, fez pronunciamentos em que alertava para o atraso das obras e cobrava do país um ritmo mais acelerado<sup>19</sup>.

De alguma forma, desde antes de oficialmente escolhido como país-sede, opiniões pessimistas já davam conta de que o Brasil não teria capacidade para se adequar a tempo aos padrões de infraestrutura exigidos pela FIFA para a Copa e pelo COI para as Olimpíadas. De fato, criou-se um fantasma que acompanhou e acompanha todo o processo de preparação para 2014 e 2016, e que, com certo incentivo de meios de imprensa, cria expectativas sobre a possibilidade de um fracasso vexatório da Copa no Brasil ou ainda, de a FIFA transferir, de última hora, o mundial para outro país<sup>20</sup>.

Situação semelhante aconteceu na África do Sul, na preparação para a Copa do Mundo de 2010. O escritor sul-africano Eddie Cottle afirmou, em entrevista ao jornal *Le Monde Diplomatique* Brasil:

---

<sup>19</sup> “FIFA insiste em cobrar governo pelo atraso das obras”, 22 de outubro de 2011 – O Estado de S. Paulo – <http://www.estadao.com.br/noticias/impresso,FIFA-insiste-em-cobrar-governo-pelo-atraso-das-obras- ,788791,0.htm>

<sup>20</sup> “Perguntas & Respostas – Cidades-sede da Copa de 2014”, janeiro de 2009 – revista *Veja* – [http://veja.abril.com.br/idade/exclusivo/perguntas\\_respostas/cidades-copa-2014/cidades-sede-copa-2014-estadios-capitais-FIFA-cbf-abertura-final.shtml](http://veja.abril.com.br/idade/exclusivo/perguntas_respostas/cidades-copa-2014/cidades-sede-copa-2014-estadios-capitais-FIFA-cbf-abertura-final.shtml)

É um absurdo dizer que os estádios não poderão ser concluídos a tempo. Na África do Sul, algumas das arenas foram concluídas quatro meses antes do previsto. Todo o escarcéu da FIFA sobre a conclusão da infraestrutura na verdade é uma forma de pressionar os empreiteiros. Dessa maneira, A FIFA consegue garantir as mudanças que eles querem e quando querem.<sup>21</sup>

No Brasil, no entanto, essa pressão parece favorecer também as próprias empreiteiras, uma vez que contribuiu para atropelos legais, aportes adicionais de recursos públicos, irregularidades nos processos de licenciamento de obras e inconsistência e incompletude de alguns projetos licitados sem qualquer segurança econômica, ambiental e jurídica. Mais que isso: os alegados atrasos têm servido como pretexto para violações de direitos dos trabalhadores nas obras dos estádios e dos projetos de infraestrutura. A conjugação entre magnitude das obras e cronogramas supostamente apertados já tem resultado em más condições de trabalho, jornadas de trabalho desmesuradas e superexploração dos operários, a despeito das cifras milionárias destinadas às obras.

Estamos diante de um perverso paradoxo: cerca de 50% dos recursos destinados aos empreendimentos provêm do Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico e Social (BNDES) e da Caixa Econômica Federal (CEF), com utilização de recursos provenientes do Fundo de Amparo ao Trabalhador (FAT). Ou seja: recursos que deveria amparar os trabalhos são mobilizados para promover violações de direitos trabalhistas.



OBRAS PARA O ARENA AMAZONAS. FOTO: GABRIEL FIALHO, PORTAL DA COPA.

<sup>21</sup> Entrevista de Eddie Cottle concedida ao jornalista Alexandre Praça, in: Le Monde Diplomatique Brasil, edição de novembro de 2011.

### 3.2 Greves e Paralisações

Em pouco tempo, como era de se esperar, mobilizações, paralisações e greves começaram a eclodir nas obras dos estádios e outras obras de infraestrutura. Até abril de 2012, foram registradas cerca de 18 paralisações em oito dos 12 estádios que serão usados para a Copa: Belo Horizonte, Brasília, Cuiabá, Fortaleza, Recife e Rio de Janeiro. Em Salvador, houve ameaça de paralisação nas obras do estádio Fonte Nova.

**TABELA – AS GREVES NOS ESTÁDIOS DA COPA**

Estádio	Dias parados	Construtoras responsáveis
Arena Amazonas/AM	1	Andrade Gutierrez
Arena das Dunas/RN	13 (em greve no dia 13/4/12)	OAS
Arena Fonte Nova/BA	4 (em greve no dia 13/4/12))	Odebrecht e OAS
Arena Pernambuco/PE	17	Odebrecht
Castelão/CE	13 (em greve no dia 13/4/12))	Consórcio Galvão, Serveng e BWA
Estádio Nacional/DF	10	Andrade Gutierrez e Via Engenharia
Maracanã/RJ	24	Odebrecht, Andrade Gutierrez e Delta
Mineirão/MG	10	Construcap, Egesa e Hap
Total	92	

Em todos os movimentos, a pauta de reivindicações incluía pelo menos alguns dos seguintes aspectos: aumento salarial, melhoria nas condições de trabalho (em especial no que se refere às condições de segurança, salubridade e alimentação), aumento do pagamento para horas extras, fim do acúmulo de tarefas e de jornadas de trabalho desumanamente prolongadas, assim como concessão de benefícios – plano de saúde, auxílio alimentação, garantia de transporte, entre outros<sup>22</sup>.

A imprensa tem repercutido, em diferentes estados, as denúncias de trabalhadores de que estão sendo sobrecarregados e super-explorados em função de cronogramas apertados e irrealistas, e de supostos atrasos nas obras. Também recorrente tem sido a manifestação de indignação com o pagamento de salários abaixo da média justamente nas obras-vitrines da Copa – os estádios –, obras que envolvem orçamentos fartos e, na maioria das vezes, pouco controlados<sup>23</sup>.

<sup>22</sup> Ver anexo 'Greves em obras dos estádios para a Copa de 2014'.

<sup>23</sup> Idem.

Casos de repressão e intimidação aos movimentos grevistas foram registrados. Em dois estados – Pernambuco e Rio de Janeiro – e no Distrito Federal, as empresas recorreram à Justiça em tentativas de criminalizar a atuação dos sindicatos. Em pelo menos dois casos – Brasília e Pernambuco –, demissões arbitrárias e ilegais de funcionários ligados aos sindicatos grevistas foram denunciadas. Em Pernambuco, trabalhadores denunciaram a atuação truculenta e parcial das forças policiais, que tentaram inviabilizar as mobilizações sindicais<sup>24</sup>. Nas obras da Arena de Manaus, também, o Ministério Público do Trabalho investiga neste momento denúncia de mais de 500 trabalhadores sobre assédio moral.

Em Porto Alegre, houve paralisação na Arena do Grêmio. Embora não estejam previstos jogos da Copa nesse estádio, merece aqui destaque em virtude da morte por atropelamento de um operário, contratado pela empresa OAS. Em meio aos protestos, começou um incêndio no alojamento dos operários, a cerca de 200 metros do local do acidente<sup>25</sup>. As obras em Porto Alegre chegaram a ser interditadas pelo Ministério do Trabalho devido às condições insalubres.

Embora tenha ido visitar as obras do Mineirão, durante a greve dos operários, em 16 de setembro de 2011, a presidente Dilma Roussef não se encontrou com os trabalhadores, nem se pronunciou sobre o assunto. O então ministro dos Esportes, Orlando Silva, por sua vez, informou que as greves não atrasariam as obras e declarou – por ironia ou deboche? – contar com o “patriotismo dos operários”<sup>26</sup>.

Esta pauta foi protocolada junto à Secretaria Geral da Presidência da República, ao Ministério do Trabalho e Emprego, à Confederação Nacional da Indústria (CNI) e a todos os sindicatos patronais envolvidos nas obras de megaeventos. Com isso, pretende-se estabelecer um mecanismo de negociação com todas as empresas envolvidas no processo de obras de infraestrutura vinculadas à Copa. Caso as empresas e os órgãos competentes rejeitem as reivindicações dos trabalhadores, os sindicatos não descartam a possibilidade de uma greve unificada no setor no início de 2012<sup>27</sup>.

---

<sup>24</sup> Idem.

<sup>25</sup> “Após morte de funcionário, alojamento de trabalhadores da Arena do Grêmio é incendiado”. Radio Guaíba.

<sup>26</sup> “O que nós não podemos perder é o canal de diálogo e o prazo de execução das obras. Tenho certeza que o mesmo trabalhador que faz a greve tem interesse em entregar as obras no prazo devido, porque são brasileiros e também trabalham pelo sucesso do evento em 2014”, <http://esporte.uol.com.br/futebol/copa-2014/ultimas-noticias/2011/09/16/ministro-diz-que-greves-nao-vaao-atrasar-obras-e-conta-com-patriotismo-dos-operarios.htm>

<sup>27</sup> Declaração de São Paulo, 18 de novembro de 2011. <http://www.bwint.org>

## AS EMPREITEIRAS E OS FINANCIAMENTOS DE CAMPANHAS ELEITORAIS

Odebrecht, Camargo Correia, Andrade Gutierrez, Queiroz Galvão, OAS, Delta e Galvão Engenharia. Juntas, as sete maiores empreiteiras do Brasil somaram em 2010 uma receita bruta de R\$ 28,5 bilhões. As grandes empresas de construção são provavelmente as maiores financiadoras de campanhas eleitorais milionárias no Brasil. As sete maiores estão atuantes na construção de estádios para a Copa de 2014, em obras financiadas por dinheiro público.

Em março de 2011, professores das universidades de Boston e da Califórnia, nos EUA, publicaram o estudo “O espólio da vitória: doações de campanha e contratos públicos no Brasil”<sup>29</sup>, revelando que a doação para campanhas políticas era um bom negócio: para cada real doado a políticos do partido do Governo (PT) em 2006, as empreiteiras receberam 8,5 vezes o valor na forma de contratos de obras escolhidas por políticos do mesmo partido e incluídas nos orçamentos federal e estadual, ao longo dos 33 meses que se seguiram às eleições<sup>30</sup>.

O poder político-econômico das empreiteiras é, de fato, sensível em decisões estratégicas para o país. Jamais se poderá saber, no entanto, se, em que medida, as doações feitas pelas empreiteiras Odebrecht e Mendes Júnior para as campanhas a deputado federal de Aldo Rebelo influenciaram em sua indicação ao Ministério dos Esportes, nem se sua atuação como ministro será influenciada por este fato. As duas empresas doaram oficialmente um total de R\$ 140 mil a suas campanhas de 2006 e 2010, e as duas participam de obras de estádios da Copa que têm orçamento total de R\$ 3,27 bilhões, sendo R\$ 1,92 bilhão provenientes do BNDES. O Ministro Aldo Rebelo declarou ainda ter recebido R\$ 155 mil de três empresas patrocinadoras da Confederação Brasileira de Futebol (CBF): o banco Itaú Unibanco, a Fratelli Vita Bebidas e a Companhia Brasileira de Distribuição, que controla o Grupo Pão de Açúcar<sup>31</sup>.



ATO DO COMITÉ POPULAR DA COPA DE CURITIBA. FOTO: GAZETA DO POVO, 12/2011.

<sup>29</sup> “The spoils of victory: Campaign donations and government contracts in Brazil”, disponível em [http://people.bu.edu/tboas/political\\_investment.pdf](http://people.bu.edu/tboas/political_investment.pdf)

<sup>30</sup> “Empreiteiras recebem R\$ 8,5 por cada real doado a campanha de políticos”, 7 de maio de 2011, O Globo – <http://oglobo.globo.com/economia/empreiteiras-recebem-85-por-cada-real-doado-campanha-de-politicos-2773154>

<sup>31</sup> “Campanha de Aldo teve doação de empreiteiras da Copa”, 28 de outubro de 2011 – O Estado de S. Paulo – <http://www.estadao.com.br/noticias/nacional,campanha-de-aldo-teve-doacao-de-empreiteiras-da-copa,791703,o.htm>

## ACORDO NACIONAL PARA AS OBRAS DA COPA DO MUNDO E OS JOGOS OLÍMPICOS

Nos dias 17 e 18 de novembro de 2011, a federação Internacional dos Trabalhadores da Construção e da Madeira (ICM) e representantes das cinco maiores centrais sindicais do país (CUT, Força Sindical, CGBT, UGT e Nova Central) consolidaram uma pauta nacional unificada para a construção de um Acordo Nacional Articulado para as Obras da Copa do Mundo e os Jogos Olímpicos. As organizações alinham as seguintes: “a) pisos salariais unificados; b) cesta básica de R\$ 300; c) PLR <participação nos lucros e resultados> de 2 salários base; d) plano de saúde extensivo a seus familiares; e) hora-extra de 80% de segunda a sexta-feira; 100% aos sábados; e 150% aos domingos e feriados; f) garantia de organização por local de trabalho; g) adicional noturno de 50%; h) folga familiar de 5 dias úteis a cada 60 dias trabalhados; i) implantação de melhores condições de saúde e trabalho nas frentes de serviço; e j) contrato de experiência de 30 dias”<sup>28</sup>.

<sup>28</sup> Declaração de São Paulo, 18 de novembro de 2011. <http://www.bwint.org>

### 3.3 Direito ao Trabalho

#### 3.3.1 Estabelecimentos comerciais no entorno dos estádios e em vias de acesso

Está claro que a Copa e Olimpíadas são encaradas por alguns grupos corporativos como uma possibilidade de negócios lucrativos – ou, como gostam de dizer e aprendem nos MBAs, uma “janela de oportunidades”. A visibilidade e a circulação de capital proporcionadas pelo evento garantem que grandes empresas e corporações alcancem enormes dividendos com a realização dos jogos. Infelizmente, graças à omissão, conivência e ativa participação de governos locais, estaduais e federal, a FIFA e o COI, isto é, as grandes marcas por trás delas não pretendem permitir nem ao menos que pequenos comerciantes e empresas familiares tirem proveito das oportunidades que aparecerão.

O comércio dentro dos estádios da Copa será definido e organizado pela FIFA, garantindo o monopólio às empresas associadas e patrocinadoras. Há pouca contestação com relação a isso, uma vez que a situação mais absurda se dá do lado de fora: a entidade exige do Governo Federal e das cidades-sede que a atividade comercial e a publicidade no entorno dos estádios e em outras áreas de interesse, como as principais vias de acesso, sejam também controlados exclusivamente por ela e suas parceiras.

Os estabelecimentos localizados nestes pontos – bem como a atividade comercial informal – deverão ser restringidos, e comerciantes correm o risco de ser impedidos de atuar livremente, de exibirem suas publicidades e de venderem produtos de marcas concorrentes às patrocinadoras da Copa. Ali, a FIFA exige que espaços públicos e privados estejam sob seu controle. A Lei Geral da Copa deixa explícito:

Art. 11 . A União colaborará com Estados, Distrito Federal e Municípios que sediarão os Eventos e com as demais autoridades competentes para assegurar à FIFA e às pessoas por ela indicadas a autorização para, **com exclusividade**, divulgar suas marcas, distribuir, vender, dar publicidade ou realizar propaganda de produtos e serviços, bem como outras atividades promocionais ou de comércio de rua, **nos Locais Oficiais de Competição, nas suas imediações e principais vias de acesso**.

Parágrafo único. Os limites das áreas de exclusividade relacionadas aos Locais Oficiais de Competição serão tempestivamente estabelecidos pela autoridade competente, **considerados os requerimentos da FIFA ou de terceiros por ela indicados**. [grifos nossos] <sup>32</sup>

Ainda não há definição exata sobre as restrições que serão feitas, nem sobre que vias de acesso serão controladas pela FIFA, mas estimativas e experiências anteriores apontam para uma zona de exclusão instituída em um perímetro de até dois quilômetros em volta dos estádios<sup>33</sup>. Neste espaço, será a FIFA quem definirá as regras para a comercialização de produtos.

Os prejuízos para estabelecimentos fixados nestas regiões é, por enquanto, difícil de ser calculado. Se a perspectiva dos comerciantes era de aumento dos lucros com a realização dos jogos, com a aprovação da Lei Geral da Copa, existe a possibilidade de alguns estabelecimentos serem impedidos até mesmo de abrir as portas. Em reação, entidades como a Confederação Nacional dos Diretores Lojistas (CNDL) e a Confederação Nacional do Comércio criticaram a proposta de lei. Em declaração ao jornal O Estado de S. Paulo, o presidente da CNDL, Roque Pellizzaro Junior afirmou: “*Não se pode tirar o ganha-pão de uma família assim. O que está se propondo é uma desapropriação temporária*”<sup>34</sup>.

<sup>32</sup> No que concerne ao monopólio de espaços publicitários, a mesma benesse é concedida ao Comitê Olímpico Internacional pelo Ato Olímpico (Lei Federal 12.935), cujo artigo 9º estabelece: “*Ficam suspensos, pelo período compreendido entre 5 de julho e 26 de setembro de 2016, os contratos celebrados para utilização de espaços publicitários em aeroportos ou em áreas federais de interesse dos Jogos Rio 2016, na forma do regulamento*”. Este mesmo monopólio é reiterado pelo Decreto Municipal n. 30.379, de 1/01/2009.

<sup>33</sup> “Entorno das arenas, o novo embate da Lei Geral da Copa 2014”, 14 de novembro de 2011 – O Estado de S. Paulo – <http://m.estadao.com.br/noticias/impreso,entorno-das-arenas-o-novo-embate-da-lei-geral-da-copa-2014,798413.htm>

<sup>34</sup> Idem.

Os defensores do livre funcionamento do mercado se unem agora em defesa de monopólios e exclusivos comerciais. E, desta forma, lançam por terra as ilusões daqueles que acreditavam que, embora de forma desigual, todos sairiam ganhando alguma coisa, mesmo que sejam as migalhas caídas da abundante mesa de banquete a que comparecem apenas as grandes corporações e os patrocinadores oficiais dos eventos. A Lei Geral da Copa, a exemplo do Ato Olímpico (Lei Federal 12.935), deixa claro que os donos do jogo têm apetite incomensurável e não pretendem permitir que sobre nem mesmo uma pequena migalha para os demais agentes econômicos atuantes na cidade.

### *3.3.2 Trabalhadores informais*

O comércio informal pode ser considerado como o mito de origem da polis. Grande parte dos centros urbanos nasceu, se formou e se consolidou em torno de ruas de comércio, mercados e feiras.

É inegável a contribuição de trabalhadores informais à economia, à cultura e à vivacidade urbanas; além disso, o comércio informal se tornou uma das principais estratégias de sobrevivência para parcelas expressivas da população trabalhadora. Em grandes centros urbanos, entretanto, estes trabalhadores deixaram de ser reconhecidos e valorizados e passaram a ser perseguidos, agredidos, criminalizados, “roubados” e impedidos de trabalhar por autoridades públicas – associadas e, muitas vezes, financiadas por grupos econômicos que controlam o comércio local.

Com a perspectiva de realização dos megaeventos esportivos, os trabalhadores informais já vêm sentindo um crescente constrangimento a sua atividade. Numa atitude que criminaliza a pobreza e acionando uma retórica que fala de “incentivo ao turismo”, “ordenação” e “limpeza” de áreas valorizadas das cidades, muitas prefeituras têm implementado medidas de repressão ao trabalho informal.

Dois anos da Copa se iniciar já são constatadas restrições ao direito ao trabalho no entorno dos estádios e nas cercanias de eventos relacionados. Em Belo Horizonte, desde que o estádio Mineirão foi fechado, os barraqueiros que trabalhavam em seu entorno em dias de jogos ficaram sem trabalho. Em reuniões do Comitê Popular dos Atingidos pela Copa de Belo Horizonte e em audiência pública promovida pelo Ministério Público Federal, representantes da Associação dos Barraqueiros do Entorno do Mineirão relataram que cerca de 150 famílias passam dificuldades por terem ficado sem sustento. Na audiência, os barraqueiros fizeram várias exigências à Prefeitura, como o fornecimento de uma bolsa-auxílio enquanto o estádio estiver fechado e, após sua reinauguração, a garantia de que eles poderão continuar trabalhando ali, em especial durante a Copa do Mundo.

Artesãos, feirantes e vendedores ambulantes de Belo Horizonte acusam a Prefeitura de deflagrar campanha contra o comércio de rua no centro da cidade. No fim de 2010,

com intenções de “reordenar” a atividade na região, a Prefeitura determinou que iria impor nova disposição das barracas da mais tradicional feira da cidade – a Feira de Arte, Artesanato e Produtores de Variedades da Avenida Afonso Pena, conhecida como Feira Hippie, existente desde 1969. Em fevereiro de 2011, como parte do mesmo projeto, o prefeito Márcio Lacerda iniciou um processo licitatório para vendedores que quisessem expor no local. Ambos os processos estavam sendo implementados de forma arbitrária, sem consulta à associação de expositores, que ficaram sem garantias de continuar trabalhando na feira<sup>35</sup>. Os trabalhadores conseguiram influenciar no processo de remanejamento da feira e anular a licitação na Justiça<sup>36</sup>. Feirantes das imediações do Mercado Central também foram proibidos de comercializar no local.

Em abril de 2011, uma operação conjunta da prefeitura e da Polícia Militar resultou na “apreensão” de obras, materiais, ferramentas de trabalho e pertences pessoais de artesãos na Praça Sete, também no Centro<sup>37</sup>. Os trabalhadores foram obrigados a ficar com as mãos na parede e foram revistados. Materiais foram danificados pelos fiscais. Houve revolta entre os artesãos e entre pedestres que passavam no local. Quatro pessoas foram multadas em R\$ 1,2 mil e outras quatro – entre elas um pedestre – foram presas por desacato à autoridade.<sup>38</sup>

Também em Belo Horizonte, representante da Associação das Prostitutas de Minas Gerais (Aspromig) relata a insegurança enfrentada pelas que trabalham na região da Rua Guaicurus e que teria relação, segundo rumores, com projetos de revitalização da área. A Aspromig expressou ainda preocupação com a possível intensificação de tráfico sexual de mulheres durante os jogos.

No Distrito Federal, em setembro de 2011, durante festa de comemoração da contagem dos 1000 dias para a Copa do Mundo (que custou 1,6 milhões de reais), os ambulantes foram obrigados a ficar a uma distância de mais de 300 metros da entrada da área dos shows. Ainda em Brasília, com a reforma do aeroporto internacional JK, a central dos taxistas terá que ser removida.

Em São Paulo, estabeleceu-se uma política de cassação das licenças para o exercício da atividade ambulante (o Termo de Permissão de Uso) e o Sindicato dos Permissionários de Ambulantes estima em torno de 500 licenças remanescentes (12%) das 4.092 que exis-

---

<sup>35</sup> “95% dos artesãos da “Feira Hippie” em BH poderão ser barrados”, 14 de janeiro de 2011 – Direito do Cidadão – [http://www.direitocidadao.com.br/ver\\_noticia.php?codigo=3680](http://www.direitocidadao.com.br/ver_noticia.php?codigo=3680)

<sup>36</sup> “Justiça derruba edital da Feira da Afonso Pena por considerá-lo discriminatório”, 1 de novembro de 2011 – O Estado de Minas – [http://www.em.com.br/app/noticia/gerais/2011/11/01/interna\\_gerais,259491/justica-derruba-edital-da-feira-da-afonso-pena-por-considera-lo-discriminatorio.shtml](http://www.em.com.br/app/noticia/gerais/2011/11/01/interna_gerais,259491/justica-derruba-edital-da-feira-da-afonso-pena-por-considera-lo-discriminatorio.shtml)

<sup>37</sup> “Operação no Centro de BH apreende produtos de hippies e gera revolta”, 29 de abril de 2011 – O Estado de Minas – [http://www.em.com.br/app/noticia/gerais/2011/04/29/interna\\_gerais,224466/operacao-no-centro-de-bh-apreende-produtos-de-hippies-e-gera-revolta.shtml](http://www.em.com.br/app/noticia/gerais/2011/04/29/interna_gerais,224466/operacao-no-centro-de-bh-apreende-produtos-de-hippies-e-gera-revolta.shtml)

<sup>38</sup> Veja imagens das ilegalidades da operação no vídeo “Como se faz pessoas marginais no Brasil” – <http://www.youtube.com/watch?v=mkf1qO6GEs8>

tiam em 2004. Em subprefeituras inteiras, como Santana, Itaquera (onde está em construção um estádio para a Copa) e Santo Amaro, com tradição no comércio popular de rua, foram extintas todas as licenças. Nestes processos vem sendo violado o Direito de Defesa determinado por lei municipal, que estipula em 15 dias o prazo para recursos administrativos após a cassação publicada no Diário Oficial do Município e de 30 dias para retirada da banca da rua. Há ainda cerca de 370 casos de adulteração dos documentos dos permissionários para alegar descumprimento das exigências e cassar as licenças. Confirmando a intenção de extinção do comércio informal na cidade, a administração municipal baixou as portarias 27/2011 e 29/2011, proibindo novas licenças e transformando os ambulantes em Micro Empreendedores Individuais (pessoas jurídicas), quando as licenças só são concedidas a pessoas físicas. Finalmente, os canais institucionais de negociação coletiva vêm sendo sistematicamente desprezados pelas subprefeituras.

Também em São Paulo, no bairro do Brás, a Feirinha da Madrugada, tradicional comércio popular que reúne centenas de comerciantes e vendedores e atrai diariamente milhares de consumidores tornou-se alvo da prefeitura. No final de outubro de 2011, na proximidade do Natal, época das maiores vendas, a Polícia Militar intensificou a repressão aos feirantes que costumam montar barracas na região. No dia 28 de novembro, policiais e camelôs entraram em um confronto que resultou na queima de um ônibus.

Em Curitiba, pesquisa realizada com cerca de 41 ambulantes, vendedores de bebidas e alimentos nas proximidades da Arena da Baixada, na provável zona de exclusão da FIFA, mostrou que não têm notícia das restrições de que serão alvo. Todos alimentam expectativa de grande movimento na Copa, apesar de, mesmo em dias de clássicos, já estarem sendo impedidos de trabalhar por fiscais apoiados pela polícia militar até mesmo em dias de clássicos locais. Não obstante a fragilidade de sua organização, têm tentando em vão obter informações com a Prefeitura Municipal.

Em Salvador, durante a Copa do Mundo de 2014 os vendedores ambulantes terão que se contentar com os novos espaços que lhes serão atribuídos pela Prefeitura, geralmente com menor movimento e menor visibilidade<sup>39</sup>. Espaços tradicionais de comércio informal, como ruas movimentadas, praças, parques, praias, camelódromos, feiras e mercados livres, estão sendo restringidos através de regulamentação excessiva e exigências descabidas ou abusivas. Desta forma, vendedores ambulantes, artesãos, artistas de rua, feirantes, profissionais do sexo e outros trabalhadores estão tendo suas atividades prejudicadas ou mesmo inviabilizadas, em claro desrespeito ao direito ao trabalho. Os megaeventos parecem destruir tantos ou mais empregos que os criados pelas obras.

Também aqui verificam-se violações ao direito à informação e à participação, pois os trabalhadores informais não são consultados sobre os planos oficiais de remanejamento e zoneamento urbano do comércio.

---

<sup>39</sup> Bahia Notícias. Copa 2014 Camelôs serão realocados Fórum de Articulação das Lutas nos Territórios Afetados pela Copa 2014, 28 de junho de 2011

## DECLARAÇÃO DO FÓRUM DE PLANEJAMENTO DA CAMPANHA CIDADES PRA TODOS (AS)

Em outubro de 2011, o Fórum de Planejamento da Campanha Cidades para Todos(as) reuniu em São Paulo várias organizações de vendedores informais de diversas cidades-sede da Copa, além de sindicatos e movimentos sociais. O documento apresentado ao fim do encontro expressa as preocupações dos trabalhadores informais com as políticas implementadas em função da Copa do Mundo:

**Declaração do Fórum de Planejamento da Campanha Cidades pra Todos (as),**

**Dia 26 de Outubro 2011, São Paulo**

***Outra Copa do Mundo é Possível:***

***Respeitando os direitos dos (as) vendedores (as) informais***

Convocado pela StreetNet Internacional, o Fórum de vendedores informais sobre a Copa de 2014 reuniu representantes de diversas organizações de vendedores informais de cidades sede da Copa, além de representantes sindicais, de movimentos sociais e outras organizações. A venda ambulante é uma consequência do desenvolvimento econômico desigual e uma estratégia de sobrevivência para a população urbana de baixa renda. Vendedores e vendedoras informais são trabalhadores por conta própria, que procuram ganhar a vida honestamente e manter a si e suas famílias. A contribuição dos vendedores informais para a economia urbana deve ser reconhecida e valorizada; seus direitos devem ser respeitados e seus deveres regulamentados de forma justa.

Os participantes ouviram depoimentos de vendedores informais sobre os preparativos em curso para a Copa do Mundo:

- Existência de governos municipais que estão cancelando ou deixando de renovar licenças para o comércio informal, além da não emissão de novas licenças de venda nos centros das cidades-sede. Muitos comerciantes informais estão sendo deixados em uma situação de legalidade precária e expostos a um tratamento arbitrário e outras formas de abuso.
- Em algumas cidades há um aumento significativo da repressão policial contra os comerciantes de rua, incluindo o confisco de seus bens, sem a devida devolução (sob apresentação de nota fiscal e pagamento de multa), além de multas recorrentes e casos de violência física e prisão.
- Os meios de comunicação locais assim como nacionais não dão espaço quando as organizações de vendedores ambulantes querem apresentar denúncias de repressão ou apresentar suas reivindicações.
- Os municípios estão reforçando a proibição total da comercialização nas ruas dos centros das cidades, particularmente nas áreas freqüentadas por turistas.
- Os municípios vêm criando centros comerciais populares (shoppings de camelôs), como alternativas à negociação de rua, porém, em muitos casos não levam em conta os números reais dos comerciantes informais, além de não envolver os vendedores

ambulantes e as organizações representativas na concepção, desenvolvimento e administração dos centros.

- Os participantes do Fórum também ouviram das organizações dos vendedores informais que:
- Programas municipais para desenvolver centros comerciais populares são apenas bem sucedidos se forem desenvolvidos enquanto projetos sociais e a preços populares, e planejados através do diálogo com as organizações representativas de vendedores informais e administrados com a sua participação.
- Os vendedores informais estão preocupados com a falta de diálogo e de informações claras sobre os projetos de infraestrutura previstos para a Copa do Mundo;
- Os vendedores informais estão igualmente preocupados com a falta de informações sobre estabelecimento de zonas de exclusão em torno dos estádios e parques de torcedores (*fan parks*), que são parte da Lei Geral da Copa, sendo atualmente negociada com o governo.

O Fórum, portanto, concordou em convocar as cidades-sede e o Governo Federal, para assumir o compromisso de trabalhar em prol das populações mais pobres, oferecer trabalho decente a todos e:

- (1) Interromper as políticas desprezíveis de privar os vendedores informais de licenças e de proibir o comércio informal no centro das cidades e incluir os trabalhadores que já foram removidos e perderam seus espaços nas regiões centrais das cidades;
- (2) alocar recursos públicos para a criação de espaços para comércio informal, como por exemplo camelódromos, centros comerciais populares, feiras, mercados e outros espaços para o comércio informal, respeitando as características locais;
- (3) convocar reuniões com as organizações representativas de vendedores informais para discutir sobre os impactos das obras de infraestrutura propostas e programas de revitalização urbana previstos para a Copa do Mundo;
- (4) garantir planos de remanejamento de locais de vendas que sejam elaborados em consulta com as organizações de vendedores informais que tiveram seus locais de venda afetados por projetos relacionados à Copa;
- (5) desenvolver projetos de economia solidária e cooperativismo junto aos vendedores informais que se interessarem por esta alternativa de trabalho;
- (6) Resistir aos planos de criação de zonas de exclusão em torno dos parques de torcedores durante a Copa do Mundo, que privariam os vendedores informais locais de se beneficiarem economicamente desta oportunidade, favorecendo as multinacionais patrocinadoras oficiais da Copa do Mundo.

O Fórum também acordou em

- (1) Trabalhar em colaboração com as organizações dos vendedores informais “para apoiar suas reivindicações e se juntar a eles para denunciar atos de abuso de poder e violência por parte das autoridades municipais.

- (2) Trabalhar de forma colaborativa para apoiar as campanhas de trabalho decente, *fair play*, pela transparência e controle social, direito a moradia e outras iniciativas destinadas a garantir que a Copa de 2014 tenha um legado social que beneficie todos os brasileiros e brasileiras.

Outra Copa do Mundo é Possível!

Nada para nós sem nós!

São Paulo 26 de Outubro 2011

## XEPA É SHOW! – PORQUE A FEIRA É LIVRE E O RIO É RUA

Em agosto de 2011, a Prefeitura do Rio de Janeiro, dentro de seu programa denominado “Choque de Ordem”, decidiu obrigar o fechamento das feiras livres às 13h. Um grupo de artistas de rua se uniu ao Comitê Popular da Copa e das Olimpíadas do Rio de Janeiro para uma irreverente manifestação contra a decisão inusitada, que inviabilizava a tradicional “xepa” (comercialização das “sobras” das feiras a preços mais baratos) de feiras históricas da cidade. Com frutas e leguminosas na cabeça, os manifestantes fizeram um ato musical na Feira da Glória, uma das mais antigas do Rio, e distribuíram um panfleto que ironizava as medidas repressivas da prefeitura.



Fonte: <http://global.org.br>

## ACESSO À INFORMAÇÃO, PARTICIPAÇÃO E REPRESENTAÇÃO POPULARES

### 4.1. Contexto Geral

A literatura e a experiência jurídica nacional e internacional indicam de maneira inequívoca que a principal garantia do pleno exercício dos direitos humanos está na presença de uma sólida organização da sociedade civil, informada e vigilante.

Aparatos legais, agências governamentais cumpridoras da legislação, processos transparentes, evidentemente indispensáveis, ganham outros significados e eficácia quando grupos organizados, autênticos representantes da sociedade civil, são capazes de se constituir, ampliar suas bases sociais e se fazer representar adequadamente, de modo a poder agir sem constrangimentos e restrições.

No plano internacional, o Brasil é signatário da Convenção Americana de Direitos Humanos (Pacto de San José da Costa Rica), que garante, em seu art. 23.1, alínea 'a', o direito à participação de todo e qualquer cidadão nos negócios públicos, em qualquer situação (Art. 23 – Direitos Políticos). Especificamente no contexto de realização de megaeventos esportivos, a Resolução n. 13/2010 do Conselho de Direitos Humanos da Organização das Nações Unidas, conclama igualmente seus Estados-parte a “c) *garantir total transparência nos processos de planejamento e implementação e a efetiva participação das comunidades locais afetadas em tais processos*”.

A Constituição Federal, pelo art. 37, determina a publicidade como princípio norteador da atuação da Administração Pública, destacando ainda que “*a publicidade dos atos, programas, obras, serviços e campanhas dos órgãos públicos deverá ter caráter educativo, informativo ou de orientação social*”.

A Procuradoria Federal dos Direitos do Cidadão, em sua Recomendação n. 07/2001, expressa: “IV – seja contemplada a participação popular em todas as fases dos procedimentos de remoções, deslocamentos e reassentamentos da população (criança, idoso, pessoa com deficiência), garantindo-se a mediação antes dos ajuizamentos das ações judiciais ou mesmo quanto já ajuizadas ações, evitando-se a utilização da força policial e quando esta se fizer necessária, que seja por pelotão capacitado em lidar com esse público;”.

Os próprios órgãos fiscalizadores do governo reconhecem no controle social – participação do cidadão no monitoramento, avaliação e controle das ações da administração pública – ferramenta essencial para a boa aplicação do dinheiro público, e democratização da gestão pública, entendida como forma de promoção da justiça e equidade pela decisão pública, e ampliação do acesso à riqueza coletivamente produzida (Controladoria Geral da União, nov. /2011). No mesmo sentido, a Procuradoria Federal dos Direitos do Cidadão, integrante do Ministério Público Federal, manifesta em sua Recomendação n. 07/2011 ao Poder Executivo, a necessidade de garantia do direito de participação antes, durante e após o ajuizamento de demandas e ações judiciais, com negociação horizontal junto aos sujeitos atingidos pelos megaeventos esportivos<sup>40</sup>, bem como do direito à informação, com publicidade e transparência de todos os dados, inclusive sobre impactos sociais<sup>41</sup>.

Quando autêntica, a participação pública é quase sempre permeada pelo conflito, interlocução e negociação: partes essenciais e complementares de processos democráticos e participativos. Para tanto, no campo da política urbana, o Estatuto da Cidade (Lei Federal 10.257/2001), que regulamenta a Constituição Federal quanto aos objetivos de desenvolvimento das funções sociais da cidade e garantia do bem-estar de seus habitantes, estabelece um conjunto de instrumentos para a gestão democrática: órgãos colegiados representativos, debates, audiências públicas, consultas públicas e conferências. De maneira explícita, esta lei define a participação popular como requisito essencial para a formulação, execução e acompanhamento de planos, programas e projetos de desenvolvimento urbano, bem como para a aprovação de qualquer projeto, pelas Câmaras Municipais, sobre propostas que interfiram no planos plurianuais, nas leis de diretrizes orçamentárias e nos orçamentos anuais (Arts. 2 e 44). O Estatuto da Cidade estabelece ainda que os vários segmentos da comunidade estejam representados na gestão da cidade, de modo a garantir o controle de suas atividades e o pleno exercício da democracia e da cidadania, garantido o acesso, a qualquer interessado, aos documentos e informações produzidos pelo poder público.

A promoção dos Jogos da Copa 2014 e Olimpíadas 2016 implica em um conjunto de regras e normas estabelecidas em muitos casos, como será mostrado neste relatório, à revelia das leis vigentes no país e de qualquer participação social, e se materializam em grandes projetos que devem gerar profundas transformações na estrutura e dinâmica urbanas. Não

---

<sup>40</sup> “IV – seja contemplada a participação popular em todas as fases dos procedimentos de remoções, deslocamentos e reassentamentos da população (criança, idoso, pessoa com deficiência), garantindo-se a mediação antes dos ajuizamentos das ações judiciais, ou mesmo quando já ajuizadas as ações, evitando-se a utilização da força policial e, quando esta se fizer necessária, que seja por pelotão capacitado em lidar com esse público”

<sup>41</sup> “VI – sejam adotadas medidas eficazes de publicidade e transparências dos que precedem os preparativos dos eventos, nas páginas eletrônicas de todos os órgãos públicos, na medida das suas atribuições, incluindo-se dados sobre remoções, deslocamentos e reassentamentos, em cumprimento ao Decreto 7034/09, de 15 de dezembro de 2009, que dispõe sobre a divulgação, através do Portal de Transparência do Poder Executivo Federal, de dados e informações relativos à Copa do Mundo de Futebol de 2014”.

são poucos os atingidos, principalmente quando consideramos os efeitos perversos sobre as cidades como o aumento da valorização imobiliária, concentração fundiária, investimentos públicos dirigidos a interesses privados, e conseqüente expulsão dos pobres de áreas bem servidas de infraestrutura urbana, como é amplamente demonstrado no capítulo Moradia.

Nesse contexto, multiplicam-se em todas as cidades as manifestações de autoritarismo que, à revelia da legislação existente, excluem as populações atingidas dos processos decisórios e, quase sempre, sonegam até mesmo informações básicas sem as quais o próprio exercício do direito de defesa fica comprometido. Numa espécie de institucionalidade paralela ad hoc, uma diversidade de organismos são instituídos em nível federal, estadual e municipal, tais como grupos gestores, comitês, câmaras temáticas e secretarias especiais da Copa e, até mesmo, no Rio de Janeiro, uma Autoridade Olímpica que ninguém elegeu., Estes organismos e agências, algumas das quais sob a forma de empresa, constituem um governo excepcional, paralelo, cujas decisões estão isentas de qualquer controle social. Ademais, a sonegação generalizada de informações à população – e em especial a grupos e comunidades diretamente impactados pelas intervenções urbanas – revela a instauração de um paradigma extremamente autoritário, de triste memória em um país como o Brasil.

A situação de violação de direitos se agrava quando as intervenções, motivadas por interesses privados, implicam numa profunda reestruturação do território, resultando em remoções de moradores, expulsão de trabalhadores informais, interdições de mobilidade ou intensa militarização, sem que exista qualquer forma de consulta prévia às comunidades afetadas.



COMITÊS POPULARES DA COPA PROTESTAM NA BIENAL DO LIVRO EM BRASÍLIA.

Os mecanismos de gestão apresentados seguem o modelo do empresariamento urbano e demonstram a ativação de uma espécie de “democracia direta do capital”, com ausência de participação social, mas ingerência constante do mercado, minando a noção de planejamento pactuado. Nas parcerias público-privadas tudo é permitido, à exceção da participação da sociedade civil organizada e do controle social. A “flexibilização”, leia-se desconhecimento das regras sobre procedimentos de democracia participativa e suspensão casuística da legislação vigente, é uma das dimensões do autoritarismo característico dos processos decisórios em curso, em que a retórica da eficiência e o recurso a supostas “exigências técnicas” pretendem homologar planos e projetos longe de processos substantivos de audiências e consultas públicas. Ali e quando alguma audiência é convocada, o que se instaura é a farsa, em razão da total ausência de informação, que inviabiliza uma participação qualificada dos atores populares.

Informações sobre os processos de preparação para a Copa do Mundo de 2014 e os Jogos Olímpicos de 2016 não são apenas negadas à população em geral, mas mantidas secretas até mesmo para os órgãos de controle do próprio Estado, como o Ministério Público. Os parcos dados contemplados na Matriz de Responsabilidades do governo federal encontram-se gravemente desatualizados. Registramos ainda ausência de projetos básicos, obras sem o mínimo detalhamento. Também comprometem a informação e participação:

- Urgência para a realização das obras em função de compromissos firmados com entidades privadas (como a COI e FIFA), utilizada como justificativa para o atropelo de processos de participação e controle social, inclusive previstos em legislação, como a realização de audiências públicas.
- Negociações e diálogos realizados com empresas privadas e representantes de interesses restritos, como da construção civil e do mercado imobiliário, enquanto é negado o direito à informação e participação à população, inclusive para aqueles atingidos diretamente pelas decisões tomadas.
- Recusa sistemática da parte do Estado brasileiro em estabelecer processos de diálogo horizontal com os grupos sociais e comunidades ameaçados.
- Recusa sistemática de aceitar processos de negociação coletiva, através de estratégias que buscam individualizar os processos de desapropriação e remoção compulsórias, num claro desafio ao direito de organização e representação coletivas.
- Restrição do acesso ao apoio jurídico para populações atingidas, e mesmo desinformação – fornecimento de informações contraditórias ou falsas quanto às formas de ter direitos assegurados nos processos de implementação das decisões.
- Desconhecimento e omissão quanto às particularidades socioeconômicas e culturais dos grupos atingidos, e aos impactos de grandes obras sobre processos sociais complexos.

- Ausência ou absoluta insuficiência de estudos necessários, como Estudos de Impacto de Vizinhança – EIA e Estudos de Impacto Ambiental – EIA, que, quando realizados, seguem procedimentos simplificados, fragmentados e sem ouvir a população atingida.

Em síntese, pode-se afirmar que a centralização dos processos decisórios, o autoritarismo, a desinformação sistemática conformam um padrão sistemático de violação dos direitos à informação e participação.

### **DECISÕES ARBITRÁRIAS E SEM PARTICIPAÇÃO OU CONTROLE DA SOCIEDADE CIVIL NOS INVESTIMENTOS MILIONÁRIOS EM MOBILIDADE**

A ausência de participação e de mecanismos de controle social é também revelada nas decisões arbitrárias relativas a obras milionárias, opções por soluções mais caras, intervenções na cidade direcionadas a eixos de valorização imobiliária e “limpeza social”.

Como apontado também no capítulo Acesso a serviços e bens públicos e mobilidade, grandes obras viárias apresentam fortes indícios de direcionamento para interesses imobiliários em detrimento das demandas sociais. Além dos casos apontados naquele capítulo, podemos anotar o caso de Brasília, onde o Comitê Popular da Copa denuncia que a cidade apresenta problemas crônicos de transporte coletivo, sobretudo no acesso às áreas mais populosas nas cidades satélites. A decisão pelos investimentos no VLT implica em altos investimentos conectando o aeroporto à região nobre da cidade, na área mais bem servida por linhas de ônibus, metrô, taxis e inclusive uma linha luxuosa de ônibus, bancada pelo governo, ligando a região hoteleira ao centro da cidade.

No Rio de Janeiro, o Ministério Público, juntamente com o Procurador-geral da Justiça do Rio de Janeiro, vereadores e lideranças populares propuseram novo traçado para as vias expressas demonstrando a possibilidade de redução de remoções em um bairro popular de cerca de 30 casas para apenas 2, e redução em 300m de túnel, portanto acarretando grande redução de investimentos públicos, que foi ignorado pelas autoridades e técnicos ligados ao projeto governamental. Em Cuiabá, denúncias recentes revelaram fraude no parecer técnico do Ministério das Cidades para definição do modal de transporte a ser adotado nas obras de mobilidade para a Copa. A decisão pelo VLT implica em um orçamento de R\$700 milhões a mais do que o orçado inicialmente para o BRT (R\$500milhões). Segundo investigação conduzida pelo jornal O Estado de São Paulo, a diretora da Secretaria de Mobilidade Urbana, atendendo à pressão política governamental, teria alterado o parecer técnico contrário dos analistas.

A situação extrema revela um conjunto de decisões tomadas para a definição de investimentos estruturais na cidade sem qualquer participação da população, sem audiências públicas, e sem estudos previstos em lei.



PROTESTO EM AUDIÊNCIA PÚBLICA EM PORTO ALEGRE. FOTO: DANIEL HAMMES.

#### **4.2. Estrutura e agências paralelas e excepcionais para os megaeventos**

De forma geral, as agências, órgãos e estruturas paralelas e de exceção criados em função dos preparativos para os megaeventos esportivos são de dois tipos: aqueles de natureza deliberativa/executiva e aqueles de caráter consultivo. Enquanto os primeiros são as instâncias legalmente responsáveis por decidir e implementar diretrizes e ações relacionadas aos projetos voltados ao megaevento em questão, cabe aos últimos contribuir com informações, pareceres, estudos e representações de interesses de grupos específicos que subsidiem a tomada de decisões dos entes efetivamente responsáveis.

Como visto no item anterior, os procedimentos, conselhos e instâncias participativas que integram o aparato institucional-legal brasileiro têm sido simplesmente desprezados, destituídos de qualquer papel nas novas agências criadas ad hoc para dar conta dos projetos urbanos atrelados à Copa do Mundo e às Olimpíadas. Por outro lado, não há qualquer previsão de efetiva participação da sociedade civil no âmbito das novas instituições. Quando algum canal institucional surge, em geral oferece oportunidades desiguais para atores do setor corporativo e do campo popular, em detrimento deste.

Nas mais de duas dezenas de estruturas organizacionais criadas, apenas em uma delas há a presença de representantes de movimentos sociais<sup>42</sup>, marcada por limitações,

<sup>42</sup> Grupo de Trabalho sobre a Copa do Mundo do Conselho de Defesa dos Direitos da Pessoa Humana (Secretaria de Direitos Humanos da Presidência da República).

sendo meramente consultiva. Por outro lado, identificou-se a presença maciça de representantes dos mais variados órgãos federais. Neste âmbito, o Ministério dos Esportes desempenha papel central, coordenador dos principais órgãos deliberativos e consultivos. Percebe-se uma espécie de “descentralização centralizada”, em que o governo federal chama seus mais variados componentes a participar das decisões, sem, no entanto, promover uma descentralização efetiva através de aberturas institucionais para a sociedade civil. Até o momento houve apenas a participação de instituições vinculadas a empresas privadas em câmaras temáticas, como o Instituto Ethos, e o Consórcio “Brasil 2014”, que auxiliou o Ministério dos Esportes na elaboração de estudos preliminares e de diretrizes. Nos raros momentos em que a sociedade civil foi chamada a participar no processo decisório, isso foi restrito apenas à face corporativa e as ONGs empresariais foram privilegiadas.

O fechamento das instâncias ad hoc é de tal ordem que parecem confirmar a suspeita de que sua criação tem, entre outras, o objetivo de escapar dos mecanismos participativos que caracterizam muitas das instâncias regulares do estado democrático de direito. O argumento da eficiência, agilidade e necessidade de cumprir prazos exíguos se transforma, assim, em instrumento do autoritarismo e da ausência de controle social.

#### **4.2.1. Órgãos e entidades deliberativas e a sub-representação popular**

##### **4.2.1.1. Governamentais**

As esferas institucionais de decisão no governo federal são compostas por três novos órgãos, considerados o centro nevrálgico de onde partem as principais deliberações no que tange a Copa do Mundo. Todos foram criados em janeiro de 2010, através de decreto ou de contrato. Seguem abaixo suas respectivas descrições:

- CGCOPA – Comitê Gestor da Copa 2014: Criado em janeiro de 2010, tem como principal atribuição “estabelecer as diretrizes do Plano Estratégico das Ações do Governo Brasileiro” entendido como o “conjunto de atividades governamentais voltado ao planejamento e à execução das ações necessárias ao desenvolvimento do referido evento no Brasil”. Isto significa que este é o mais importante novo órgão federal, uma vez que centraliza as responsabilidades pela orientação geral dos projetos. É formado por dezesseis ministérios<sup>43</sup>, cinco secretarias<sup>44</sup>, Advocacia Geral da União, Casa Civil da Presidência da República, Controladoria Geral da União e Gabinete de Segurança Institucional da Presidência da República.

<sup>43</sup> Ministérios dos Esportes; das Cidades; da Ciência e Tecnologia; das Comunicações; da Cultura; da Defesa; do Desenvolvimento, Indústria e Comércio Exterior; da Fazenda; da Justiça; do Meio ambiente; do Planejamento, Orçamento e Gestão; das Relações Exteriores; da Saúde; do trabalho e do emprego; dos Transportes; e do Turismo.

<sup>44</sup> Secretarias de Direitos Humanos, de Políticas de Promoção da Igualdade Racial, de Portos, de Aviação Civil e de Comunicação Social.

Vale ressaltar a preponderância do Ministério dos Esportes como coordenador das ações.

- GECOPA – Grupo Executivo da Copa 2014: O órgão, subordinado ao CGCOPA, é responsável pelo planejamento, monitoramento e execução da política orçamentária das obras<sup>45</sup>. Sua composição envolve oito órgãos<sup>46</sup> já presentes no CGCOPA, principais envolvidos na gestão dos megaeventos esportivos no país.
- Comitê de Responsabilidades das cidades-sede: Este comitê nasceu com a assinatura da chamada matriz de responsabilidades – contrato entre a União, através do Ministério dos Esportes, e cada uma das cidades-sede, que lista as obras de infraestrutura previstas e as respectivas esferas responsáveis. Seu objetivo principal, de acordo com relatório do TCU de 2010, é o de “fazer cumprir as exigências, prazos e metas para a preparação do evento, em especial a viabilização da infraestrutura esportiva nas diferentes cidades-sede”. Portanto, este órgão, embora deliberativo, possui atuação mais restrita do que os anteriormente citados, pois está limitado ao âmbito da matriz de responsabilidades e à interlocução entre entes federados envolvidos.
- Autoridade Pública Olímpica (APO): A APO é um consórcio público formado pelo governo federal, governo do Estado do Rio de Janeiro e Prefeitura do Rio, para coordenar os serviços públicos, a implementação e a entrega da infraestrutura necessária à organização e à realização dos jogos. A APO foi criada por medida provisória, convertida na Lei 12.396, de 21/03/2011. A instabilidade institucional e caráter contingente destas agências de exceção fica bem ilustrada pela APO, que, vinculada ao Ministério do Planejamento quando de sua criação, passa à esfera do Ministério dos Esportes em novembro deste mesmo ano, após a posse do novo Ministro Aldo Rebelo<sup>47</sup>.

---

<sup>45</sup> Tem como objetivos: “I – instituir o Plano Estratégico das Ações do Governo Brasileiro para a realização da Copa do Mundo FIFA 2014; II – estabelecer metas e monitorar os resultados de implementação e execução do Plano a que se refere o item I; III – discriminar as ações do Orçamento Geral da União vinculadas às atividades governamentais relacionadas à Copa do Mundo FIFA 2014; IV – coordenar e aprovar as atividades governamentais referentes à Copa do Mundo FIFA 2014 desenvolvidas por órgãos e entidades da administração federal direta e indireta ou financiadas com recursos da União, inclusive mediante patrocínio, incentivos fiscais, subsídios, subvenções e operações de crédito”.

<sup>46</sup> Ministério dos Esportes, Casa Civil da Presidência da República, Ministério das Cidades, Ministério da Fazenda, Ministério da Justiça, Ministério do Planejamento, Orçamento e Gestão, Ministério do Turismo e Secretaria de Aviação Civil da Presidência da República.

<sup>47</sup> Alguns órgãos de imprensa repercutiram o que seria uma insatisfação de setores ligados à organização dos Jogos Olímpicos: “Pessoas ligadas ao Comitê Organizador dos Jogos Olímpicos não gostaram da mudança por achar que a APO ligada a um ministério da equipe econômica ganharia mais credibilidade e autonomia para decidir sobre investimentos” (<http://verdesmares.globo.com/v3/canais/noticias.asp?codigo=330276&modulo=963>).

## O BNDES E A COPA 2014

A previsão é de que a Copa 2014 seja custeada em mais de 90% com recursos públicos, diferentemente da participação inicialmente noticiada, bem menor. A atuação direta do BNDES estaria a princípio restrita a aproximadamente R\$ 5 bilhões<sup>48</sup> (20,8% do total). As obras dos estádios contam com financiamento de até R\$ 400 milhões cada<sup>49</sup> e a via de Bus Rapid Transit (BRT) Transcarioca receberia R\$ 1,179 bilhão de um custo total de R\$ 1,883 bilhão.

Mas os financiamentos concedidos pelo banco a terceiros apontam para uma atuação bem mais ampla. Em janeiro de 2012 as condições básicas para o apoio financeiro (limitado a 80% do investimento total) foram aprovadas para os aeroportos internacionais de Brasília, Campinas e Guarulhos, com investimentos mínimos previstos em R\$ 2,21 bilhões, R\$ 6,27 bilhões e R\$ 4,71 bilhões respectivamente<sup>50</sup>. Além disso, as informações fornecidas através dos portais de transparência do governo, não dão conta da provável participação do Banco no financiamento à expansão dos portos (R\$ 741 milhões), aos preparativos dos governos estaduais (R\$ 4 bilhões) e municipais (R\$ 1,55 bilhões), o apoio ao setor privado (R\$ 336 milhões), e os aportes a sociedades empresariais ligadas à hotelaria nas cidades-sede<sup>51</sup>, que poderão atingir R\$ 2 bilhões<sup>52</sup>. Em exercício aritmético breve, chegamos a um possível investimento total da ordem de R\$27 bilhões, ultrapassando largamente os que seriam principais investidores, Caixa Econômica Federal (com R\$ 6,65 bi) e Infraero (com R\$ 5,15 bilhões).

Investimentos do BNDES para a Copa 2014 – totais previstos em milhões de reais

Investimentos	R\$
Estádios nas cidades-sede	4800
Transcarioca	1179
aeroportos	10552
portos	741
governos municipais e estaduais	5550
setor privado (inclusive hotelaria)	2336
TOTAL	26926

É preciso destacar também que o banco vem desrespeitando uma série de princípios, como o da publicidade de suas contas, da economicidade e probidade no uso do recurso público, da responsabilidade solidária com os riscos associados à atividade econômica por ele financiada<sup>53</sup>, e da defesa e preservação do meio ambiente. Casos como a determinação do TCU de suspensão do financiamento da Arena de Manaus e do Maracanã por superfaturamento e a suspensão da liberação de recursos para a Transcarioca por ausência de EIA-RIMA, e a denúncia de várias irregularidades no Mané Garrincha (DF) pelo TCDF demonstram o pouco cuidado com a coisa pública apesar do espantoso volume de recursos a ser investido.

<sup>48</sup> Ver mais detalhes em: Relatório “O TCU e a Copa do Mundo de 2014”, de agosto e setembro de 2011.

<sup>49</sup> [http://www.bndes.gov.br/SiteBNDES/bndes/bndes\\_pt/Institucional/Apoio\\_Financeiro/Programas\\_e\\_Fundos/procopa-arenas.html](http://www.bndes.gov.br/SiteBNDES/bndes/bndes_pt/Institucional/Apoio_Financeiro/Programas_e_Fundos/procopa-arenas.html).

<sup>50</sup> <http://agenciabrasil.ebc.com.br/noticia/2011-10-13/divulgados-lances-minimos-para-privatizacao-dos-aeroportos-de-guarulhos-viracopos-e-brasilia> e <http://www.copa2014.gov.br/pt-br/noticia/bndes-vai-financiar-ate-80-do-investimento-total-realizado-em-aeroportos>

<sup>51</sup> [http://www.bndes.gov.br/SiteBNDES/bndes/bndes\\_pt/Institucional/Apoio\\_Financeiro/Programas\\_e\\_Fundos/ProCopa-Turismo/](http://www.bndes.gov.br/SiteBNDES/bndes/bndes_pt/Institucional/Apoio_Financeiro/Programas_e_Fundos/ProCopa-Turismo/)

<sup>52</sup> <http://grupoviagem.uol.com.br/2011/06/bndes-vai-dobrar-credito-para-investimentos-de-hoteis-para-a-copa-2014> e <http://www.portal2014.org.br/noticias/6266/MIRANDO+A+COPA+2014+INVESTIMENTO+EM+HOTEIS+CHEGA+A+R+24+BILHOES.html>

<sup>53</sup> [www.plataformabndes.org.br](http://www.plataformabndes.org.br)

#### 4.2.1.2. Empresas

Basicamente as entidades não-governamentais criadas para deliberar sobre os preparativos para a Copa do Mundo de 2014 estão diretamente ligadas à instituição promotora do evento, isto é, a Federação Internacional de Futebol (FIFA). Neste sentido, diferem entre si, sobretudo no que se refere à escala de atuação.

COL – Comitê Organizador Local: Criado em abril de 2008, poucos meses após a escolha do Brasil como país-sede, na forma de empresa LTDA com o intuito de ser a responsável perante a FIFA por viabilizar as competições de 2014. Mantém interlocução direta com o governo brasileiro através do Ministério dos Esportes, coordenador do CGCOPA e do GECOPA, e é formado por uma sociedade celebrada entre a Confederação Brasileira de Futebol (CBF) e seu presidente, Ricardo Teixeira. Em reunião realizada em Zurich no início de maio de 2012, contrariando a tradição que atribui a este comitê um caráter não governamental, e em virtude de sucessivas crises no relacionamento FIFA, CBF e governo<sup>54</sup>, foi estabelecido que o governo federal será representado no COL pelo secretário-executivo do Ministério dos Esportes, Luiz Fernandes.<sup>55</sup>

Conselho FIFA/COL: Estrutura interna da FIFA formada por alguns de seus secretários e responsável por tomar decisões junto com o representante do COL para viabilizar a realização do mundial de 2014.

### 4.2.2 Órgãos Consultivos

Os órgãos e entidades consultivos criados se restringem a, no máximo, apresentar proposições aos órgãos governamentais deliberativos, podendo estes acatar ou não suas sugestões. Dessa forma, se subdividem em quatro tipos: câmaras temáticas, grupos de trabalho, comissões internas e consórcios.

#### 4.2.2.1. Câmaras Temáticas

As câmaras temáticas são órgãos federais externos às entidades que os compõem, ligados diretamente ao CGCOPA e responsáveis por subsidiá-lo com pareceres e informações quanto aos seus campos específicos de abrangência. Ao todo nove câmaras temáticas foram criadas para a Copa do Mundo: Estádios; Transparência; Segurança; Saúde; Turismo;

---

<sup>54</sup> As crises, assim como denúncias de corrupção, conduziram à renúncia do presidente da CBF, Ricardo Teixeira.

<sup>55</sup> <http://globoesporte.globo.com/futebol/copa-do-mundo/noticia/2012/05/reuniao-sela-maior-participacao-do-governo-na-organizacao-da-copa.html>

Meio Ambiente; Cultura, Educação e Ação Social; Infraestrutura; e Promoção Comercial e Tecnológica.

A partir da análise dos dados até agora disponibilizados ficam evidentes: 1) a completa ausência de movimentos sociais e entidades representantes da classe trabalhadora; 2) a negligência no que se refere a impactos recorrentemente verificados em decorrência dos megaeventos. Destaca-se o fato de a violação do direito à moradia, representada pelas remoções de grandes contingentes populacionais, não ter sido sequer mencionada nos objetivos da Câmara Temática Cultura, Educação e Ação Social, a princípio, única capaz de tratar do assunto. O mesmo se dá no que tange às violações dos direitos dos torcedores, de trabalhadores ambulantes informais e de trabalhadoras do sexo. Em nenhum momento os Comitês Populares da Copa e sua Articulação Nacional foram convidados ou ouvidos por quaisquer órgãos oficiais.

#### 4.2.2.2. Grupos de Trabalho

Os grupos de trabalho consistem em órgãos que passaram a compor a estrutura interna de alguns ministérios e secretarias presentes no CGCOPA e GECOPA com o objetivo de facilitar sua participação. Foram criados os seguintes grupos de trabalho: no Ministério da Cultura; Comunicações em Grandes Eventos (no Ministério das Comunicações; no Ministério Público Federal; no Ministério da Saúde; Centro de Informações turísticas CIT-2014 (no Ministério do Turismo); e Secretaria Extraordinária de Segurança para Grandes Eventos (no Ministério da Justiça),

O Conselho de Defesa dos Direitos da Pessoa Humana, por iniciativa de representantes da sociedade civil, deliberou a criação de um Grupo de Trabalho sobre Megaeventos. Em outubro de 2011, a Secretaria de Direitos Humanos expediu resolução criando este GT “com o objetivo de receber denúncias, monitorar e propor diretrizes, com vistas a garantir o direito humano à moradia adequada e prevenir remoções forçadas, em decorrência das atividades para a Copa do Mundo de 2014 e para os Jogos Olímpicos de 2016 . Até o momento da edição deste relatório, porém, em maio de 2012, o GT não se havia instalado.

#### 4.2.2.3. Comissões

As comissões são subestruturas criadas no âmbito legislativo com o objetivo de subsidiá-lo no que tange às decisões a serem tomadas para a realização da Copa Do Mundo e seus projetos correlatos. São as seguintes: Comissão Externa da Câmara dos Deputados, formada apenas por deputados representantes do Estado do Rio de Janeiro; Comissão Especial da Lei Geral da Copa – Câmara dos Deputados; e Subcomissão Temporária do Senado Federal.

Informação a ser destacada quanto às comissões legislativas federais é o fato de possuírem tanto senadores quanto deputados diretamente envolvidos com negócios relacionados ao futebol. O relator da comissão da Lei Geral da Copa foi Vicente Candido, da Federação Paulista de Futebol; outros deputados receberam contribuições financeiras para suas candidaturas oriundas da CBF. Na subcomissão do Senado estiveram presentes dirigentes de clubes de futebol. A forte representação de interesses envolvidos com os negócios do futebol contrasta com a frágil representação do interesse público e das populações atingidas pelos impactos sócio-espaciais dos eventos.

#### 4.2.2.4. Consórcio

Por fim, temos o consórcio, entidade consultiva formada por empresas privadas cujo objetivo seria o de auxiliar o poder público federal a tomar decisões relacionadas ao evento. Neste âmbito consta apenas o chamado Consórcio Copa 2014. Segundo relatório do TCU de 2010 sobre os preparativos para a Copa do Mundo, as Empresa Brasileira de Engenharia de Infraestrutura Ltda. (EBEI), Galo Publicidade, Produção e Marketing Ltda., Value Partners Brasil Ltda., ValuePartners Management Consulting Ltda., e Enerconsult S.A. foram conjuntamente contratadas pelo Ministério dos Esportes para realizar os primeiros estudos de viabilidade, homologando, por assim dizer tecnicamente, as demandas de infraestrutura formuladas pela FIFA a cada uma das cidades-sede brasileiras. Contratado por dois anos no fim de julho de 2009, o consórcio deveria prestar serviços de Apoio ao Gerenciamento para Organização e Realização da Copa do Mundo de futebol FIFA – 2014.

Em síntese, não seria exagero afirmar que o processo de concepção e decisão das normas legais, dos planos e projetos foi participativo, mas apenas para os grupos de interesses diretamente envolvidos com o negócio dos megaeventos, sendo sociedade civil totalmente excluída, em particular os setores diretamente afetados pelos grandes investimentos..

### **4.3 Autoritarismo, Sonegação de Informações e Vedação à Participação Popular**

Em sua maioria, as decisões sobre destinação orçamentária, prioridades eleitas e projetos previstos para a Copa do Mundo de 2014 e os Jogos Olímpicos de 2016 não foram, em nenhum momento, submetidas ao escrutínio e ao debate públicos, sendo não raro implementadas através de medidas administrativas que passam ao largo tanto dos espaços consolidados de participação da sociedade civil, tais como os Conselhos da Cidade e Conselhos de Política Urbana, ou da apreciação dos próprios sujeitos afetados, primeiros interessados em manifestar-se. Os representantes dos movimentos sociais no Conselho

Nacional das Cidades conseguiram aprovar a criação de um Grupo de Trabalho específico sobre a Copa do Mundo de 2014, o qual, no entanto, encontra-se praticamente inoperante. Na cidade de Recife, foram seguidas as solicitações de apresentação e discussão dos projetos com a população, sem sucesso.

Por sua vez, nos poucos casos em que se verificou a realização de audiências públicas e estudos de impacto, argumentos tecnocráticos e a falta de vontade política dos gestores tornaram inócuas as tentativas populares de problematização dos projetos, desprezando denúncias de irregularidades e alternativas indicadas. Exemplo disso é o caso do Mercado Distrital do Cruzeiro, em Belo Horizonte, alvo de projeto apoiado pelo Município, que pretende sua demolição para a construção de um *shopping center*, hotéis e estacionamento para dois mil carros. Moradores do entorno e comerciantes são contrários ao projeto e organizaram, em parceria com o Instituto de Arquitetos do Brasil, um concurso de projetos arquitetônicos para revitalização do mercado, como alternativa ao empreendimento. O resultado do concurso seria apresentado no dia 2 de setembro de 2011 ao prefeito que se recusou a comparecer na data<sup>56</sup>.

Tal postura é adotada pelos três entes federativos (União, Estados e Municípios) como também no âmbito dos três Poderes. No que diz respeito ao Legislativo, o discurso da “urgência” tem inviabilizado o debate sobre as inúmeras normas legais de exceção aprovadas por exigência da FIFA, do COI, de seus parceiros comerciais e de interesses corporativos de vários tipos – empreiteiras, associações empresariais, proprietários de terra, etc. Mesmo com forte resistência dos moradores da região, a Câmara de Vereadores de Belo Horizonte aprovou em maio de 2011 a privatização de parte da Rua Musas, no bairro Santa Lúcia. A venda do espaço público e dos lotes no entorno deverá servir à construção de um luxuoso complexo hoteleiro pelas empresas Mais Investe/Verga/Tenco<sup>57</sup>. Em Curitiba, a Lei Municipal n. 13.620/2010<sup>58</sup> concedeu, sem qualquer contrapartida justificável, R\$90 milhões em “potencial construtivo especial” para a obra particular do Estádio João Américo Guimarães, que receberá os jogos do Mundial de Futebol, apesar da oposição unânime de cidadãos, entidades e movimentos sociais em duas audiências públicas. Tampouco as demais reivindicações de informação e participação popular então formuladas foram atendidas<sup>59</sup>.

<sup>56</sup> Vide notícias veiculadas no Jornal O Estado de Minas: [http://www.em.com.br/app/noticia/gerais/2011/09/04/interna\\_gerais,248721/discussao-sobre-o-mercado-distrital-do-cruzeiro-nao-avanca-na-prefeitura.shtml](http://www.em.com.br/app/noticia/gerais/2011/09/04/interna_gerais,248721/discussao-sobre-o-mercado-distrital-do-cruzeiro-nao-avanca-na-prefeitura.shtml)

<sup>57</sup> Mais informações sobre o caso em: <http://www.salveamusas.com.br/>

<sup>58</sup> Art. 1º FicainstituídoopotencialconstrutivoespecialrelativoaoProgramaEspecialdaCopadoMundoFIFA2014. Art. 2º O Programa autoriza a concessão de potencial construtivo de, no máximo, R\$ 90 milhões de reais, referentes ao valor previsto para execução das obras exigidas para adequação do Estádio selecionado para sediar a Copa do Mundo 2014.

<sup>59</sup> As reivindicações apresentadas em audiência pública na Câmara Municipal de Curitiba encontram-se sistematizadas no Documento de Providências. Disponível em: <http://terraredireitos.org.br/wp-content/uploads/2010/09/DOCUMENTO-DE-PROVIDENCIAS-AUD-COPA-DO-MUNDO.pdf>

Quanto aos conflitos judiciais, a tendência predominante é de desconsideração dos princípios constitucionais da ampla defesa e do contraditório (art. 5º, inciso LV), com processos de tramitação sumária e decisões liminares que minam as possibilidades de intervenção das partes hipossuficientes, deixando-as à mercê da arbitrariedade dos gestores públicos. Nesse sentido, relatos das 65 famílias despejadas por decisão judicial da Vila Recanto UFMG, em Belo Horizonte, indicam que foram tensas e infrutíferas as negociações com a prefeitura, estendendo-se por vários anos, sem diálogo nem transparência por parte desta. O município desapropriou a área por utilidade pública, não para atender à função social da habitação como prevê a legislação, mas para obras das Avenidas Presidente Antônio Carlos e Abraão Caram, principais vias de acesso ao estádio Mineirão<sup>60</sup>.

### IMPLEMENTAÇÃO FORÇADA DO PROJETO DO VLT EM FORTALEZA

O Projeto VLT –, conforme relatado no capítulo Moradia, surpreendeu as 22 comunidades atingidas em abril de 2010 com notícias em jornais sobre a realização da obra e a conseqüente remoção dos moradores. Sem qualquer consulta prévia e antes do Estudo de Impacto Ambiental (EIA), funcionários das empresas contratadas visitaram as localidades para realizar cadastros socioeconômicos, sem fornecer informações detalhadas sobre a implementação do projeto. Embora o próprio Termo de Referência do VLT traga a obrigatoriedade da participação, o EIA revela que 54,4% dos entrevistados não tinham conhecimento da obra.

O Parecer Técnico N° 3104/2011 – DICOP/GECON da Superintendência Estadual do Meio Ambiente declara que o impacto do projeto no acesso à informação foi considerado “*ADVERSO, pois, pela forma como foi conduzido junto às comunidades, resultou em aumento da insatisfação, desconhecimento do projeto e aumento negativo da expectativa da população*”. A Superintendência negou a realização de nova audiência pública para que sejam avaliadas, discutidas e se for o caso, questionadas as complementações ao EIA/RIMA referentes à apresentação e justificativa de alternativas tecnológicas e locacionais do projeto do VLT e às medidas mitigadoras de indenização e reassentamento. Em razão de tais violações, a Defensoria Pública do Estado do Ceará ajuizou contra o projeto Ação Civil Pública em novembro de 2011.

Fonte: Relatório de Questionamentos e Alternativos à Obra do VLT Paragaba-Mucuripe (Comitê Popular da Copa de Fortaleza - 18 de 08.2011) e <http://copa2014curitiba.wordpress.com/>

<sup>60</sup> O caso foi objeto de análise sociológica em “*A Copa, a Cidade e a Vila*”, disponível em: [http://www.fafich.ufmg.br/gesta/BARBOSA,\\_Thiago\\_A\\_Copa,\\_a\\_%20Cidade\\_e\\_a\\_Vila\\_-\\_um\\_estudo\\_de\\_caso\\_sobre\\_a\\_Vila\\_Recanto\\_UFMG.pdf](http://www.fafich.ufmg.br/gesta/BARBOSA,_Thiago_A_Copa,_a_%20Cidade_e_a_Vila_-_um_estudo_de_caso_sobre_a_Vila_Recanto_UFMG.pdf)

Em Natal, 429 imóveis estão sendo desapropriados, sendo 269 residenciais, para obras de mobilidade urbana do município sem qualquer debate público prévio com a sociedade. Não foram apresentadas alternativas possíveis para minimizar impactos sociais e ambientais, e órgãos de controle social legalmente constituídos, como o Concidade e os Conselhos de Habitação e Transporte e Trânsito Urbano sequer foram consultados. Diante da ameaça de expulsão da cidade pelo baixo valor das desapropriações, que não permitem adquirir outro imóvel em condições semelhantes, os moradores estão contados com assessoria jurídica do Escritório Popular da UFRN.

Via de regra, agentes públicos não apenas escondem dados como intencionalmente disseminam falsas informações. Muitas famílias são coagidas a aceitar qualquer acordo diante da pressão. Em São Paulo, moradores da região de Itaquera, Zona Leste da cidade, atingidos por obras viárias para a Copa do Mundo, apreensivos, informaram que representantes da prefeitura têm feito vistorias nas casas e afirmam que serão removidas. Mas não há nenhuma informação ou contato oficial, muito menos são apresentadas alternativas. Conforme relato da moradora Maria Aparecida: “A prefeitura veio, cadastrou meu nome e disse que vou ter que sair”. Adriano Evangelista, por sua vez afirmou que: “Eles vieram aqui e me entregaram um papel dizendo que a casa será interditada. Não disseram se vamos ter direito a alguma coisa nem se vão nos levar para algum outro lugar”. Também não foram informados se receberão algum auxílio caso tenham de deixar o local<sup>61</sup>. O tratamento, contudo, não é tão violento quando o público afetado é a classe média, casos em que são seguidos todos os trâmites legais: notificação dos indivíduos, negociação de valores e formalização de acordos.

No Rio de Janeiro, houve notificações judiciais a moradores da Vila Harmonia e do Metrô Mangueira com o prazo absurdo de “zero dias” para desocupação das áreas por seus moradores e comerciantes<sup>62</sup>. No Rio de Janeiro, diferentes autoridades municipais informam que a comunidade da Vila Autódromo deverá ser removida ora em razão da implantação do Parque Olímpico, ora por razões ambientais, ora para dar lugar a uma obra viária.

---

<sup>61</sup> Fonte: Agência Brasil: <http://www.portal2014.org.br/noticias/8595/MORADORES+EM+ITAQUERA+T+EMEM+REMOCOE+POR+CAUSA+DE+OBRAS+DA+COPA.html>

<sup>62</sup> Disponível em: [http://fotos.midiataatica.info/gallery/main.php?g2\\_view=core.DownloadItem&g2\\_itemId=2389&g2\\_GALLERYSID=932d1bd6916a5b78c39fe474628a3c5c](http://fotos.midiataatica.info/gallery/main.php?g2_view=core.DownloadItem&g2_itemId=2389&g2_GALLERYSID=932d1bd6916a5b78c39fe474628a3c5c)

## INEFICÁCIA DOS ESPAÇOS OFICIAIS DE PARTICIPAÇÃO E RECUSA DE DIÁLOGO COM AS COMUNIDADES ATINGIDAS PELA AVENIDA TRONCO EM PORTO ALEGRE/RS

Em julho de 2010, em reunião do Fórum de Planejamento Regional da RP5 de Porto Alegre, que integra as regiões do Glória, Cruzeiro e Cristal, a Secretaria Municipal da Copa apresentou aos delegados o traçado final da duplicação da Avenida Tronco. As comunidades do Cristal foram surpreendidas com a proposta da obra, já inteiramente definida. Sem ao menos terem oportunidade de questionamento sobre reassentamento, alternativas de traçado e mitigações, tomaram conhecimento da previsão de remoção de cerca de 1.800 famílias, do bairro que sofre atualmente grande corrida imobiliária em função de sua localização privilegiada, conforme discute o capítulo Moradia.

No mês seguinte, a Assembléia Legislativa do Rio Grande do Sul aprovou por unanimidade e sem nenhuma consulta à população da região, o Projeto de Lei n. 178/10, que altera o contrato de concessão do Estado sobre a área conhecida como Cocheiras do Jockey, permitindo sua comercialização por particulares e agravando o problema.

Embora os próprios moradores das Vilas Divisa e Cristal tenham indicado 13 áreas próximas livres e sem uso para realocação das famílias que deveriam ser removidas, a única resposta do prefeito José Fortunati foi o anúncio de que deveriam indicar três nomes de lideranças para compor o Comitê Gestor da Obra de duplicação da Avenida Tronco, vagas estas posteriormente preenchidas por representantes comunitários ligados à prefeitura, oriundos de apenas uma das três áreas impactadas.

Essa realidade se expressa nas declarações de moradores como o Sr. José Renato Maia: *“Não sabemos quando começam as obras, quem será mesmo atingido, para onde serão removidas as famílias. Queremos ter o direito de discutir o nosso futuro. Defendemos a realização da Copa, mas com respeito aos direitos da população”*.

O total distanciamento do Município da Região Cristal permanece, a despeito da realização de diversas denúncias, das inúmeras audiências públicas – inclusive na Câmara de Vereadores em abril de 2011 – e do envolvimento do Ministério Público Estadual solicitando providências de informação e participação. A postura de autoritarismo e recusa de diálogo ficou evidenciada ainda no pronunciamento do prefeito em programa de rádio local no sentido de que haveria na cidade *“baderneiros e pessoas que são contra o progresso e que, inclusive, produziram boletins informativos e vídeos mentirosos sobre o desenvolvimento das obras da Copa e da transparência (...)”*.

Os gestores públicos têm se omitido diante da questão, deixando aos técnicos do Departamento Municipal de Habitação – DEMHAB – a condução do caso. Prova disso, é que apenas depois da oposição coletiva dos moradores em submeter-se ao cadastramento imposto pelo Departamento, o prefeito concordou em realizar uma reunião com as comunidades, solicitada nada menos que 135 dias antes.

---

## MEIO AMBIENTE

A LEGISLAÇÃO AMBIENTAL ESTÁ CONSOLIDADA desde 1981 na Lei 6.938, que estabelece a Política Nacional do Meio Ambiente e o Sistema Nacional do Meio Ambiente – SISNAMA. A Constituição Federal de 1988, em seu art. 225, no capítulo Meio Ambiente, estabelece: “*Todos têm direito ao meio ambiente ecologicamente equilibrado, bem de uso comum do povo e essencial à sadia qualidade de vida, impondo-se ao Poder Público e à coletividade o dever de defendê-lo e preservá-lo para as presentes e futuras gerações*”. A Constituição determina também que obras ou atividades potencialmente causadoras de significativa degradação ao meio ambiente deverão ser precedidas de estudo de impacto ambiental, ao qual deve ser dada ampla publicidade. No mesmo ano de 1988 foi instituída a Lei de Crimes Ambientais (Lei n.º 9.605).

Merecem igualmente destaque os principais instrumentos internacionais presentes no ordenamento jurídico nacional: em 1992 foram adotados o Pacto de Direitos Civis e Políticos (1966), o Pacto dos Direitos Econômicos Sociais e Culturais – PIDESC (1966) e a Convenção Americana sobre Direitos Humanos – Pacto de San José da Costa Rica (1969). Em 1998, adotou-se a Convenção sobre Diversidade Biológica (1992) e em 1999, o Protocolo Adicional à Convenção Americana sobre Direitos Humanos em Matéria de Direitos Econômicos Sociais e Culturais – Protocolo de San Salvador (1988). Já em 2004 e 2006, respectivamente, foram adotadas a Convenção 169 da Organização Internacional do Trabalho sobre Povos Indígenas e Tribais (1989) e a Convenção para a Salvaguarda do Patrimônio Cultural Imaterial (2003). Finalmente, em 2007, temos a adoção da Convenção sobre a Proteção e a Promoção da Diversidade das Expressões Culturais (2005).

### 5.1 Estudos de Impacto Ambiental e Licenciamento

O principal instrumento hoje utilizado para planejamento ambiental, avaliação de impactos, delimitação de área de influência e definição de mecanismos de compensação e mitigação dos danos previstos de grandes obras é o Estudo de Impacto Ambiental/Relatório de Impacto Ambiental – EIA/RIMA, condição para o licenciamento ambiental, que permite o início de obras e seus preparativos. Deve justificar as escolhas adotadas nos projetos, oferecer

alternativas a eles e incluir em seu diagnóstico aspectos físicos, biológicos e ecossistemas, aspectos urbanos (quando se aplicam), socioeconômicos, históricos e culturais da sociedade local. Determina também ampla publicidade aos documentos do diagnóstico; as análises, compensações e mitigações devem ser objeto de discussão pública, por meio de audiências. Complementarmente, a Lei n.º 10.650, de 2003, determina o acesso público aos dados e informações ambientais existentes nos órgãos e entidades integrantes do sistema.

O que temos visto na prática, no entanto, é que os projetos já estão decididos antes mesmo de seu licenciamento e dos estudos de viabilidade. Além das pressões políticas a que são submetidos pelos seus respectivos governos, as agências ou órgãos licenciadores, sobretudo em nível estadual e municipal, são carentes de pessoal técnico qualificado e infraestrutura adequada para cumprir suas atribuições na avaliação de impactos ou para o estabelecimento de políticas públicas relacionadas.

Situações de crise têm ainda sido utilizadas como justificativa para simplificação de processos e eliminação de etapas, dentre elas as mais importantes, como consultas e audiências públicas.

Para as obras da Copa e Olimpíadas, foi aberta mais uma exceção. Conforme apresentado no capítulo Acesso à informação, participação e representação popular, criou-se o Grupo de Trabalho Meio Ambiente para propor e articular ações de sustentabilidade ambiental para a Copa 2014. Na prática, o grupo tem buscado formas de facilitação de processos de licenciamento ambiental para os megaeventos. Apesar desta “flexibilização”, as prefeituras não abrem mão de burlar a legislação ambiental, utilizando-se do Relatório Ambiental Simplificado – RAS para obras complexas, desconhecendo de maneira grosseira os impactos sociais e ambientais e violando abertamente a legislação vigente.

No Rio de Janeiro, enquanto facilidades ambientais são oferecidas a projetos e intervenções com dramáticos impactos sobre sistemas lagunares, a proximidade a faixas marginais de lagoas é utilizada como argumento para remover populações pobres. Obras viárias de porte, como o corredor viário para o BRT Transcarioca, de grande impacto ambiental em regiões frágeis, são licenciadas mediante RAS em flagrante violação da legislação de licenciamento vigente, sem que a população seja de fato informada sobre os projetos e suas consequências.

A Mata do Isidoro, última área verde de Belo Horizonte tem 10 milhões de metros quadrados (que comportariam 88 Maracanãs) de natureza quase virgem e uma comunidade quilombola, próxima ao novo Centro Administrativo. Para abrigar a “Vila da Copa” e futuramente cerca de 300.000 pessoas (ver capítulo Moradia) foi transformada pela Câmara Municipal de Belo Horizonte na mais nova regional da capital, alvo de Operação Urbana. Entre as 14 irregularidades apontadas no processo, o Ministério Público Estadual questiona o imbróglio que envolve o Conselho Municipal do Meio Ambiente – órgão que concedeu o licenciamento ambiental ao projeto – à construtora responsável pelas obras. A mata é também a única área da

RMBH que teve o licenciamento delegado pelo Estado de Minas Gerais, detentor desta competência, ao município, que o aprovou sem Estudos de Impacto de Vizinhança.<sup>63</sup>

## 5.2 Redução de APPs e alteração de leis urbanísticas sem estudos de impacto

O Plano Diretor de Porto Alegre (PDDUA) resultou de intenso processo de debates, envolvendo reuniões participativas e audiências públicas ao longo de quatro anos. Aprovado em 22 de julho de 2011, vem sendo descaracterizado e desvirtuado por leis complementares que submetem a cidade aos empreendimentos associados à Copa 2014: elevação de índices de aproveitamento para reformas e ampliações de centros esportivos, clubes, equipamentos administrativos, hospitais, hotéis, centros de eventos, centros comerciais, *shopping centers*, escolas, universidades e igrejas. Foram realizadas alterações no zoneamento ampliando índices construtivos e reduzindo áreas de APP. O índice construtivo passou de 1,3 para 1,9, e a altura permitida de 18 para 33 metros. A faixa de 500m de APP da orla foi reduzida para 255m. As concessões e grandes investimentos nos estádios dos dois times rivais “fez com que os movimentos de defesa do direito à cidade e do meio ambiente, que problematizaram as suas conseqüências, fossem calados pelo massivo apoio da população e da grande imprensa.” (GUTERRES, 2011, in FÁVARO, 2011). Segundo Raquel Rolnik, relatora da ONU para o direito à moradia adequada, “[o] que acontece em Porto Alegre mostra, na verdade, que a Copa de 2014 está sendo usada como motivo para que se altere o regime urbanístico das cidades brasileiras sem critérios, sem estudos e sem os processos de discussão públicos e participativos necessários.”<sup>64</sup>

Também em Porto Alegre, a área pública concedida ao Jockey Club passa por processo de liberação para privatização e concessão, que permitirá a construção de torres residenciais e comerciais a serem alugadas. Há denúncias de que a região não tem condições de absorver o impacto urbanístico e não foram ainda apresentados estudos ambientais.

Alterações de índices urbanísticos vêm sendo observadas também no Rio de Janeiro e em Salvador sem que tenham sido realizados Estudos de Impacto de Vizinhança ou Estudos de Impacto Ambiental. A Câmara Municipal do Rio de Janeiro aprovou, sem consulta prévia aos órgãos técnicos da prefeitura, emendas apresentadas pela Associação Brasileira da Indústria Hoteleira (ABIH) liberando a construção de empreendimentos na praia da Joatinga

<sup>63</sup> <http://www.cartacapital.com.br/sociedade/especulacao-imobiliaria-engole-ultima-area-verde-da-cidade/#todos-comentarios>

<sup>64</sup> Entrevista a Carta Capital, 26 de abril de 2011. Disponível em: <http://www.cartacapital.com.br/sociedade/onu-acusa-o-brasil-de-remover-pessoas-a-forca-por-conta-dos-jogos>

## RIO DE JANEIRO, VILA AUTÓDROMO: UM BAIRRO MARCADO PARA VIVER

A Vila Autódromo é uma comunidade nascida como vila de pescadores, à beira da Lagoa de Jacarepaguá, há mais de 40 anos, quando a região era ainda desprovida de infra-estrutura urbana. Nos anos seguintes, houve ampliação do número de lotes e moradores. Ao longo dos anos, mudou toda a região e a ocupação das margens da lagoa: aterros e grandes condomínios fechados reconfiguraram a morfologia e ocupação da região. A mais recente intervenção foi o aterro de uma área extensa avançando sobre o leito da Lagoa, inclusive com impermeabilização do solo, para a instalação da Cidade do Rock e realização do megaevento Rock in Rio.

Demarcada em parte como Área de Especial Interesse Social pela Câmara Municipal em 2005, a vila chegou a receber moradores da Comunidade Cardoso Fontes, autorizados a se instalar ali pela prefeitura, após remoção de seu local de origem. Em anos recentes, porém, a prefeitura vem empreendendo sucessivas tentativas de remoção da Vila Autódromo como parte de projeto de valorização imobiliária da Barra da Tijuca. A comunidade tem resistido através da mobilização social.

A remoção da Vila Autódromo, cuja maioria dos lotes é regular e tem título de Concessão de Direito Real de Uso (considerado instrumento de regularização fundiária pelo Estatuto da Cidade), é apresentada como necessária para a construção do Parque Olímpico, acionando argumentos de preservação ambiental. Tal justificativa não se sustenta, uma vez que há condições de permanência dos moradores com qualidade ambiental através de urbanização. Já teve início proposta para a realização de Termo de Ajustamento de Conduta, junto ao Ministério Público, estabelecendo condições para a redução da faixa de APP de 30m para 15m, conforme prevê a Resolução Conama n.º 369/2006.

O relator do Código Florestal na Comissão de Constituição e Justiça do Senado faz menção à Vila Olímpica como caso de “exceção para obras consideradas de interesse público”. O edital de licitação de concessão estimada em R\$1,4 bilhão à empresa privada para “implantar, operar e manter o Parque Olímpico” prevê a instalação de equipamentos esportivos em 25% da área do terreno de 1,2 milhão de metros quadrados. Como contrapartida a concessionária “terá o direito de explorar comercialmente as áreas remanescentes, o que inclui a construção de hotéis e prédios comerciais e residenciais” (O Globo, 01/12/2011).

A prefeitura chegou a justificar a remoção como exigência do Comitê Olímpico Internacional – COI. Como resposta, a comunidade, apoiada pela Defensoria Pública, elaborou uma Notificação ao COI com extensa argumentação pela permanência da vila. O próprio projeto para o Parque Olímpico, vencedor de concurso internacional promovido pelo Instituto dos Arquitetos do Brasil – IAB, mantém a Vila Autódromo, e inclui diversas intervenções na faixa de APP (possivelmente justificadas pelo “interesse público”).

A prefeitura segue com as tentativas de remoção da Vila Autódromo. Já tentou justificar com argumentos ambientais, com a necessidade de assegurar segurança para a Vila Olímpica do Pan, com a instalação do Parque Olímpico e, mais recentemente, falou que haverá ali uma alça ligando a Transolímpica à Transcarioca – muito embora os projetos de ambas as vias não mencionem a referida alça.

Como se tudo isso não bastasse, o terreno para o qual se pretende remover os moradores é, segundo o Núcleo de Terras da Defensoria Pública do Estado, área de alto risco no mapa elaborado pela própria prefeitura.

A Associação de Moradores elaborou recentemente o Plano Popular da Vila Autódromo, que comprova a possibilidade de permanência e melhoria das condições de moradia e saneamento com desenvolvimento sócio-econômico. A Vila Autódromo quer viver.



MORADORES ELABORAM PLANO POPULAR PARA MOSTRAR QUE URBANIZAÇÃO É POSSÍVEL E VIÁVEL TÉCNICAMENTE. FOTO: JULIA MICHAELS.



e em ruas internas da Barra da Tijuca. Foi também incluída emenda para a conversão, em área residencial, de prédio de uso residencial em hotel. Apesar de manifestações contrárias da associação de moradores do Flamengo – Flama, a vereadora e autora da emenda Patrícia Amorim (PSDB) justifica, utilizando-se do consenso em torno dos jogos: “Se o Flamengo for beneficiado pela emenda não há conflito, mas convergência de interesses. O bairro é uma região sob influência dos Jogos Olímpicos. As competições de vela serão realizadas na Baía de Guanabara, e o aterro será cenário da maratona e das provas de ciclismo”.<sup>65</sup>

Em Salvador, mesmo sem haver consenso no setor hoteleiro quanto à efetiva necessidade, o Prefeito enviou à Câmara Municipal o Projeto de Lei n.º 428/11 para “flexibilizar” o Plano Diretor e autorizar a implantação de equipamentos multiuso nos arredores da Arena Fonte Nova, liberando coeficientes urbanísticos para a atividade hoteleira em diversas áreas da cidade, notadamente na orla. Em nenhum dos casos foram apresentados estudos de impacto e há dados indicando que o setor hoteleiro de Salvador hoje trabalha

<sup>65</sup> O Globo, 21/10/2010

com 33% de capacidade ociosa. Foi também enviado à Câmara o Projeto de Lei n.º 432/11, que retira do Conselho da Cidade seu caráter deliberativo, provocando manifestação do Ministério Público que pediu a suspensão da tramitação do projeto.<sup>66</sup>

### **5.3 Simplificação de procedimentos de licenciamento ambiental para projetos de “interesse público”**

A licença para as obras do Estádio Arena das Dunas em Natal foi requerida em 25 de julho de 2011 e seu Estudo de Impacto Ambiental foi apresentado em 14 de agosto, com início das obras marcado para o dia seguinte. O cronograma se cumpriu apesar da ausência até mesmo da licença prévia, e claramente, da licença de instalação. O alvará para demolição do Estádio João Machado também não fora sequer solicitado, o que em trâmite normal requer prazo de aproximadamente um ano para expedição. Com as obras já iniciadas, o único documento protocolado na Secretaria Municipal de Meio Ambiente e Urbanismo pela OAS Ltda., construtora responsável pelas obras, foi para a implantação de tapumes.

Após emitidas as licenças necessárias em prazo recorde, o Ministério Público, por meio da Promotoria de Defesa do Meio Ambiente, instaurou em novembro o Inquérito Civil n.º 17/2011 no intuito de verificar a regularidade da licença ambiental para construção de túnel de drenagem de águas pluviais necessário ao estádio, ligando o Centro Administrativo do estado ao Rio Potengi. O projeto do túnel fora licenciado pelo órgão responsável (IDEMA<sup>67</sup>) apenas com base em um relatório ambiental simplificado – RAS, sem a elaboração do EIA/RIMA.

Também em Natal, os impactos dos projetos de mobilidade urbana para a Copa 2014, de iniciativa da Prefeitura e Governo do Estado, atingem Área de Preservação Permanente e Zona de Proteção Ambiental no Estuário de Potengi e no Parque das Dunas. As obras não respondem aos graves problemas de mobilidade urbana do município e até o momento não tiveram seus impactos discutidos publicamente. Em face de tais omissões, o Comitê Popular da Copa 2014 de Natal interpôs representação ao Ministério Público Estadual no sentido de correção de tal irregularidade.

Na região de Cuiabá, a licitação para a construção do polêmico Teleférico na Chapada dos Guimarães (orçado em R\$ 6 milhões, dos quais R\$ 580 mil foram pagos à empresa construtora como adiantamento e sem direito a devolução) foi realizada sem projeto básico, licitada como compra de equipamento para burlar a Lei n.º 8.666 (que regulamenta licitações públicas), e com licença prévia ambiental baseada apenas em Relatório Ambiental Simplificado – RAS. A obra implicará em supressão de vegetação e em intervenções diretas em Áreas de Preservação Permanente. O Ministério Público ajuizou ação para suspensão da licença,

<sup>66</sup> Observatório da Copa Salvador 2014, novembro.2011.

<sup>67</sup> Instituto de Desenvolvimento Sustentável do Rio Grande do Norte

entendendo a necessidade de elaboração de EIA-RIMA. A obra já foi embargada duas vezes. Sobre o processo, o juiz Eduardo Calmon Cezar, que recebeu a ação, afirma: “Para qualquer homem de bom senso (...) há necessidade de estudos pormenorizados, sem pressa, com cautela, já que, de uma ação impensada, poderão resultar danos irreversíveis e inestimáveis”.

Enquanto observamos tal agilidade na emissão de alvarás e de licenças para as obras, o assentamento Chico Mendes, ligado ao Movimento dos Trabalhadores Sem Terra, localizado a 5 km da área que receberá a Cidade da Copa em Pernambuco e que produz alimentos orgânicos para venda em feiras de São Lourenço e Recife, aguarda, sem previsão de prazo, Carta de Anuência do Município de Paudalho para pedido de licenciamento ambiental e conseqüente instalação de energia elétrica. Por esta razão, a comunidade segue sem equipamentos sociais e os jovens têm que estudar em escolas distantes.<sup>68</sup>

No Rio de Janeiro, obras de grande impacto, como a via Transcarioca, são licenciadas mediante Relatório Ambiental Simplificado, em aberta violação da legislação ambiental, que exige Estudos de Impacto Ambiental para toda via com mais de uma pista de rolagem.

## 5.4 Economia Verde x Expansão Urbana

Os grandes investimentos em estádios e obras de mobilidade urbana para a Copa vêm acompanhados de um discurso de sustentabilidade ambiental e economia verde voltado para o melhor aproveitamento dos recursos naturais nas edificações, o reaproveitamento de resíduos e a redução de desperdícios.

O discurso “verde” mascara a desconsideração dos impactos causados pelas obras, como no caso da Arena das Dunas (retratado acima). Em Brasília, o Estádio Nacional de Brasília, substituto do estádio Mané Garrincha, recebeu o selo de Estádio Verde da mega-empresa estadunidense Leed Platinum (da US Green Building Council), mas a obra não obteve licenciamento ambiental! A Promotoria de Justiça de Defesa da Ordem Urbanística (Prourb) do Distrito Federal abriu ação apontando esta falta e questionando a forma como foi realizada a alteração das normas de uso e ocupação do solo (por decreto e não por lei, contrariando legislação federal). Também foi apontada a ausência de Estudo de Impacto de Vizinhança, de Relatório de Impacto de Tráfego, e da não manifestação do Instituto do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional (Iphan) acerca dos novos parâmetros urbanísticos propostos, já que se trata de edificação em área tombada.

A ação do MP foi indeferida liminarmente pelo juiz da vara de meio ambiente sob a argumentação de que se trata “de empreendimento com custo notoriamente elevado, que se não for concluído no prazo de seu planejamento, <...> importará em proporcional desperdício de recursos públicos, além de consequentes e previsíveis prejuízos à nação brasileira em face de sua imagem perante a comunidade internacional ante o fiasco contra

---

<sup>68</sup> Comitê Popular da Copa de Pernambuco, 28/09/2011

o qual é desejável prevenir”. O juiz reconheceu que a ausência de prévio e completo estudo urbanístico e ambiental pode causar prejuízos ao meio ambiente e à ordem urbanística, mas, em sua opinião, a paralisação das obras traria prejuízo ainda maior.

Em caso mais grave, pela abrangência do projeto, a construção do estádio em Recife abre uma nova frente de expansão urbana na Região Metropolitana sem terem sido concluídos os estudos ambientais obrigatórios.

Em síntese, pode-se afirmar que, não obstante a retórica verde, as 12 cidades que sediarão a Copa do Mundo e, no caso do Rio de Janeiro, também os Jogos Olímpicos, sofrerão impactos ambientais consideráveis, que o poder público, omissivo e conivente, não se preocupa nem mesmo em conhecer e mitigar. A ilegalidade ambiental é apenas uma faceta a mais da cidade de exceção.

### ARENA PERNAMBUCO: IMPACTO AMBIENTAL SEM ESTUDOS PRÉVIOS

As obras em área antes desocupada dão como fato consumado a abertura de uma frente de expansão urbana sem planejamento prévio, e com impactos ainda em estudo. A Arena Pernambuco, cujo projeto inclui “medidas socioambientais” como o uso de energia solar, soluções de ventilação, reaproveitamento de água, tratamento do esgoto e iluminação natural obteve licença ambiental e está já com obras avançadas. Já a Cidade da Copa, onde deverá se inserir o estádio, está localizada em São Lourenço da Mata e tem licenciamento ambiental ainda em tramitação na Agência Estadual de Recursos Hídricos – CPRH. O empreendimento exigirá investimentos públicos em infra-estrutura urbana de grande monta, para além das obras de mobilidade previstas, enquanto extensas áreas da Região Metropolitana de Recife permanecem com problemas estruturais de abastecimento de água, rede de esgoto e acessibilidade, entre outros.

Citando experiências internacionais de Los Angeles e Londres, jornal local afirma que “projetos desse porte geralmente valorizam e induzem o desenvolvimento de seu entorno”. A experiência nacional, no entanto, tem mostrado o contrário; “cidades planejadas” (como Brasília, Goiânia, Palmas) que não trazem em seu planejamento propostas para a habitação social, como é o caso da Cidade da Copa, em geral atraem para seu entorno verdadeiras “cidades de exclusão” ocupadas em grande parte pelos próprios trabalhadores que mantêm a “cidade planejada”.



RECIFE – A CIDADE DA COPA ESTÁ SENDO CONSTRUÍDA EM LOCAL AFASTADO. FOTO: LEANDRO UCHOAS.

---

## ACESSO A SERVIÇOS E BENS PÚBLICOS E MÓBILIDADE

O ACESSO AOS SERVIÇOS E bens públicos e à mobilidade urbana configura-se como direito humano nos tratados internacionais a partir de duas frentes. A primeira diz respeito aos direitos fundamentais do homem, conforme constam da Declaração Universal dos Direitos Humanos. Enquanto no artigo II busca-se garantir a universalidade dos direitos e liberdades estabelecidos, no artigo XIII define-se a liberdade de locomoção dentro das fronteiras de cada Estado, que em meio urbano pode também ser traduzida como direito de acesso a espaços públicos e direito à locomoção pela cidade. Mais adiante o artigo XXV identifica o direito aos serviços sociais indispensáveis.

A segunda frente decorre do conceito de moradia adequada, ao qual estão necessariamente vinculados os serviços públicos correspondentes e o acesso à própria unidade habitacional, conforme reza o Comentário Geral nº. 4 da Organização das Nações Unidas referente à habitabilidade, quando menciona a *“disponibilidade de serviços, materiais, facilidades e infraestrutura, [...] acesso sustentável a recursos naturais e comuns, água apropriada para beber, energia para cozinhar, aquecimento e iluminação, facilidades sanitárias, meios de armazenagem de comida, depósito dos resíduos e de lixo, drenagem do ambiente e serviços de emergência”*. A mobilidade, mais especificamente, está ainda melhor contemplada no item *Localização* quando o texto menciona que *“A habitação adequada deve estar em uma localização que permita acesso a opções de trabalho, serviços de saúde, escolas, creches e outras facilidades sociais”*.

Desta forma, nesta sessão são objeto de exame: 1) o cerceamento ou impedimento do acesso a serviços públicos, tanto ligados às questões da habitabilidade e dos serviços sociais indispensáveis quanto a defesa e assessoria jurídica públicas; 2) o cerceamento do acesso universal a bens públicos como logradouros, praças, parques, etc; 3) a interposição de dificuldades à locomoção e à acessibilidade das unidades habitacionais e à mobilidade urbana.

### 6.1. Acesso a serviços públicos

Entre as várias estratégias utilizadas pelo Poder Público para pressionar comunidades inteiras ou ainda pior, esfaceladas, divididas, está o corte ou a interposição de dificuldades

de acesso aos serviços essenciais à moradia adequada, conforme exposto no capítulo Moradia. A suspensão de coleta de lixo é prática adotada nacionalmente, enquanto em alguns casos a municipalidade e o estado suspendem também, ou não instalam, a infraestrutura necessária – seja fornecimento de energia, água tratada, esgotamento ou comunicações.

A permanência por tempo indeterminado de escombros resultantes da demolição de unidades habitacionais em áreas de remoção, causando terror, risco de doenças e desabamentos foi praticada sistematicamente na cidade do Rio de Janeiro, como o evidenciam os casos da Restinga, do Metrô Mangueira e da Estradinha, que moveu ação contra o município através do Núcleo de Terras e Habitação da Defensoria Pública do Rio de Janeiro. Em Porto Alegre, a mesma prática ocorreu na Vila Dique e no Bairro Cristal.

Em setembro de 2010, em audiência pública na Câmara dos Vereadores sobre a não prestação de serviços públicos às ocupações, a comunidade Dandara denunciou as Centrais Elétricas de Minas Gerais e os Correios, por se negarem a fornecer o serviço público em área com arruamento e numeração completos, assim como a Companhia de Saneamento de Minas Gerais, por não cumprir acordo segundo o qual disponibilizaria padrões adequados de água e implantaria rede de esgoto. O Corpo de Bombeiros foi acionado por omissão no socorro aos moradores e os postos de saúde da rede municipal o foram por dificultarem o atendimento a moradores da comunidade. A suspensão dos serviços ocorreu também nas Vilas Dique e Arroio Cavalhada em Porto Alegre.

Outro aspecto do acesso universal aos serviços públicos concerne o direito de contar com o apoio jurídico, e de ser representado pela defensoria. Este é um caso grave em que até mesmo o direito de defesa foi comprometido em pelo menos duas cidades. No Rio



## A DESTRUIÇÃO DO NÚCLEO DE TERRAS E HABITAÇÃO DA DEFENSORIA DO RIO DE JANEIRO

Em carta aberta à sociedade, datada de março de 2011, o Conselho Popular do Rio de Janeiro denuncia que as comunidades ameaçadas de remoção, as que estão sendo mal indenizadas ou removidas para casas nos confins da cidade, e as que foram despejadas e dependem do “aluguel social” por prazo indeterminado, estão vendo reduzidos o seu direito de defesa. O atual Defensor Geral trabalha para desorganizar o Núcleo de Terras e Habitação da Defensoria Pública do Rio de Janeiro (NUTH), única instituição estadual que se dedica a defender e a buscar minorar os impactos da perda da moradia promovida pela prefeitura em razão da construção de vias e outras obras que preparam a cidade para a Copa do Mundo e as Olimpíadas.

O novo Defensor Geral, Nílson Bruno, foi eleito por seus pares com o *slogan*: Defensoria para os Defensores, com a pretensão de aumentar o distanciamento dos assistidos e dos movimentos sociais e aumentar a intimidade com as autoridades. Ao amarrar os núcleos mais produtivos como o NUTH e o Núcleo de Direitos Humanos (NDH), fere de morte o princípio da independência funcional dos Defensores, que se dedicam à primazia da dignidade da pessoa humana e à redução das desigualdades sociais, objetivo primeiro determinado no Estatuto dos Defensores Públicos (Lei Complementar n.º 80/1994).

O Conselho Popular tem procurado o diálogo e já realizou uma reunião no início de 2011 com o Defensor Geral, mas agora assistimos à diminuição do quadro de estagiários do NUTH e à destituição da coordenadora, desestabilizando ainda mais os trabalhos. A recentemente aprovada Resolução DPGE n.º 569, que cria o Comitê Extraordinário no período de execução da Copa do Mundo de 2014 e Olimpíadas de 2016, enfraquece ainda mais o NUTH e o Núcleo de Direitos Humanos, além de ensejar acordos com as autoridades estatais em detrimento dos interesses dos assistidos, pois não contempla a participação da sociedade e nem de defensores historicamente comprometidos com a defesa dos cidadãos.

de Janeiro assistiu-se a tentativa de dismantelamento do Núcleo de Terras e Habitação (NUTH) da Defensoria Pública do Rio de Janeiro, cuja ação em defesa de populações ameaçadas de remoção passou a ser vista com um mau exemplo e um obstáculo à liberdade de ação que é desejada pelos que mandam na cidade de exceção. O outro caso foi o da desmontagem e fechamento do Escritório de Direitos Humanos e Assessoria Jurídica Popular Frei Tito de Alencar, que funcionava na Assembléia Legislativa do Estado do Ceará, em virtude de seu engajamento no apoio jurídico a moradores ameaçados e atingidos pelas obras da Copa de 2014.

O grave, nestes casos é que órgãos públicos destinados à defesa das populações mais pobres e dos direitos humanos passam a ser, eles também, alvos da mesma coalizão de interesses e forças que se abatem sobre aqueles que atendem. Em outras palavras, os defensores das vítimas se transformam, eles também, em vítimas da violência – física ou, no caso particular, institucional.

## 6.2. Acesso a bens públicos

A liberdade de ir e vir, nesta seção tratada como acesso a espaços públicos e direito à locomoção pela cidade, tem sido ameaçada em alguns casos de “faxina social” associados à realização da Copa e dos Jogos Olímpicos.

Em audiência pública sobre os impactos da Copa, ocorrida em Belo Horizonte, o representante do Centro Nacional de Defesa dos Direitos Humanos da População em Situação de Rua e dos Catadores de Materiais Recicláveis denunciou que os moradores de rua, independentemente de idades e condições físicas e mentais, têm sido submetidos a truculentas ações em que são abordados durante a madrugada por fiscais da Prefeitura. *“Com um caminhão e escolta da Polícia Militar, estes fiscais recolhem os utensílios pessoais dos moradores de rua e em seguida lavam com jatos de água fria a calçada em que estes moradores dormiam.”*

### ADVOGADOS DO ESCRITÓRIO FREI TITO FORAM EXONERADOS DA ASSEMBLÉIA LEGISLATIVA

Assistimos hoje a mais um perverso golpe contra a Assessoria Jurídica Popular na sua luta política e judicial pela efetivação dos direitos humanos no estado do Ceará. Em fevereiro de 2011, o novo presidente da Assembléia Legislativa do Ceará, Deputado Roberto Cláudio excluiu da folha de pagamento trinta por cento dos funcionários da casa, entre eles os advogados do Escritório de Direitos Humanos e Assessoria Jurídica Popular Frei Tito de Alencar, vinculado à comissão de Direitos Humanos e Cidadania e que atua em parceria com entidades públicas e privadas na defesa da sociedade contra violações aos direitos humanos, em demandas coletivas ou individuais de grande repercussão.

O Escritório Frei Tito de Alencar (EFTA) desde o ano 2000 vinha atuando na luta intransigente pelos direitos humanos, acompanhando em 2011 mais de cem comunidades em todo o Estado (Quilombolas, Indígenas, Pesqueiras e, principalmente, urbanas na luta pelo Direito à Moradia Adequada). Nesses mais de dez anos, destacou-se principalmente na defesa do direito constitucional à moradia, através do apoio jurídico a diversas comunidades e ocupações. Mesmo trabalhando arduamente no cumprimento da sua missão, acompanhando mais de cem comunidades na capital e no interior, os advogados e estagiários não foram poupados da “canetada” do Presidente. Foram demitidos os advogados oriundos dos núcleos de Assessoria Jurídica Universitária do Estado, com uma relação histórica com os movimentos sociais, assim como os estagiários. Eles integravam a Rede Estadual de Assessoria Jurídica Universitária e haviam sido selecionados de forma pública, através da divulgação de edital de seleção, na qual profissionais comprometidos com a luta pelos direitos humanos e com histórico de aproximação com as demandas populares são escolhidos pela Comissão de Direitos Humanos. Agora a seleção ficará a cargo da mesa diretora da casa.

A exoneração de seus/suas advogados e estagiários expressa uma clara e covarde tentativa de esvaziamento político da atuação do EFTA na Cidade de Fortaleza em tempos de preparação para as remoções para as obras da Copa.

No Rio de Janeiro, a política municipal designada “Choque de Ordem”, em vigor desde o dia 5 de janeiro de 2009, tem tido por objetivo realizar operações de repressão a vendedores ambulantes, flanelinhas, moradores de rua, construções irregulares e publicidade não autorizada. O termo convencionalmente utilizado pelo poder público para caracterizar as ações é “combate à desordem urbana”. Não seria exagero afirmar que os pobres e suas formas de existência à margem da formalidade têm sido os principais alvos. Violam-se assim o direito ao trabalho e à livre circulação.

Ao tratar toda essa gama de problemas estruturais resultantes da extrema desigualdade social como questão de “ordem pública”, o poder público evidencia que não enfrentará as reais causas para alterar a realidade. Ao contrário, opta pela adoção de uma política repressiva que criminaliza e penaliza ainda mais a pobreza. A lógica expressa nas ações e nas declarações das autoridades demonstra que a idéia de limpeza social e étnica volta à tona com o pretexto de promover ordem e segurança no espaço público ao custo da eliminação de todos os direitos dos mais pobres, nesse caso à moradia e, principalmente, ao trabalho. É a questão social transformada em questão de polícia, como na 1ª República.

Apesar do “Choque de Ordem” ter uma abrangência de ação em todo o município do Rio, suas ações são, majoritariamente, concentradas em territórios nobres como Zona Sul, Barra da Tijuca, Recreio e Centro, áreas de maior concentração de riqueza desta cidade e palco privilegiado dos eventos e turismo ligados aos megaeventos Copa 2014 e Olimpíadas.

Complementarmente ao “Choque de Ordem”, a Resolução nº 20/2011 da Secretaria Municipal de Assistência Social do Rio de Janeiro, versa sobre dois procedimentos do Serviço Especializado em Abordagem Social para os quais chamamos atenção especial, por se tratarem de uma afronta aos direitos fundamentais de crianças e adolescentes, especialmente o direito à liberdade: “realizar o acompanhamento de forma prioritária, dos casos de crianças e adolescentes atendidos até o encaminhamento para a unidade de acolhimento”; assumir a responsabilidade “pela proteção, guarda e cuidado, protegendo-os e impedindo-os da evasão”.

O encaminhamento das crianças e dos adolescentes abordados no âmbito da política de atendimento à população em situação de rua para entidades de acolhimento institucional é uma atribuição exclusiva do Poder Judiciário e dos conselhos tutelares, conforme indica o Estatuto Nacional dos Direitos da Criança e do Adolescente (ECA). Ademais, a medida protetiva de acolhimento institucional não consiste em uma medida de privação de liberdade, devendo ser executada de forma voluntária pela criança ou adolescente. A mera previsão de que a entidade de acolhimento deve impedir a evasão destas crianças e adolescentes consiste em uma violação ao disposto no ECA.

O Conselho Nacional dos Direitos da Criança e do Adolescente, órgão deliberativo do sistema de garantia de direitos da criança e do adolescente no Brasil, em razão da publicação e implementação da resolução nº 20/2011, emitiu nota técnica de repúdio às medidas, con-

siderando a Convenção Internacional Sobre os Direitos da Criança, a Constituição Federal de 1988, o ECA e a Lei 10.216 (sobre o regime de internação de dependentes químicos).<sup>69</sup>

### 6.3. Mobilidade

A mobilidade urbana constitui condição de mesma de vida na cidade moderna. Sabe-se que tanto mais democrática será a cidade quanto mais democrática for a mobilidade, sinônimo de acesso aos diferentes segmentos do espaço urbano. Ora, é justamente o direito democrático à mobilidade que vem sendo colocado em risco. De um lado, assiste-se à expulsão sistemática de populações menos favorecidas das áreas centrais e de áreas valorizadas, o que tem significado sua segregação em espaços periféricos, distantes e inacessíveis, desprovidos de serviços e infraestrutura. De outro lado, o próprio planejamento do transporte urbano e metropolitano privilegia de maneira recorrente trajetos e corredores que atendem ou atenderão a determinados parcelas já privilegiadas da população, negando a outras amplas parcelas o direito à mobilidade, principalmente em seu trajeto casa-trabalho-casa. Assim, em Fortaleza investimentos são feitos para ligar o aeroporto à área hoteleira, com absoluto desprezo pelas necessidades de transporte público da imensa maioria da população. No Rio e Recife, as conexões visam abrir à especulação imobiliária áreas de fronteira urbana, ao invés de servir áreas mais densas e já ocupadas.

No Rio de Janeiro, enquanto o Poder Público planeja, investe e constrói as vias Transcarioca, Transolímpica e Transoeste, e o metrô Lagoa-Barra – todos ligados à realização da Copa e dos Jogos, a população clama por serviços de transporte de massa em outras direções e para outras comunidades. Em seminário organizado pelo Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro (IHGB) e pelo Programa de Pós-graduação em Urbanismo da UFRJ (Prourb) em maio de 2011 sobre as ações de revitalização da Região Portuária do Rio de Janeiro, intitulado “Porto Maravilha – desafios e problemas”, o especialista em Economia Rodoviária, palestrante convidado Marcos Poggi, declarou que nenhuma das obras previstas para o projeto poderá aliviar a questão da mobilidade no Rio de Janeiro e que a alternativa de transporte de massa que o Rio precisa é rumo à Baixada Fluminense e a São João do Meriti. Os investimentos em transporte no Rio de Janeiro, ao invés de atenderem à demanda existente, tornam possível a ocupação de áreas vazias ou pouco densas, promovendo a valorização imobiliária e a expansão irracional da malha urbana.

Em Fortaleza, as comunidades temem ainda mais pelas remoções, pois, com lembra Márcio Moreira, advogado e integrante do Comitê Popular da Copa e do Movimento dos Conselhos Populares, sabem o que aconteceu com cerca de cinco mil pessoas que

---

<sup>69</sup> Ver em anexo Pronunciamento Público do Centro de Defesa dos Direitos da Criança e do Adolescente.

moravam nas comunidades Vila Cazumba e Lagoa do Zeza, deslocadas para o longínquo conjunto habitacional Maria Tomásia: “*Elas foram deslocadas para áreas sem infraestrutura*”. Nessa capital, os projetos da Via Expressa e do VLT se superpõem geograficamente, enquanto as inúmeras adaptações de vias ao sistema BRT serão alimentadoras destes. Em conjunto, o sistema de transportes previsto ligará as mais valorizadas áreas urbanas litorâneas, onde se localizam o parque hoteleiro local, o futuro “Acquário Cearah” e o Terminal de Passageiros do Porto de Mucuripe, onde se espera a recepção de transatlânticos de turismo para a Copa, ao aeroporto e à região do Castelão. Nesta última região haverá uma operação de remoção – limpeza social –, de modo a favorecer a implantação de novos empreendimentos imobiliários. A ligação ao litoral leste também tem em vista a constituição de uma nova frente de empreendimentos turísticos da região metropolitana. Enquanto isto, a população vem sendo transferida ou ameaçada de remoção para outras regiões, onde não estão previstos projetos de mobilidade urbana.

O movimento “Metrô que o Rio Precisa” tem como motivação maior e imediata a construção da Linha 4 do Metrô Rio. Segundo o sítio do grupo, “*ignorando o projeto inicial licitado em 1998 que previa a ligação da Barra, através do Jardim Botânico e Humaitá à estação São João em Botafogo, o Governo Estadual está fazendo o planejamento e construção do Metrô Linha 4 sem qualquer transparência, baseado em estudos que não são divulgados e tomando decisões arbitrárias com a justificativa de atender a demanda para os Jogos Olímpicos. [...] A cidade do Rio de Janeiro quer um Metrô para os próximos 20 anos, e não apenas para 20 dias de jogos olímpicos. [...] O Movimento propõe como solução mais eficaz em termos do INTERESSE PÚBLICO a implantação do conceito de rede, mantendo o traçado original da Linha 4 (conforme marcado em azul no mapa anexo que faz parte integrante desse manifesto). [...] A premência de tempo para executar a ligação Zona Sul – Barra [...] não deve servir como justificativa para a implantação de atalhos que venham a prejudicar o plano metroviário previsto para a cidade e a perfeita integração da Linha 4 original com as Linhas 1 e 2*”.

Fonte: <http://www.metroqueorioprecisa.com.br/2011/10/o-que-o-movimento-propoe/>

Em Belo Horizonte, a Mata do Isidoro, que deverá receber 75.000 unidades e onde será implantada a Vila da Copa, não é dotada de vias suficientes para garantir a locomoção dos seus futuros moradores para outras regiões da cidade onde se encontram as oportunidades de emprego, comércio, serviços, lazer, etc., configurando também uma iniciativa pública que fere o direito de acessibilidade às futuras unidades habitacionais.

Se é verdade que uma parcela importante dos recursos públicos a serem investidos para a Copa e as Olimpíadas estão voltados para mobilidade urbana, é lamentável constatar que, quase sempre, os projetos privilegiam a circulação e acesso às áreas nobres, em processo de valorização, ao invés de atenderem à demanda acumulada ao longo das últimas décadas de crescimento urbano, e que penaliza as condições de transporte e circulação dos bairros populares e comunidades periféricas mais pobres.

---

## SEGURANÇA PÚBLICA

NÃO É POSSÍVEL UMA DEFINIÇÃO precisa do que será a segurança pública no Brasil durante os megaeventos. O expressivo aumento na presença ostensiva da Polícia Militar no trato com a população e a possibilidade de o Exército vir a intervir em distúrbios da ordem pública caso a polícia não consiga fazê-lo demonstram um claro recrudescimento da política de segurança pública nos níveis estadual e nacional. Muitos são os setores da sociedade preocupados com uma excessiva militarização nas relações Estado-sociedade civil, tanto mais que o clima de insegurança e o convite à repressão policial violenta passaram a ocupar espaços crescentes na mídia.

Preocupa igualmente a constituição de forças especiais e estruturas de exceção para cumprir a função constitucional que incumbe aos órgãos de segurança dos estados. Exemplar, neste sentido, a criação de uma Secretaria Extraordinária de Segurança para Grandes Eventos no âmbito do Ministério da Justiça, encarregada de coordenar as ações de segurança nos eventos que terão lugar até 2016. Embora prevista sua extinção em 31 de julho de 2015, esta Secretaria Extraordinária contará com orçamento próprio e buscará integração com as forças de segurança dos demais entes federativos<sup>70</sup>. A Secretaria é dividida em quatro diretorias: de operações, de inteligência, de logística e de projetos especiais<sup>71</sup>.

José Ricardo Botelho de Queiroz, Secretário Extraordinário de Segurança para Grandes Eventos, afirmou em entrevista que o Exército estará de prontidão para intervir quando as forças policiais não conseguirem conter as situações de conflito<sup>72</sup>. Ademais, é parte de seus planos a proibição de entrada no país de pessoas com histórico de violência em estádios e sob as quais haja suspeita de terrorismo, prevendo inclusive a possibilidade de se dar negativa ao visto de trabalho.<sup>73</sup> O que fica difícil é entender como se pretende

---

<sup>70</sup> <http://oglobo.globo.com/esportes/copa2014/mat/2011/08/02/governo-cria-secretaria-para-cuidar-da-seguranca-de-grandes-eventos-que-serao-sediados-no-brasil-925041882.asp>

<sup>71</sup> <http://www.portal2014.org.br/noticias/7646/GOVERNO+CRIA+SECRETARIA+PARA+CUIDAR+DA+SEGURANCA+DA+COPA+E+OLIMPIADA.htm>

<sup>72</sup> <http://oglobo.globo.com/rio/rio2016/mat/2011/08/17/forcas-armadas-ajudarao-na-seguranca-de-mega-eventos-como-olimpiadas-copa-do-mundo-925144692.asp>

<sup>73</sup> <http://extra.globo.com/esporte/rio-2016/forcas-armadas-ajudarao-na-seguranca-de-mega-eventos-como-olimpiadas-copa-do-mundo-2471046.html>

concretizar esta idéia se o Projeto de Lei Geral da Copa, numa inusitada abdicação da soberania nacional, atribui à FIFA o poder consular de conceder vistos. Com efeito, pelo projeto, “até 31 de dezembro de 2014 serão concedidos, sem qualquer restrição quanto à nacionalidade, raça ou credo, vistos de entrada para” toda a “família FIFA”, aí incluídos os “espectadores que possuam ingressos ou confirmação de aquisição de ingressos válidos para qualquer vento e todos os indivíduos que demonstrem seu envolvimento oficial com os Eventos, contanto que evidenciem de maneira razoável que sua entrada no país possui alguma relação com qualquer atividade relacionada aos Eventos”

## 7.1 Arcabouço institucional no Brasil

Através do Decreto Presidencial foi instituído em 14 de janeiro de 2010 o Comitê Gestor da Copa 2014 (CGCOPA-2014), com a participação de diversos ministérios. A partir dele e incluídas as alterações realizadas por novos decretos sancionados em 7 de abril de 2010 e em 6 de setembro de 2010, foi instituído o Grupo Executivo da Copa 2014, vinculado ao supramencionado Comitê Gestor. O CGCOPA-2014 realizou sua primeira reunião em 04 de março de 2010, tendo definido como uma de suas câmaras temáticas a de segurança.

Em 30 de março de 2010 foi publicada a Portaria nº 08 da Secretaria Nacional de Segurança Pública que constituiu o Grupo de Trabalho Copa de 2014, “GTCOPA, com objetivo de coordenar, articular, interagir em âmbito interno e externo, planejar, implementar e avaliar as ações necessárias ao cumprimento das garantias apresentadas pelo Governo Federal junto à FIFA nas questões referentes a segurança e proteção (...)”<sup>74</sup>. Nova Portaria, em 13 de outubro de 2010, manteve as mesmas funções anteriormente mencionadas em razão dos megaeventos até 2016. As atribuições previstas no artigo 8º são:

I – Definir a metodologia do gerenciamento dos programas e projetos, bem como, cronogramas de trabalho; II – Coordenar as ações de integração dos programas e projetos; III – Levantar, selecionar e propor soluções de segurança pública, com potencial para melhorar os padrões de qualidade e desempenhados serviços, processos e técnicas das Instituições de Segurança envolvidas; IV – Pesquisar, desenvolver e implantar soluções de segurança pública inovadoras, na forma de produtos, processos, serviços ou sistemas; V – Promover o alinhamento estratégico das ações de segurança Pública nos três níveis de governo, para atuação em grandes eventos, com observância às orientações e determinações da CESP; VI – Preparar os processos de padronização e implantar os padrões definidos para garantir níveis

<sup>74</sup> Artigo 2º da Portaria nº 08 da Secretaria Nacional de Segurança Pública, publicada no DOU de 30.03.2010



AS RELAÇÕES ENTRE COPA E UPP NA MANIFESTAÇÃO DO OCUPA RIO, NA CINELÂNDIA, NO RIO DE JANEIRO. FOTO: RENATO COSENTINO.

aceitáveis de integração, desempenho, qualidade das soluções de segurança adotadas;  
VII- Definir métricas para determinar os níveis de inovação, incluindo parâmetros que permitam conhecer o grau de desenvolvimento, implantação e uso das soluções de segurança pública adotadas;

Também foi criada a Comissão Especial de Segurança Pública (CESP) pelo Ministério da Justiça, buscando o alinhamento estratégico das instituições.

Os paradigmas para segurança buscados no Brasil encontram lastro na observação de modelos de segurança pública como o do Festival de Parintins, do programa de segurança utilizado na Copa de 2010 na África do Sul e na visita a centros de comando e controle de Nova York, Washington e El Paso, que baseiam-se nas ações de integração do sistema de segurança após o “11 de setembro”<sup>75</sup>.

Determinou-se assim a criação de “Centros Integrados de Comando e Controle” nos níveis nacional, estadual e local<sup>76</sup>, tidos como a parte mais importante do planejamento de segurança dos megaeventos. Criados durante a II Guerra Mundial, este tipo de centro tem como intuito unificar o comando de ação militar em operações de guerra, para que as forças de segurança passem a agir de forma integrada. Sua coordenação se localizará em Brasília e será vinculada às 12 cidades-sede da Copa, havendo também um centro idêntico no Rio de Janeiro que funcionará para as Olimpíadas de 2016.<sup>77</sup>

<sup>75</sup> Relatório do GT Copa Brasil 2014 de dezembro de 2010, p. 16

<sup>76</sup> Relatório do GT Copa Brasil 2014 de dezembro de 2010, p. 17

<sup>77</sup> <<http://www.portal2014.org.br/noticias/4808/BRASIL+TERA+CENTRO+DE+CONTROLE+DE+SEGURANCA+EM+2014.html>>

Dentre os passos do planejamento estratégico do CG Copa encontram-se: a alteração do Estatuto do Torcedor, aprovada pela Lei 12.299 de 27 de julho de 2010; a expansão de sua própria atuação até o ano de 2022, através do “Plano Estratégico 2010-2022: Segurança Pública em Grandes Eventos”, que consiste na integração de todos os níveis de segurança pública do país<sup>78</sup>. Dentre as medidas planejadas encontram-se também o fortalecimento estrutural das unidades da Polícia Civil. Serão atribuições da Polícia Militar: a realização de controle de distúrbios civis; o fortalecimento do policiamento ostensivo no entorno das áreas internas e externas das praças desportivas, hotéis, embarques e desembarques de delegações, áreas de treinamento, zonas de competição, de não competição e áreas turísticas, assim como dos corredores viários que dão acesso aos mesmos; “ocupar e conter áreas críticas à segurança pública” pela mesma forma anteriormente apresentada; empregar programas computadorizados de biometria facial para orientação de emprego de policiamento preventivo e ações repressivas; realizar o monitoramento das áreas com concentração de público e estacionamentos<sup>79</sup>.

Também será elaborado pelo BID, em parceria com o Fórum Brasileiro de Segurança Pública, um guia para o planejamento de segurança nas cidades-sede chamado “Guia Copa Segura”, com o intuito de generalizar a experiência carioca de implantação das chamadas Unidades de Polícia Pacificadora (UPPs)<sup>80</sup>. Outra mudança ocasionada pelas regras gerais da FIFA é a ampliação do emprego de empresas de segurança privada para responderem pela ordem e segurança públicas, o que é da maior gravidade<sup>81</sup>. Embora fale-se, por enquanto, em operar nestes termos apenas dentro dos estádios, o precedente é grave e pode abrir o caminho para uma inaceitável transferência e privatização de função exclusiva do Estado. No momento, o que se sabe é que empresas privadas serão contratadas pela FIFA, cabendo sua supervisão à polícia federal<sup>82</sup>. Até agora já foram aportados 1,6 bilhão de reais para a segurança na copa<sup>83</sup>.

Como se pode constatar, os efeitos dos megaeventos na área da Segurança Pública apenas começam a se desenhar. Enquanto as violações do direito à moradia adequada já se encontram em grau avançado e afetam milhares de famílias, os poderes públicos ainda estão se articulando e definindo como será tratada a questão da segurança pública. Assustadora é a perspectiva de constituição de um estado paralelo, em que políticas e agências especiais, fora de todo e qualquer escrutínio público, assumam de maneira absoluta e incontestável o controle espaço urbano e de vários equipamentos coletivos.

<sup>78</sup> Relatório do GT Copa Brasil 2014 de dezembro de 2010, p. 20

<sup>79</sup> Minuta do Caderno de Atribuições do Ministério da Justiça constantes do Relatório de 2011 do GTCOPA da Secretaria Nacional de Segurança Pública, Anexo III

<sup>80</sup> <<http://www.portal2014.org.br/noticias/7712/FORUM+PREPARA+GUIA+SOBRE+SEGURANCA+PUBLICA+PARA+CIDADESEDE+DA+COPA.html>>

<sup>81</sup> <<http://www.firearms.com.br/copa.pdf>>

<sup>82</sup> <<http://www.portal2014.org.br/noticias/1797/POLICIA+FEDERAL+CRIA+GRUPO+DE+SEGURANCA+PARA+COPA.html>>

<sup>83</sup> <[http://www.istoe.com.br/reportagens/119532\\_OLHOS+BEM+ABERTOS](http://www.istoe.com.br/reportagens/119532_OLHOS+BEM+ABERTOS)>

O fato de o projeto de segurança a ser implementado inspirar-se na experiência das últimas Copas sugere olhar para o que aconteceu na Alemanha e África do Sul e inferir de que forma práticas semelhantes poderão ser reproduzidas no Brasil. Um exemplo é a questão das greves. Como já apresentado, as diversas violações aos direitos dos trabalhadores têm provocado uma série de greves em todo o território nacional e o governo

## MEGAEVENTOS E SEGURANÇA PÚBLICA: O QUE HÁ DE NOVO?

O Rio de Janeiro não é tão virgem em megaeventos como muitas vezes se quer fazer crer. A mercadoria “Rio” é antiga e pelo menos o carnaval e o réveillon em Copacabana deveriam servir de referência quando se discute segurança pública em grandes eventos. O cerco policial e militar, com o conseqüente massacre no Complexo do Alemão, em junho de 2007, estiveram fortemente motivados pela “segurança” dos Jogos Pan-Americanos. É também conhecido o quanto mobilizações de milhões de pessoas na cidade não só não constituem qualquer novidade como também tem sido, ao longo de décadas, demonstração de baixíssimos índices de violência, aliás mesmo mais baixos que em dias prosaicos no cotidiano da cidade, quando não há nenhum megaevento. Então, por que tanta preocupação com a Copa de 2014 e as Olimpíadas de 2016? Haveria nesses megaeventos mais gente circulando na cidade do que no carnaval? Haveria maiores reuniões de gente num só lugar que o réveillon de Copa ou, mesmo, o Rock in Rio? Em que sentido a atual construção do “cinturão de segurança” das UPPs tem qualquer coisa a ver com os eventos programados na cidade para os próximos anos? Estão construindo também uma “central de video-vigilância e segurança” que pretende vigiar e inspecionar, como nunca antes, as ruas, praças e estádios da cidade. Qual a justificativa?

Parece que há um argumento fantasmático, para o qual, inclusive, planeja-se treinamento especial das polícias: o terrorismo internacional! A lembrança das olimpíadas de Munich recobre, mesmo que anacronicamente, o espectro de medo e pânico moral que justificariam todas essas medidas. Evidentemente são necessários preparativos específicos sempre que muita gente se reúne. Quando astros – do showbiz ou dos esportes – movimentam-se juntos em um grande evento, medidas de segurança são geralmente tomadas e não variam muito em relação àquelas que cercam a presença de chefes de estado estrangeiros em uma cúpula na cidade. No entanto, todos devem lembrar-se do exagero que foi a ocupação da cidade pelo exército (uma força que nada tem a ver, nem preparo para isso obteve, com o controle de populações e segurança pública) durante a Rio-92, a cúpula do meio-ambiente. As estatísticas de crimes na cidade, no período, nem aumentaram nem diminuíram substancialmente, continuaram apresentando-se normalmente altas.

Quem ganha com a indústria do controle que está sendo montada na cidade com vistas a garantir a segurança dos megaeventos? Se a população da cidade for beneficiada com uma queda das taxas de crimes violentos que persista depois dos megaeventos, então não haverá dúvidas em se avaliar positivamente as medidas tomadas. O futuro dirá se o benefício não será exclusivo da indústria da segurança, que se alimenta da sensação de insegurança e do pânico com o terrorismo – essa criatura que se define exatamente por enganar os melhores serviços de segurança do mundo.

se manifestou no sentido de haver um plano de contingência em caso de paralisação dos trabalhadores do evento.<sup>84</sup>

Na África do Sul, trabalhadores envolvidos em uma disputa quanto a pagamentos foram violentamente reprimidos. Em um protesto contra os baixos salários, os manifestantes foram recebidos com gás lacrimogênio e balas de borracha.<sup>85</sup>

## 7.2. Exemplos Locais

No Distrito Federal, durante um protesto pacífico em audiência pública sobre o legado da Copa do Mundo, realizada no Senado Federal, em setembro de 2011, dois membros do Comitê Popular foram detidos. O ato que provocou a detenção foi a abertura de uma faixa dizendo: “Sr. Ministro Legado Social não é igual a lucro pra multinacional.”

A abertura da faixa nem mesmo interrompeu a sessão e nenhuma reclamação foi feita pelos participantes da audiência. Mesmo assim, a polícia legislativa solicitou a retirada dos manifestantes e do lado de fora – longe das câmeras – coagiu os membros do Comitê e exigiu a entrega da faixa. Frente à recusa, os policiais ainda tentaram levar um dos manifestantes para a delegacia localizada no subsolo do prédio, o que não aconteceu apenas graças à intervenção de dois senadores e uma senadora, sob a alegação de que não faziam nada de errado. Os manifestantes foram liberados sob ameaça de resultado diverso caso repetissem o mesmo ato no Senado.

Ainda no Distrito Federal, a Comemoração da “Contagem dos Mil Dias para a Copa do Mundo” foi palco de uma megaoperação policial. Uma espécie de ensaio do que ocorrerá durante os jogos. A atuação da polícia foi seletiva. Em Ceilândia, cidade-satélite de Brasília entre as três com maior concentração de população negra no Distrito Federal, foram mobilizadas trinta viaturas e a população foi duramente reprimida. No total, mais de três mil pessoas foram abordadas pela polícia em um raio de trinta quilômetros do local da Comemoração.<sup>86</sup>

Nesse quadro, a criação de unidades especializadas de policiamento voltadas especialmente para a realização dos megaeventos no Distrito Federal, conforme prevê o programa do governo<sup>87</sup>, e a realização de debates locais para montar planos localizados de atuação, como em São Paulo<sup>88</sup>, é algo que deve ser mantido sob vigilância da sociedade civil para que os abusos já praticados não se tornem a regra durante os megaeventos.

<sup>84</sup> <<http://br.noticias.yahoo.com/plano-seguran%C3%A7a-copa-prev%C3%AA-a%C3%A7%C3%A3o-greves-211800841.html>>

<sup>85</sup> <<http://www.guardian.co.uk/football/2010/jun/14/world-cup-protest-south-africa>>

<sup>86</sup> <<http://g1.globo.com/distrito-federal/noticia/2011/09/policia-militar-faz-operacao-com-80-policiais-em-ceilandia-no-df.html>>

<sup>87</sup> <[http://arquivos.mp.pb.gov.br/criminal/prog\\_gov.pdf](http://arquivos.mp.pb.gov.br/criminal/prog_gov.pdf)>

<sup>88</sup> <<http://www.projetobrasil2014.com.br/2011/05/04/copa-do-mundo-de-2014-estrategias-de-atuacao-da-policia-militar-de-sao-paulo-%E2%80%93-leandro-agostini-pavani/>>



BELO HORIZONTE – OBRAS PARADAS NO MINEIRÃO EM GREVE. FOTO LEANDRO UCHOAS.



OBRAS PARA O ITAQUERAÃO, SÃO PAULO. FOTO PEDRO SALOMÃO.

**Maracanã RIO 2014**  
**OBRAS DE REFORMA E ADEQUAÇÃO DO COMPLEXO DO MARACANÃ**

<b>ODEBRECHT</b> <i>Infraestrutura</i> CONSTRUTORA NORBERTO ODEBRECHT S.A. Rua do Belfrage, nº 302, 11º andar, Faria Bastos - Rio de Janeiro - RJ - CEP 22.262-440 Responsável Técnico: Benedito Barbosa S. Junior CREA-RJ nº 69.037 / D Marco Vinício de Amorim CREA-RJ nº 38.038 / D Carlos Roberto Zeman CREA-RJ nº 40.333 / D	<b>DELTA</b> Construções DELTA CONSTRUÇÕES S.A. Avenida Rio Branco, nº 552, 9º andar Centro - Rio de Janeiro - RJ - CEP 20.002-002 Responsável Técnico: Carlos Roberto Duque Pacheco CREA-PE nº 03.847 / D Paulo Marcelo Duarte CREA-RJ nº 38.296 / D Augusto César de Almeida P. de Lira CREA-PE nº 024.388 / D	<b>ANDRADE GUTIERREZ</b> CONSTRUTORA ANDRADE GUTIERREZ S.A. Praça de Botafogo, 330 Botafogo - Rio de Janeiro - RJ - CEP 22.250-910 Responsável Técnico: Cláudio Renato Nunes Pasotto Primo CREA-RJ nº 546.778 / D Daniel de Souza Florido Junior CREA-RJ nº 342.428 / D André Lima Oliveira CREA-RJ nº 116.196 / D
--------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------	---------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------	--------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------

GRANDES CONSTRUTORAS RESPONSÁVEIS PELA OBRA BILIONÁRIA DO MARACANÃ. DELTA CONSTRUÇÕES DEIXOU O CONSÓRCIO APÓS DENÚNCIAS DE ENVOLVIMENTO EM ESQUEMA DE CORRUPÇÃO. FOTO RENATO COSETINO.



MANAUS – A ARENA DA AMAZÔNIA SERÁ UM DOS 4 ELEFANTES BRANCOS SEGUNDO TCU. FOTO LEANDRO UCHOAS.



NATAL – A ARENA DAS DUNAS É O ESTÁDIO MAIS ATRASADO. FOTO LEANDRO UCHOAS.

No Rio de Janeiro, uma prática recente do Poder Público vem sendo associada à realização dos megaeventos: a instalação das chamadas Unidades de Polícia Pacificadora em comunidades do entorno do Maracanã, da Zona Sul carioca e nos corredores de trânsito que ligam os aeroportos principais a esses locais. Em torno do Maracanã, que sediará a final da Copa do Mundo, o Governo do Estado fechou o que seria um cinturão de segurança com a implementação da UPP da Mangueira no dia 2 de novembro de 2011.<sup>89</sup> Investimentos na ordem dos R\$3 bilhões serão aplicados para garantir a segurança dos megaeventos na cidade do Rio de Janeiro e as UPPs representam uma das principais iniciativas nesse sentido,<sup>90</sup> indicando que a presente política de segurança do Rio de Janeiro está sendo equacionada com vistas aos megaeventos.

As ações realizadas nas favelas do Complexo do Alemão no final de 2010 pelas polícias militar e civil, Exército e Marinha e a permanência da ocupação militar do local são parte do plano maior de segurança que também coloca em risco os direitos dos moradores das comunidades afetadas, com práticas como a busca e apreensão no interior das residências sem mandado judicial, revistas vexatórias<sup>91</sup> de pessoas sem indicação de delito, toque de recolher<sup>92</sup> e imposição de “regras especiais”, como a necessidade de aviso e permissão prévia para realização de quaisquer reuniões privadas com número de convidados além de um certo limite. Apesar do elo nem sempre ser expresso na mídia e na fala dos representantes do Poder Público, em recente entrevista o diretor de Produtos e Destinos da Embratur defendeu as ações como parte da construção de uma imagem positiva do Brasil no exterior de modo a alcançar o pleno aproveitamento do potencial turístico megaeventos.<sup>93</sup>

### MORADORES DAS ÁREAS OCUPADAS TEMEM O QUE ACONTECERÁ DEPOIS DOS MEGAEVENTOS.

Fala de um morador da Rocinha que preferiu não se identificar: *“É claro que eu tenho medo que o tráfico volte para a Rocinha. Moro aqui há 28 anos e não tenho qualquer motivo para confiar no poder público. Só vamos ter a certeza de que essas UPPs são realmente uma solução para acabar com o tráfico depois da Copa e das Olimpíadas”*. A mesma dúvida esteve presente durante a inauguração da UPP da Mangueira, quando moradores expressaram o receio que essa fosse apenas uma solução temporária até o final da Copa e Olimpíadas.

<sup>89</sup> <<http://www.copa2014.gov.br/noticia/upp-no-complexo-da-mangueira-fecha-cinturao-de-seguranca-em-torno-do-maracana>>

<sup>90</sup> <<http://www.portal2014.org.br/noticias/8216/RIO+INVESTIRA+R+3+BILHOES+EM+SEGURANCA+DE+GRANDES+EVENTOS+ATE+2016.html>>

<sup>91</sup> <<http://www.fazendomedia.com/desconstruindo-o-consenso/>>

<sup>92</sup> <<http://www.fazendomedia.com/paz-sem-voz-e-medo/>>

<sup>93</sup> <<http://www.portal2014.org.br/noticias/6410/EMBRATUR+NEGA+QUE+ACAO+POLICIAL+NO+RJ+AFETE+IMAGEM+TURISTICA+DO+BRASIL.html>>

É importante ainda problematizar o próprio funcionamento atual das UPPs. Não apenas os riscos da sua descontinuidade, mas aquilo de danoso que já vêm concretamente produzindo nas comunidades ocupadas, especialmente considerando-se as declarações de autoridades públicas (Secretário de Segurança do Rio de Janeiro, José Mariano Beltrame<sup>94</sup>, e ex-Ministro de Justiça, Luiz Paulo Barreto<sup>95</sup>) quanto à possível exportação do modelo para outros Estados. Em dezembro de 2011, o Secretário de Segurança da Bahia anunciou a instalação de uma Base Comunitária de Segurança, versão baiana das UPPs, em Porto Seguro.<sup>96</sup>

Para Malaguti<sup>97</sup>, a principal denúncia contra as UPPs é seu caráter seletivo e seu objetivo oculto de “*ocupação militar e verticalizada das áreas de pobreza que se localizam em regiões estratégicas aos eventos desportivos do capitalismo vídeo-financeiro*”. O elo com os megaeventos não é apenas uma construção discursiva, mas é sentida pelos próprios moradores: Cleonice Dias, líder comunitária da Cidade de Deus, localidade “pacificada” pela instalação de uma UPP, reclama: “*Nós que somos da comunidade, sabemos que a UPP está ligada a uma satisfação pública para o Rio de Janeiro e o Brasil de que o Estado tem o controle das comunidades. Querem dizer que haverá segurança porque nós, pobres, estaremos controlados e que podem vir todos os investimentos para os megaeventos.*”<sup>98</sup>

## OS MUROS DAS FAVELAS CARIOCAS

Embora nem sempre associada à política de segurança, a construção de muros ao redor das favelas cariocas é outro triste exemplo da forma como o Poder Público vem tratando os moradores dessas localidades e como os megaeventos servem para potencializar tais práticas.

A Favela da Maré, localizada no trajeto entre o Aeroporto Internacional e a Zona Sul - região nobre da cidade -, foi recentemente cercada por um muro que o governo afirma ter finalidade de isolamento acústico. Segundo levantamento feito pelo Observatório de Favelas, pela ActionAid e pelo Núcleo de Estudos e Pesquisa sobre Favelas e Espaços Populares, 73% dos moradores do bairro acreditam que o muro foi construído apenas para esconder a favela. Moradores afirmam também que o muro faria parte do processo de maquiagem do espaço urbano em virtude da realização da Copa do Mundo em 2014 e das Olimpíadas em 2016.

Fonte: <http://www.redesdamare.org.br/noticias/pesquisa-revela-que-moradores-da-mare-acham-que-muro-foi-construido-para-%E2%80%9Cesconder-favela%E2%80%9D/>

<sup>94</sup> <<http://www1.folha.uol.com.br/cotidiano/871517-beltrame-diz-que-upp-pode-ser-estendida-a-outros-estados.shtml>>

<sup>95</sup> <<http://www.youtube.com/watch?v=dPNg0BNQp6M>>

<sup>96</sup> <<http://veja.abril.com.br/noticia/brasil/ssp-anuncia-criacao-de-upp-em-porto-seguro-ba>>

<sup>97</sup> <<http://www.fazendomedia.com/o-alemao-e-mais-complexo/>>

<sup>98</sup> <<http://www.fazendomedia.com/o-alemao-e-mais-complexo/>>

---

## CONSIDERAÇÕES FINAIS

ESTE DOSSIÊ FEZ UM RELATO de graves violações aos direitos humanos associadas à promoção da Copa do Mundo 2014 e das Olimpíadas 2016. Infelizmente, somos obrigados a confessar que este dossiê é meramente ilustrativo, e que, apesar da gravidade dos fatos aqui narrados e dos esforços aqui investidos, estamos ainda muito longe de termos sido exaustivos.

Não foi possível tratar das ameaças que pairam sobre crianças e adolescentes de serem tomados como objeto de tráfico e abuso sexual, sobretudo naquelas cidades onde estas práticas são costumeiras e podem se ampliar. Tampouco se falou da violação dos direitos dos idosos, particularmente vulneráveis à remoção, acompanhada quase inevitavelmente da ruptura de relações de vizinhança e laços de solidariedade e sociabilidade, ruptura de que os mais velhos dificilmente se recompõem.

Pouco dissemos sobre a multiplicação de ataques às populações de rua, tanto da parte de particulares quando de autoridades teoricamente responsáveis pela proteção dos cidadãos e de seus direitos. Tais ataques insuflam e ao mesmo tempo se alimentam de uma ideologia de “higienização social” dos espaços públicos, que governantes irresponsáveis pretendem legitimar em nome de uma suposta ordem pública que afronta os valores da solidariedade social e do respeito pela dignidade humana.

Também deveríamos ter reunido e sistematizado informações sobre o paradoxo constituído pelo paralelismo entre a extrema fragilidade das políticas de difusão da prática do esporte entre nossa juventude, de um lado, e os maciços investimentos no negócio esportivo, de outro lado. Aos favores e subsídios recebidos por este se contrapõe a pobreza dos equipamentos esportivos e os baixos salários dos professores, responsáveis por educar nossas crianças e por fazer delas cidadãos com *mens sana in corpore sano*. A privatização dos estádios construídos com recursos públicos expressa, por sua vez, o desprezo oficial pelas tradições e cultura populares, de que o futebol é elemento constitutivo. No caso do Maracanã reformado, a privatização prevê até mesmo a eliminação de pista de atletismo, a esclarecer de maneira inquestionável que Copa e Olimpíadas são apenas um pretexto esportivo para grandes negócios.

Mas, dentre todas as lacunas deste dossiê, certamente a maior é a ausência de um longo capítulo sobre as lutas e organizações através das quais se afirmam e constroem

enquanto sujeitos coletivos, em todas as cidades, as populações removidas ou ameaçadas de remoção, os movimentos populares de luta pela moradia, as organizações de defesa dos direitos humanos, os grupos culturais dos bairros populares, pesquisadores e centros universitários comprometidos com a realidade das comunidades pobres deste país, mas também torcedores e esportistas que pretendem reverter a marcha insensata da elitização e mercantilização do esporte. São estes cidadãos, somos nós que integramos os Comitês Populares da Copa e das Olimpíadas. Nas 12 cidades que sediarão a Copa do Mundo de 2014, entidades, movimentos sociais e organizações políticas, criaram estes comitês e formam a Articulação Nacional dos Comitês Populares da Copa para se opor às violações, abusos e ilegalidades relacionadas à realização dos megaeventos esportivos. Fomos nós que elaboramos este dossiê com nossa luta e nossa decisão de levar o que está acontecendo ao conhecimento de todos. Somos nós que estamos lutando para ocupar a cena pública, lugar da Política com letra maiúscula, da Política entendida como debate público, no espaço público, acerca dos interesses públicos e do destino coletivo de nossas cidades.

Em todo o país, estamos organizando debates, torneios esportivos, atos, passeatas, cortejos, mostras de vídeos, cursos de formação, cartilhas, atividades com operários das obras, articulações com parlamentares, atletas, comentaristas esportivos, audiências públicas, pareceres jurídicos, abaixo-assinados, manifestos, notas públicas, entrevistas nos meios de comunicação, artigos e pesquisas.

Somos aqueles que interpelamos, com a gravidade que cabe, as autoridades governamentais, as corporações privadas, as entidades nacionais e internacionais que protagonizam o espetáculo do grande negócio. Somos nós que exigimos das autoridades públicas que cumpram o papel que lhes cabe pela constituição e pela lei de resguardar o respeito pelos direitos humanos.

Em nossas comunidades e bairros, em nossas reuniões e associações, em nossas manifestações e atos públicos estamos dizendo não à cidade de exceção, não à violação de direitos humanos. Estamos certos de que nossa luta crescerá e que nossa convocação reunirá mais e mais organizações e movimentos coletivos, assim como reunirá cidadãos individuais desejosos de um país orgulhoso por ter feito dos megaeventos esportivos uma grande oportunidade para avançar na luta contra a injustiça social e ambiental e pela justa distribuição dos frutos do trabalho coletivo.

**COPA E OLIMPÍADAS COM RESPEITO AOS DIREITOS HUMANOS!**

Articulação Nacional dos Comitês Populares da Copa

<http://www.portalpopulardacopa.org.br>

Email: [articulacaonacionalcopa@gmail.com](mailto:articulacaonacionalcopa@gmail.com)

## DOSSIÊ DA ARTICULAÇÃO NACIONAL DOS COMITÊS POPULARES DA COPA

2ª edição

Rio de Janeiro, junho de 2012

### COLABORADORES:

André Lima Sousa – Professor universitário e Comitê Popular da Copa (Fortaleza)

Andressa Caldas – Justiça Global e Comitê Popular da Copa e Olimpíadas (Rio de Janeiro)

Argemiro Ferreira de Almeida – Rede Rua (Parceiro e Colaborador importante na cidade de São Paulo)

Carlos Vainer – ETTERN/IPPUR/Universidade Federal do Rio de Janeiro e Comitê Popular da Copa e Olimpíadas (Rio de Janeiro)

Cláudia Fávoro – Arquiteta e Urbanista, Comitê Popular da Copa (Porto Alegre)

Daniela Motisuke – ETTERN/IPPUR/Universidade Federal do Rio de Janeiro

Eduardo Baker – Justiça Global

Ercília Maia – Movimento dos Conselhos Populares e Comitê Popular da Copa (Fortaleza)

Erick Omena – Pesquisador do Observatório das Metrôpoles – IPPUR – UFRJ e Comitê Popular da Copa e Olimpíadas (Rio de Janeiro)

Flávio Antônio Miranda de Souza – Universidade Federal de Pernambuco

Francisca Silvania de Souza Monte – Universidade Federal do Ceará

Giselle Tanaka – ETTERN/IPPUR/Universidade Federal do Rio de Janeiro e Comitê Popular da Copa e Olimpíadas (Rio de Janeiro)

Gustavo Mehl – Justiça Global e Comitê Popular da Copa e Olimpíadas (Rio de Janeiro)

José Antonio Moroni – INESC – Instituto de estudos socioeconomicos

José Arlindo Moura Júnior – Escritório de Direitos Humanos Frei Tito e Comitê Popular da Copa (Fortaleza)

Julia Moretti – Escritório Modelo Dom Paulo Evaristo Arns- PUC/SP

Lucia Capanema Alvares – UFF e ETTERN/IPPUR/Universidade Federal do Rio de Janeiro

Lucimar Fatima Siqueira – ONG Cidade (Porto Alegre)

Ludmila Paiva – Coletivo de Apoio Sócio-Jurídico ao Conselho Popular e Fórum Comunitário do Porto

Magnólia Said – Esplar e Comitê Popular da Copa (Fortaleza)

Maira Vannuchi – StreetNet Brasil

Marco Aurélio Filgueiras Gomes – Observatório da Copa Salvador 2014, Universidade Federal da Bahia

Marcos Dionísio Medeiros Caldas – Comitê Popular COPA 2014 – Natal/RN

Maria Dulce Picanço Bentes Sobrinha – Comitê Popular COPA 2014 – Natal/RN

Maria das Neves Valentim – Comitê Popular COA 2014 – Natal/RN  
Mariana Medeiros – Coletivo de Apoio Sócio-Jurídico ao Conselho Popular  
Matheus da Silva Pires – Comitê Popular da Copa (Fortaleza)  
Michel Misse – NECVU/IFCS/Universidade Federal do Rio de Janeiro  
Natália Damazio – Coletivo de Apoio Sócio-Jurídico ao Conselho Popular  
Patrícia Oliveira – Advogada e Comitê Popular da Copa (Fortaleza)  
Patrícia Rodrigues – Marcha Mundial de Mulheres  
Rachel de Miranda Taveira - Escritório Modelo Dom Paulo Evaristo Arns- PUC/SP  
Renata Sereno – Escritório Modelo Dom Paulo Evaristo Arns- PUC/SP  
Rita de Cássia Laurindo Sales – Universidade Federal do Ceará  
Rosa Maria Pinheiro – Comitê Comitê Popular COPA 2014 – Natal/RN  
Rosângela Mendes de Freitas – Universidade Federal do Ceará  
Sérgio Baierle – ONG Cidade (Porto Alegre)  
Thiago A. P. Hoshino – mestrando do Programa de Pós-Graduação em Direito da UFPR  
e assessor jurídico da Terra de Direitos  
Thiago Pinto Barbosa – Comitê dos Atingidos pela Copa de Belo Horizonte

APOIO FINANCEIRO:

FUNDAÇÃO HEINRICH BÖLL

## Anexo 1

---

# CARTA DA ARTICULAÇÃO NACIONAL DOS COMITÊS POPULARES DA COPA

A REALIZAÇÃO DA COPA DO Mundo em 2014 e das Olimpíadas em 2016 é a oportunidade de gerar investimentos que reduzam as desigualdades sociais, com a promoção de melhoria das condições de vida da população brasileira. Mas o que assistimos em nome da realização destes Megaeventos Esportivos é a violação de direitos humanos e sociais. Enquanto os governos, organizações internacionais (FIFA, COI) e empresas envolvidas na promoção dos eventos anunciam os possíveis benefícios, a experiência internacional das cidades e países onde já houve a realização de megaeventos demonstrou que os impactos gerados não significaram melhorias reais nas condições de vida e na ampliação dos direitos de toda a população, sobretudo das pessoas mais pobres e vulneráveis.

Em muitos casos, estes megaeventos têm gerado efeitos negativos sobre diversos segmentos sociais, especialmente sobre aqueles que historicamente são excluídos/as, como: moradores/as de assentamentos informais, migrantes, moradores em situação de rua, trabalhadores/as sexuais, mulheres, crianças e adolescentes, comunidades indígenas e afrodescendentes, vendedores/as ambulantes e outros trabalhadores/as informais, inclusive da construção civil. As remoções e os despejos forçados destes grupos sociais são as violações mais comuns no Brasil e em outros países sede de megaeventos.

Seus efeitos perversos são particularmente ampliados através da imposição do Poder Público e comitês promotores dos eventos, de um verdadeiro “estado de exceção”, instituído especialmente no contexto dos jogos, que permite a flexibilização das leis e suspensão de direitos antes e durante os jogos, ameaçando, assim, os mecanismos de defesa, proteção social, garantia e promoção de Direitos Humanos.

Já está prevista a quantia de R\$ 24 bilhões de recursos públicos (10 vezes o orçamento do Ministério dos Esportes em 2011) nas obras das 12 cidades sedes: Fortaleza, Recife, Natal, Salvador, Manaus, Cuiabá, Rio de Janeiro, São Paulo, Curitiba, Belo Horizonte, Brasília e Porto Alegre. Além deste dinheiro, foi aprovada isenção de impostos para as construtoras dos estádios e dos campos de treinos nas outras cidades que atuarão como apoio à Copa, recebendo as seleções. Ora, por que não isentar de impostos a cesta básica dos/as trabalhadores/as?

Até agora não é evidente que o legado da Copa e das Olimpíadas contribua minimamente para a inclusão social e ampliação de direitos sociais, econômicos, culturais e ambientais. Ao contrário, a falta de diálogo e transparência dos investimentos aponta para a repetição do que ocorreu no período dos Jogos Panamericanos de 2007, quando assistimos ao desperdício de recursos públicos (de acordo com o TCU, mais de R\$ 3,4 bilhões foram gastos de forma indevida, mas ninguém foi punido) em obras superfaturadas que se transformaram em elefantes brancos e, tão ou mais grave, o abandono de todas as “promessas” que geraram na sociedade, expectativas de algum “legado social”.

Se forem contabilizados os recursos investidos para a construção de equipamentos para Copa e Olimpíadas, o país poderia diminuir o déficit habitacional, ampliar o acesso aos serviços urbanos básicos, promover melhorias socioambientais, programas de trabalho e renda, investir na saúde pública e na educação. Além disso, poderia construir uma política esportiva que promovesse o esporte amador, além do esporte de alto rendimento e não beneficiar quem faz do esporte, fonte de acumulação de poder e de riquezas.

Neste sentido, apontamos a urgência de mobilizar uma ampla rede de organizações sociais e movimentos populares, sindicatos, órgãos de defesa de direitos e controle do orçamento público, com protagonismo das comunidades direta e indiretamente afetadas para monitorar as intervenções públicas e privadas e articular ações integradas em torno das seguintes pautas e agendas:

1. Participação / Consultas Públicas: As ações e obras propostas no âmbito dos megaeventos devem ser objeto de amplas consultas e audiências públicas, e os posicionamentos e recomendações definidos nesses espaços devem orientar as ações, garantindo a efetiva participação popular.
2. Transparência e acesso à informação: Os planos, projetos, cronogramas, convênios, contratos e ações promovidas no âmbito da Copa e Olimpíada devem ser de domínio público.
3. Orçamento: Os orçamentos devem ser publicizados e sua execução acompanhada pela sociedade civil. Nenhuma política social, urbana e ambiental pode sofrer cortes em função da necessidade de direcionar recursos para as obras relacionados aos Jogos.
4. Direitos trabalhistas: A construção das infraestruturas e equipamentos, bem como todos os serviços relacionados aos jogos devem respeitar os direitos trabalhistas, possibilitar a inclusão na formalidade do maior número possível de trabalhadores e não perseguir ou criminalizar ambulantes e trabalhadores/as informais, camelôs e artesãos.
5. Despejo ZERO na realização da Copa e Olimpíada: Para a realização das obras e dos eventos não devem ocorrer remoções e despejos forçados. Os megae-

ventos devem realizar obras que prioritariamente proporcionem melhoria na qualidade de vida das pessoas, principalmente, daquelas que se encontram em situação de desigualdade social, garantindo o direito à moradia e o direito à cidade a todos e todas, respeitando a legislação nacional e as recomendações e tratados internacionais.

6. Não a outras violações de Direitos Humanos: As ações de segurança e intervenção urbanística devem respeitar os direitos humanos, com a intenção de melhorar a realidade urbana e as condições de vida de populações vulneráveis como moradores/as de assentamentos informais e cortiços, mulheres, crianças e adolescentes, trabalhadores/as informais, comunidades indígenas e afrodescendentes, população em situação de rua, artistas populares, dentre outros.
7. Legado social e Ampliação de direitos: O saldo final dos investimentos e políticas de incentivos praticados para viabilizar os megaeventos deve ser de um legado socio-urbano e socioambiental positivo para toda a sociedade de modo que sejam ampliados os direitos humanos, civis, políticos, sociais, econômicos, culturais e ambientais Para tanto, deve ser construído um Plano de Compromisso em diálogo com as organizações não governamentais, movimentos sociais e comunidades afetadas.
8. Repúdio à “cidade de exceção”: A realização das obras deve observar e aplicar os princípios que constam no Estatuto da Cidade, na Constituição Federal e nos tratados e acordos internacionais, permitindo, assim, a construção de cidades justas, democráticas, sustentáveis e inclusivas e a garantia de direitos historicamente conquistados, além de evitar o endividamento externo e o subsídio às grandes empresas.
9. Em Defesa de uma política esportiva e cultural: Cultura e esporte são elementos essenciais na formação das pessoas. Toda cidade deve ter um amplo projeto de incentivo à cultura popular e ao esporte comunitário. Buscar a integração da saúde, educação e lazer. Defendemos projetos populares e de longo prazo, com investimentos na base em todas as áreas do esporte e da cultura.

## Anexo 2

---

# GREVES DE TRABALHADORES EM OBRAS PARA A COPA DO MUNDO 2014

Arena Pantanal – Estádio Governador José Fragelli, “Verdão”  
Cuiabá, Mato Grosso  
Empresas responsáveis: Santa Bárbara e Mendes Júnior

Paralisação: 18 de março de 2011  
Duração: 30 minutos

CUIABÁ FOI A PRIMEIRA CIDADE a testemunhar uma movimentação grevista em estádios construídos para a Copa do Mundo. Já em novembro de 2010, o Ministério Público do Trabalho (MPT) encontrou uma série de irregularidades nas obras da Arena Pantanal, como sérios riscos de deslizamentos no canteiro de obras, ausência de proteção contra quedas e de equipamentos adequados para os operários que realizam a instalação das estacas das fundações do estádio, e até mesmo a falta de água potável para os trabalhadores. Na época, a procuradora do trabalho Virgínia Leite Henrique determinou que o consórcio construtor corrigisse essas falhas e aumentasse o número de banheiros e de assentos no refeitório<sup>1</sup>.

Em janeiro, notícias locais anunciavam que as insatisfações dos trabalhadores com as negociações por melhores salários e condições de trabalho poderiam levar à paralisação da construção do estádio, que tem custo total avaliado em R\$ 355 milhões. Os operários não aceitavam o pagamento do piso salarial da categoria, que significava remuneração de R\$ 587 para servente e R\$ 772 para pedreiro.

Em entrevista a um jornal de Cuiabá, Joaquim Santana, presidente do Sindicato dos Trabalhadores da Indústria e Construção Civil de Cuiabá e Municípios (Sintraicccm) afirmou: *“O piso é um valor irrisório. Não podemos admitir que uma obra desse potencial e que vai aparecer em todo o mundo seja construída com a exploração dos trabalhadores. Queremos que os salários sejam reajustados de acordo com o mercado de trabalho. A média de salário para um servente é de R\$ 900 e para o pedreiro, cerca de R\$ 1,5 mil.”*<sup>2</sup>

Trabalhadores e empresários chegaram a um acordo no início de março, com o pagamento de dividendos por produção, que segundo o sindicato garantia um piso R\$ 1.150 para pedreiros e R\$ 800 para serventes<sup>3</sup>. Informações da Campanha pelo Trabalho Decente, no entanto, afirmam que os trabalhadores ainda realizaram uma paralisação de 30 minutos no dia 18 de março, que precedeu longa negociação para que a melhoria salarial fosse confirmada<sup>4</sup>.

Fontes: 1 “Ministério Público aponta irregularidades nas obras da Arena Pantanal”, 17 de novembro de 2010 – Portal 2014 -<http://www.portal2014.org.br/noticias/5752/MINISTERIO+PUBLICO+APONTA+IRREGULARIDADES+NAS+OBRAS+DA+ARENA+PANTANAL.html>; 2 “Greve de operários pode paralisar obras do novo Verdão”, 21 de janeiro de 2011 – MídiaNews – <http://www.midianews.com.br/?pg=noticias&cat=14&idnot=40058>; 3 “Acordo tira obra de estádio do risco”, 2 de março de 2011 – Diário de Cuiabá – <http://www.diariodecuiaba.com.br/detalhe.php?cod=389111>; 4 “Trabalhadores nas obras da Copa em Cuiabá em processo de negociação!”, 21 de abril de 2011 – Campanha pelo Trabalho Decente – Antes e depois de 2014 – <http://brazil.bwint.org/?p=143>.

Arena Fonte Nova  
Salvador, Bahia  
Empresas responsáveis: Odebrecht e OAS

Ameaças de Paralisação: abril, agosto e setembro de 2011

DESDE ABRIL, O SINDICATO DOS trabalhadores da construção pesada da Bahia (Sintepav-BA – Sindicato dos Trabalhadores nas Indústrias da Construção de Estradas, Pavimentação e Obras de Terraplenagem em Geral) sinaliza a possibilidade de os trabalhadores da reconstrução do estádio da Fonte Nova e de outras obras de infra-estrutura para a Copa do Mundo entrarem em greve<sup>5</sup>. Já nessa época, as reivindicações dos trabalhadores envolviam reajustes salariais e aumento do valor das horas extras, além de benefícios de alimentação e assistência médica, entre outros.

Em agosto, notícias da imprensa de Salvador já davam conta de que os operários da Fonte Nova avaliavam a movimentação grevista como opção na luta por melhores condições de trabalho. Matéria do dia 19 atribui a Adalberto Galvão, presidente do Sintepav-BA, a afirmação de que havia *“um grupo de encarregados que exige que os trabalhadores executem suas funções além da capacidade física para acelerar o ritmo das obras”*, e que o consórcio *“Fonte Nova Participações – composto pelas empresas OAS e Odebrecht -, quer avançar loucamente o cronograma e, quando alguém se nega, eles ameaçam demiti-lo”*<sup>6</sup>.

No início de setembro, a notícia de que os operários da Fonte Nova entrariam em greve alcançou visibilidade nacional. Os operários reivindicavam o aumento do valor da cesta básica e a melhoria da qualidade da comida nos refeitórios. Denunciavam ainda o desvio de funções não-remunerado de alguns funcionários, a sobrecarga de trabalho e a recusa da empresa em liberar o acesso dos trabalhadores que chegavam atrasados, que acabavam perdendo as diárias.<sup>7</sup>

O Consórcio reconheceu que 22 profissionais estavam sendo sobrecarregados, mas protelou a revisão do valor das cestas básicas, o que manteve a expectativa de greve. No dia 8 de setembro, em assembleia, empregados e patrões chegaram a um acordo e afastaram a possibilidade de paralisação.<sup>8</sup>

Fontes: 5 “Trabalhadores realizam Assembleias para decidir se entram em greve”, 15 de abril de 2011 – Assessoria de Comunicação Sintepav-BA – <http://www.sintepav.org.br/2011/04/15/trabalhadores-realizam-assembleias-para-decidir-se-entram-em-greve/>; 6 “Operários das obras da Fonte Nova ameaçam parar”, 19 de agosto de 2011 – Boca News – <http://www.bocaonews.com.br/noticias/principal/copa/18408,operarios-das-obras-da-fonte-nova-ameacam-parar.html>; 7 “Operários da Fonte Nova ameaçam iniciar greve na próxima quinta-feira”, 2 de setembro de 2011 – GloboEsporte.com – <http://globoesporte.globo.com/futebol/copa-do-mundo/noticia/2011/09/operarios-da-fonte-nova-ameacam-iniciar-greve-na-proxima-quinta-feira.html>; 8 “Consórcio cede e obras na Fonte Nova vão seguir normalmente”, 8 de setembro de 2011 – Lancenet – [http://www.lancenet.com.br/minuto/Consortio-obras-Fonte-seguir-normalmente\\_0\\_550745014.html](http://www.lancenet.com.br/minuto/Consortio-obras-Fonte-seguir-normalmente_0_550745014.html).

Estádio Plácido Aderaldo Castelo – Castelão

Fortaleza, Ceará

Empresas responsáveis: Galvão Engenharia S/A e Andrade Mendonça Construtora Ltda.

Paralisação: 13 de junho de 2011

Duração: 1 dia

NO DIA 12 DE JUNHO, parte da arquibancada do tradicional estádio Castelão foi implodida, como parte de sua reconstrução para a Copa do Mundo, orçada em R\$ 518 milhões. No dia seguinte, foi a vez da propagada eficiência das obras do novo estádio de Fortaleza vir abaixo: cerca de mil trabalhadores que operavam as obras cruzaram os braços, exigindo melhores salários e condições de trabalho.

O movimento grevista foi organizado pelo Sintepav-CE (Sindicato dos Trabalhadores nas Indústrias da Construção de Estradas, Pavimentação e Obras de Terraplenagem em Geral) e envolveu cerca de três mil trabalhadores. Ocorreram também paralisações simultâneas em outras obras de grande porte no estado, algumas das quais decorrentes de transformações urbanas e econômicas para a Copa do Mundo: saneamento do entorno do estádio, ampliação do Complexo Portuário de Pecém, construção da Usina Termelétrica Energia Pecém (UTE Pecém) e construção do Metrô de Fortaleza (Metrofor).

A greve aconteceu em protesto contra grandes empresas que se recusaram a assinar a Convenção Coletiva de Trabalho para o período 2011/2012, que já vinha sendo negociada com o sindicato patronal há mais de 100 dias. Os trabalhadores exigiam um reajuste do salário-base e propunham negociações sobre aumento real maior nas horas extras cumpridas aos sábados, pagamentos de adicional de periculosidade e aumento do valor das cestas básicas, entre outros benefícios.

À época, o presidente do Sintepav-CE, Raimundo Nonato Gomes, disse ao jornal Ceará Agora: *“Vamos parar todas as obras por entender que o patronal não está querendo atender nossas reivindicações. Tentamos de todas as formas negociar e o que aconteceu foi que voltaram atrás. Fecharam (acordo) na sexta-feira e, na segunda, nada feito. Isso é desrespeito com o trabalhador. Por isso vamos parar toda a categoria da construção pesada”*.

Em declaração ao site da Campanha pelo Trabalho Decente – Antes e Depois de 2014<sup>10</sup>, o presidente do sindicato demonstrou a preocupação com o fato de que as obras e as transformações para a Copa sejam implementadas sem que haja benefícios para os trabalhadores:

*“O Estádio Castelão só será palco para os jogadores da seleção brasileira de futebol, se antes os jogadores da Construção Pesada entrarem em campo com uma remuneração satisfatória para o sustento da família e condições adequadas para o exercício da função. Não estamos preocupados apenas com as obras para receber turistas, estamos tentando garantir condições para os trabalhadores e para o Ceará antes, durante e pós Copa do Mundo. A Copa passa e nós da classe que luta todos os dias ficaremos aqui. Então, temos que nos unir para que não sobre para nós apenas a bagunça para arrumar depois da festa”<sup>11</sup>* – Raimundo Nonato Gomes, presidente do Sintepav-CE

Em 24 horas de greve, os operários garantiram um acordo que incluiu o aumento de 13% do salário base dos cerca de 25 mil trabalhadores da construção pesada no estado, que passou de R\$ 859.20 para R\$ 959.60.

Fontes: **9** “Trechos de obras no Castelão e Metrofor serão paralisados nesta segunda-feira”, 12 de junho de 2011 – jornal Ceará Agora – <http://www.cearaagora.com.br/noticias/cidade/trechos-de-obras-no-castelao-e-metrofor-serao-paralisados-nesta-segunda-feira>; **10** A ‘Campanha pelo Trabalho Decente – Antes e depois de 2014’ é promovida pela Internacional da Construção e Madeira (ICM, ou BWI na sigla em inglês), uma federação sindical global que agrupa sindicatos livres e democráticos, membros dos setores de construção, materiais de construção, de madeira, silvicultura e sectores conexos, reunindo 328 sindicatos filiados que representam cerca de 12 milhões de membros em 130 países. A sede fica em Genebra, na Suíça, mas a ICM tem escritórios regionais nos cinco continentes, inclusive no Brasil. Mais informações: <http://brazil.bwint.org/>; **11** “Trabalhadores paralisam as obras no estádio do Castelão e garantem aumento de 13%”, 16 de junho de 2011 – Campanha Pelo Trabalho Decente – <http://brazil.bwint.org/?p=231>.

Mineirão – Estádio Governador Magalhães Pinto  
Belo Horizonte, Minas Gerais  
Empresas responsáveis: Construcap, Egesa e Hap

1ª Paralisação: 15 a 20 de junho de 2011  
Duração: cinco dias

NO DIA 15 DE JUNHO, os cerca de 500 operários das obras do Mineirão entraram em greve. Os trabalhadores reivindicaram aumento salarial para pedreiros – de R\$ 920 para R\$ 1250 – e para serventes – R\$ 605 para R\$ 850,00, além de aumento do pagamento a hora extra de da concessão de cestas básicas de 35 kg. As obras do Mineirão têm custo previsto de R\$ 743,4 milhões.

A paralisação foi organizada pelo Sindicato dos Trabalhadores da Indústria da Construção de BH e Região, e ainda serviu para denunciar péssimas condições de trabalho e cobrar benefícios como plano de saúde. Em entrevista ao UOL Esporte, Osmir Venuto, presidente do sindicato, disse: “*O que está acontecendo na reforma do Mineirão é vergonhoso. Além dos baixos salários, falta banheiro, falta água... O trabalhador parou exigindo essas melhorias. Parou para reivindicar um trabalho melhor*”<sup>12</sup>.

Em nome do consórcio construtor, a Secretaria Extraordinária de Copa do Mundo de Minas chegou a negar publicamente a greve<sup>13</sup>, afirmando que a paralisação tinha tido a adesão de poucos trabalhadores, mas as empresas foram obrigadas a negociar com o sindicato, que afirmou que a adesão era praticamente total.

Em declarações à imprensa, ficou clara a influência na decisão dos trabalhadores da pressão exercida pelo cumprimento de prazos irreais. “*Eles fazem muita cobrança para adiantar a obra, mas as condições de trabalho são precárias*”<sup>14</sup>, disse Flaviano Albertino, membro da diretoria do sindicato, à agência Reuters.

No segundo dia de greve, após uma segunda reunião que não produziu acordo, representantes do sindicato afirmaram que o consórcio chegou a ameaçar entrar na Justiça<sup>15</sup>. Já no dia seguinte, o Tribunal Regional do Trabalho de Minas Gerais (TRT-MG) realizou uma primeira audiência entre as partes. No dia 20, em assembléia, os operários resolveram voltar ao trabalho e aceitar a proposta das empresas, mediada pelo TRT, que incluía aumento de 4% no piso salarial de pedreiros e serventes, aumento do pagamento de horas extras, auxílio-alimentação no valor de R\$ 60, e a promessa de apresentação de proposta para concessão de plano de saúde até o fim de junho.

2ª Paralisação: 15 a 20 de junho de 2011

Duração: cinco dias

ERA VÉSPERA DA “*FESTA DOS Mil Dias*”, que comemoraria o prazo de mil dias para o início da Copa, e o palco escolhido para a celebração era Belo Horizonte, terra natal da presidente Dilma Roussef, que havia confirmado visita às obras do Mineirão e presença nas solenidades que seriam realizadas na Praça da Liberdade, com a presença de autoridades e representantes da Fifa. Mas os operários do estádio não se intimidaram e voltaram a entrar em greve, alegando que o consórcio construtor havia descumprido o acordo feito cerca de um mês antes.

Dessa vez, já eram 1100 trabalhadores na obra. Durante a visita de Dilma, o canteiro de obras estava vazio. Mais uma vez, a SECOPA, em nome do consórcio construtor, chegou a negar a greve. Em seguida, acusou alguns sindicalistas de truculência e de obrigarem colegas a aderirem à paralisação. Ao fim as empresas se viram obrigadas a negociar com os grevistas.

Em suas falas à imprensa, os trabalhadores expressam o sentimento de que as condições precárias a que são submetidos devem-se a cronogramas curtos. Roberto César Sousa Figueiredo, servente, disse: “É um absurdo o que eles estão fazendo com os funcionários aqui. A gente está tentando chegar a um acordo porque os salários aqui são muito ruins. A gente trabalha demais e ganha pouco”.<sup>16</sup>

Após cinco dias, uma audiência no TRT garantiu um acordo, e os trabalhadores voltaram ao trabalho.

Fontes: **12** “Operários do Mineirão fazem greve, pedem aumento e acusam más condições na obra”, 15 de junho de 2011 – UOL Esporte – <http://esporte.uol.com.br/futebol/copa-2014/ultimas-noticias/2011/06/15/operarios-do-mineirao-fazem-greve-pedem-aumento-e-acusam-mas-condicoes-na-obra.jhtm>; **13** Idem; **14** “Operários fazem greve em obra do Mineirão para Copa de 2014”, 15 de junho de 2011 – Reuters Brasil – <http://br.reuters.com/article/topNews/idBRSP75E0DE20110615>; **15** “Operários do Mineirão rejeitam nova proposta e prosseguem com a greve”, 17 de junho de 2011 – UOL Esporte – <http://esporte.uol.com.br/futebol/copa-2014/ultimas-noticias/2011/06/17/operarios-do-mineirao-rejeitam-nova-proposta-e-prosseguem-com-a-greve.jhtm>; **16** “Com presença de Dilma, greve no Mineirão chega ao 2º dia”, 16 de novembro de 2011 – Terra – <http://esportes.terra.com.br/futebol/brasil2014/noticias/0,,OI5353288-EI10545,00-Com+presenca+de+Dilma+greve+no+Mineirao+chega+ao+dia.html>

## Arena Pernambuco

São Lourenço da Mata, região metropolitana de Recife, Pernambuco

Empresa responsável: Odebrecht

1ª paralisação: 30 de junho de 2011

Duração: três horas

A PRIMEIRA PARALISAÇÃO DAS OBRAS na Arena Pernambuco serviu como um aviso dos operários à Odebrecht, uma das mais poderosas empreiteiras do país. “*Nós sabemos reivindicar*”, lembrou, pela imprensa<sup>17</sup>, Aldo Amaral de Araújo, presidente do sindicato dos trabalhadores da construção pesada de Pernambuco (Sintepav-PE – Sindicato dos Trabalhadores nas Indústrias da Construção de Estradas, Pavimentação e Obras de Terraplenagem em Geral).

O estádio está sendo construído a 18km do Centro do Recife e a estimativa é que custará R\$ 532 milhões. Os operários reivindicaram aumento de salário, cujo piso estava em R\$ 589,60 para o trabalhador ajudante e R\$792,00 para o trabalhador oficial – ceca de 16% menos que os salários pagos pela Odebrecht aos funcionários que tocam as obras da refinaria de Suape, outro megaempreendimento da empresa no estado. Outras demandas eram: nova forma de cálculo da produtividade, déficit de R\$ 20 nos vales refeições, inclusão de folgas semanais, abono das horas paradas e melhorias no transporte dos funcionários. “*A empresa não oferece um transporte. Só o cartão do VEM (Vale Eletrônico Metropolitano). Tem gente que pega até quatro ônibus para ir ao trabalho e acorda às 3h30. Fica muito cansativo*”, disse à imprensa Leodelson Bastos, representante da diretoria de fiscalização do Sintepav-PE.

Os operários denunciaram as jornadas de trabalho excessivas, que chegariam a 15 horas, e o cancelamento das folgas nos fins de semana. Rogério Leite, representante do Sintepav-PE, afirmou ao Jornal do Commercio: “*Existem funcionários que trabalham das 7h às 22h, de domingo a domingo. Não é certo, pois descumpre a legislação e o bom senso. Ainda existe o déficit nos salários*”<sup>18</sup>. Na mesma matéria, outro trabalhador, que não quis se identificar, explicou: “*Estão querendo tirar o atraso das obras na base do chicote, forçando a gente a trabalhar mais do que a lei permite e além do limite humano*”. A afirmação valia para funcionários de empresas terceirizadas.

A Odebrecht ofereceu ônibus para os trabalhadores, gratificação de mais 30 horas no plano de participação nos lucros (pago semestralmente), compromisso de pagamento da folga semanal e abertura de novas negociações sobre produtividade no mês de setembro. Os trabalhadores voltaram ao trabalho no mesmo dia, mas não sem avisar que voltariam a entrar em greve no primeiro dia de agosto caso não entrassem em acordo sobre aumento salarial com a construtora, e que dessa vez a paralisação seria por tempo indeterminado.

2ª paralisação: 19 de outubro de 2011

Duração: 1 dia

OS OPERÁRIOS DA ARENA PERNAMBUCO voltaram a paralisar suas atividades no dia 19 de outubro, em movimento que envolveu os 1500 trabalhadores das obras. Na pauta: reajuste da cesta básica de R\$ 80 para R\$ 200, 70% de adicional de hora-extra durante a semana e 100% aos sábados, plano de saúde e reajuste salarial para os armadores de andaime industrial, de um piso de R\$ 897,40 para os R\$ 1,2 mil pagos em média aos operários do Porto de Suape.

Trabalhadores se reuniram com representantes da Odebrecht e da Secretaria de Articulação Social<sup>19</sup> do governo do Estado, mas não houve acordo. O Sintepav-PE informou à imprensa<sup>20</sup> que vinha negociando com a empresa havia mais de 15 dias, sem obter respostas satisfatórias, e deu prazo de dez dias para que as reivindicações da categoria fossem atendidas sem que uma greve fosse instaurada. A Odebrecht não se pronunciou, mas o sindicato patronal (Sinicon – Sindicato Nacional da Indústria da Construção Pesada) afirmou que a empreiteira estaria cumprindo os acordos feitos até então.

3a. Paralisação: 1 de novembro a 6 de novembro de 2011

Duração: seis dias

NO DIA 31 DE OUTUBRO, o Sindicato dos Trabalhadores da Construção Civil e Pesada de Pernambuco (Marreta) também organizou movimento grevista que durou quatro dias

e envolveu 70 mil operários de 90% das obras em andamento no estado. Um dia depois, o Sintepav-PE decidiu pela greve definitiva na Arena Pernambuco. Duas foram as motivações imediatas deste movimento: a demissão de dois funcionários que integravam a Comissão Interna de Prevenção de Acidentes (CIPA) – e que, portanto, gozavam de estabilidade legal – e a denúncia de maus-tratos e assédio moral praticados pelo chefe do programa de segurança patrimonial da empresa, um coronel de polícia reformado.

Os trabalhadores das obras do estádio afirmaram que os funcionários demitidos tiveram atuação destacada nas assembleias dos dias 26 e 31 de outubro, e que a demissão foi uma retaliação autoritária da empresa que teria ferido diretamente a legislação trabalhista. Afirmaram ainda que o chefe de segurança, alcunhado de ‘Coronel Kadafi’, em referência ao ex-ditador da Líbia, estaria impondo uma “*rotina militaresca*” e que teria cometido um ato de agressão contra um operário, além de casos de assédio moral. O Sintepav-PE entrou com representação no Ministério Público do Trabalho contra o ex-policial.

As reivindicações da paralisação ficaram concentradas na reintegração dos dois funcionários demitidos, no afastamento do responsável pela segurança e na retirada do posto policial montado dentro do canteiro de obras. No dia 3 de novembro, a Odebrecht entrou com uma ação de dissídio coletivo no Tribunal Regional do Trabalho, solicitando à Justiça a determinação do fim da greve. A empresa reagiu ainda com uma nota<sup>21</sup> que pretendia deslegitimar o movimento grevista e rechaçava as denúncias feitas pelo sindicato. A princípio, a Odebrecht não havia respondido os questionamentos da imprensa sobre a participação dos demitidos na CIPA; em nota reconheceu haver feito as demissões e as justificou com o argumento de que os funcionários teriam instigado “*os colegas a paralisarem a obra da Arena da Copa sem nenhuma razão plausível*”.

O Sintepav-PE denunciou ainda a participação truculenta e tendenciosa da Polícia Militar. No terceiro dia de greve, policiais teriam impedido a realização da assembleia dos operários, obrigando trabalhadores a entrar no canteiro e impedindo a saída dos que já estavam dentro. Um assessor do sindicato, Rogério Rocha, relatou ao JC Online<sup>22</sup>: “*A Polícia Militar está obrigando o trabalhador a entrar na obra. Jogando gás de pimenta e impedindo o carro de som de fazer a assembleia. Um trabalhador foi arrastado como um cachorro, outros dois tiveram que ser atendidos na Upa*”. No dia seguinte, Loedelson Bastos reforçou o relato ao jornal Diário de Pernambuco<sup>23</sup>: “*A polícia continua fazendo o papel do patrão. Não houve agressão dessa vez, mas alguns trabalhadores, após a refeição, foram proibidos de subir para que pudessem participar da assembleia*”.

A greve só foi interrompida no sexto dia, graças a acordo costurado pelo Ministério Público do Trabalho e pelo Tribunal Regional do Trabalho junto com o Sintepav-PE e a Odebrecht. A empresa se comprometeu a estudar a retirada da ação contra o sindicato, que retornaria às atividades. Ambas as partes concordaram em reiniciar o processo de negociação

das reivindicações. Rogério Rocha refletiu a posição do sindicato em declaração ao Jornal do Commercio: “A empresa tem que administrar os problemas dentro da obra”<sup>24</sup>.

Fontes: 17 “Operários de arena da Copa 2014 fazem paralisação de 3 horas em PE”, 30 de junho de 2011 – Portal Terra – <http://esportes.terra.com.br/futebol/brasil2014/noticias/0,,OI5214477-EI10545,00-Operarios+de+arena+da+Copa+fazem+paralisacao+de+horas+em+PE.html>; 18 “Insatisfação na arena da Copa”, 1 de julho de 2010 – Blog do Torcedor – [http://jc3.uol.com.br/blogs/blogdotorcedor/canais/copa2014/2011/07/01/insatisfacao\\_na\\_arena\\_da\\_copa\\_105365.php](http://jc3.uol.com.br/blogs/blogdotorcedor/canais/copa2014/2011/07/01/insatisfacao_na_arena_da_copa_105365.php); 19 Somente a vigência de uma situação de exceção explica que a Secretaria de Articulação Nacional, da Secretaria Geral da Presidência da República, participe de uma negociação que, em condições normais, não teria nada de excepcional. Greves, negociações entre trabalhadores e capitalistas fazem parte do funcionamento regular de uma sociedade democrática e de um estado de direito. No Brasil dos mega-eventos, uma greve passa à alçada da Presidência da República!; 20 “Trabalhadores da Odebrecht param obras da Arena Pernambuco”, 19 de outubro de 2011 – Agência Brasil – <http://agenciabrasil.ebc.com.br/noticia/2011-10-19/trabalhadores-da-odebrecht-param-obras-da-arena-pernambuco>; 21 “Em nota, Odebrecht refuta acusação de assédio moral aos trabalhadores da Arena Pernambuco”, 4 de novembro de 2011 – Blog do Torcedor – JC Online – [http://jc3.uol.com.br/blogs/blogdotorcedor/canais/noticias/2011/11/04/em\\_not\\_a\\_odebrecht\\_refuta\\_acusacao\\_de\\_assedio\\_moral\\_aos\\_trabalhadores\\_da\\_arena\\_pernambuco\\_117946.php](http://jc3.uol.com.br/blogs/blogdotorcedor/canais/noticias/2011/11/04/em_not_a_odebrecht_refuta_acusacao_de_assedio_moral_aos_trabalhadores_da_arena_pernambuco_117946.php); 22 “Polícia e grevistas entram em confronto na Arena da Copa”, 3 de novembro de 2011 – JC Online – [http://jc3.uol.com.br/blogs/blogjamildo/canais/noticias/2011/11/03/policia\\_e\\_grevistas\\_entram\\_em\\_confronto\\_na\\_arena\\_da\\_copa\\_117899.php](http://jc3.uol.com.br/blogs/blogjamildo/canais/noticias/2011/11/03/policia_e_grevistas_entram_em_confronto_na_arena_da_copa_117899.php); 23 “Sindicato mantém paralisação na Arena Pernambuco e marca nova assembleia”, 4 de novembro de 2011 – Superesportes – Diário de Pernambuco – [http://www.mg.superesportes.com.br/app/noticias/copa-do-mundo/1,307,18,150/2011/11/04/noticia\\_copa\\_do\\_mundo,13692/sindicato-mantem-paralisacao-na-arena-pernambuco-e-marca-nova-assembleia.shtml](http://www.mg.superesportes.com.br/app/noticias/copa-do-mundo/1,307,18,150/2011/11/04/noticia_copa_do_mundo,13692/sindicato-mantem-paralisacao-na-arena-pernambuco-e-marca-nova-assembleia.shtml); 24 “Paralisação na Arena Pernambuco está suspensa”, 7 de novembro de 2011 – Jornal do Commercio – <http://jconline.ne10.uol.com.br/canal/esportes/copa-2014/noticia/2011/11/07/paralisacao-na-arena-pernambuco-esta-suspensa-21478.php>.

Estádio Mário Filho – Maracanã

Rio de Janeiro, Rio de Janeiro

Empresas responsáveis: Odebrecht, Delta e Andrade Gutierrez

1ª Paralisação: 17 de agosto a 22 de agosto de 2011

Duração: 5 dias

AS PARALISAÇÕES DAS OBRAS DO Maracanã foram, sem dúvida, as que mais tiveram repercussão nos meios de imprensa, assim como junto à FIFA e às autoridades brasileiras. Palco da final da Copa de 2014, o mais importante estádio brasileiro foi praticamente demolido e está sendo completamente reconstruído em uma obra cujo orçamento ultrapassa a casa de R\$ 1 bilhão. O principal estádio da Copa foi também cenário para a paralisação mais longa.

O estopim para a primeira paralisação das obras do Maracanã foi um acidente que feriu gravemente um operário que, segundo o sindicato (Sitraicp – Sindicato dos Trabalhadores nas Indústrias da Construção Pesada Intermunicipal do Rio de Janeiro), não estava habilitado para o serviço. Os cerca de 2 mil trabalhadores paralisaram imediatamente as atividades e

passaram a exigir reajuste salarial e aumento do auxílio refeição, além de concessão de seguro e plano de saúde.

Nilson Duarte Costa, presidente do Sitraicp, defendeu na imprensa o aumento salarial: *“Se aumenta o valor da obra, é justo que reivindicemos uma fatia maior do bolo”*<sup>25</sup>. Meses antes, o governo do estado havia anunciado que o orçamento da reconstrução do Maracanã passaria de R\$ 705,6 milhões para R\$ 956,7 milhões.

A greve terminou após acordo que garantiu aumento no valor da cesta básica de R\$ 110 para R\$ 160, concessão de plano de saúde, pagamento dos dias parados, estabilidade para a comissão de greve e uma comissão sindical para avaliar as condições de segurança da obra. Ficou definido ainda que nos próximos 90 dias seriam negociados a extensão do plano de saúde para as famílias dos trabalhadores e o aumento salarial para os operários que estariam ganhando abaixo da média do mercado.

2ª Paralisação: 1 a 19 de setembro de 2011

Duração: 19 dias

O DESCUMPRIMENTO DO ACORDO FECHADO durante a primeira paralisação resultou em nova greve. Os trabalhadores afirmaram que permaneciam sem plano de saúde, sem aumento no valor das cestas básicas e sem registro das horas extras no contra-cheque. Além disso, denunciaram a insalubridade no canteiro de obras, a falta de médicos de plantão durante o período noturno e, ao contrário do que previa o acordo anterior, uma queda de qualidade nas condições de trabalho. Alguns trabalhadores teriam, inclusive, ingerido comidas estragadas oferecidas no refeitório. Em entrevista à Agência Brasil, um operário chamado Sérgio Basílio da Silva resumiu o sentimento de alguns funcionários: *“Eu me sinto humilhado, porque passo a maior parte do meu dia na obra trabalhando do que na minha própria minha casa”*<sup>26</sup>.

No mesmo dia, a pedido do consórcio construtor, o Tribunal Regional do Trabalho (TRT-RJ) marcou uma audiência para dali a quatro dias. A reunião não resultou em acordo, e a obra permaneceu parada. Silvio Lessa, advogado do sindicato, acusou as empresas de dificultar o acordo: *“Não entendi o motivo de o consórcio ter pedido uma audiência conciliatória. Eles vieram aqui sem o propósito de conciliar. Disseram que não discutem mais com os trabalhadores. Então, vamos ter que aguardar os desdobramentos. Trouxemos testemunhas e estamos reunindo provas para resolver isso semana que vem”*<sup>27</sup>. O consórcio construtor solicitou ao TRT que a greve fosse considerada ilegal, e o tribunal deu ao Sitraicp um prazo para apresentar provas das acusações, antes que houvesse o julgamento definitivo.

No dia 16 de setembro, após 16 dias de paralisação, o TRT-RJ julgou abusiva a greve dos trabalhadores do Maracanã, e determinou a volta dos operários ao trabalho. Na porta do Ministério do Trabalho, cerca de 50 trabalhadores faziam uma vigília, com apitaços e orações, à espera da audiência.

O tribunal considerou que houve descumprimento legal por parte dos grevistas, que, antes de iniciar a paralisação, deveriam ter comunicado à construtora com dois dias de antecedência, convocando uma assembléia geral e esgotado as opções de negociação coletiva. Para tomar a decisão, o TRT também considerou o acordo assinado no final de agosto, justamente aquele que os trabalhadores alegavam estar sendo descumprido pelas empresas. Na ação, o consórcio havia pedido a anulação deste acordo, que tinha sido registrado no TRT no dia 21 de agosto, mas o tribunal decidiu manter os termos homologados.

Representantes do Sintraic questionaram o fato de, embora tivesse que ter havido sorteio, a turma que julgou a ação ter sido a mesma que julgou improcedente outra greve organizada pelo sindicato este ano, mesmo com parecer favorável emitido pelo Ministério Público. Segundo eles, um sorteio teria que ter sido feito.

Em declaração à imprensa, Nilson Duarte Costa, presidente do Sintraicp, lamentou a decisão e, com ironia, deu a entender que o tribunal teria sido parcial: *“Já estamos acostumados a esse tipo de julgamento, conhecemos o tribunal”*<sup>28</sup>. Em outra entrevista, Costa afirmou que as negociações devem continuar, mesmo com a derrota na Justiça, e ressaltou os pontos positivos da paralisação: *“Tenho certeza que o consórcio não vai ser burro o suficiente de continuar fechado como uma ostra, sem negociar. Vamos seguir a vida. Estamos há mil dias da Copa. Em vez de estarmos comemorando, estamos fazendo greve. Mas isso é da vida, quando você é maltratado tem que procurar um meio de chegar ao bem estar de todo mundo”*<sup>29</sup>.

Na segunda-feira, dia 19 de setembro, os operários voltaram ao trabalho.

Fontes: **25** “Operários do Maracanã em greve; obras estão paradas”, 18 de agosto de 2011 – Lancenet – [http://www.lancenet.com.br/copa-do-mundo/Operarios-Maracana-greve-obras-paradas\\_0\\_538146206.html](http://www.lancenet.com.br/copa-do-mundo/Operarios-Maracana-greve-obras-paradas_0_538146206.html); **26** “Operários que fazem reforma do Maracanã voltam a entrar em greve”, 1 de setembro de 2011 – Agência Brasil – <http://agenciabrasil.ebc.com.br/noticia/2011-09-01/operarios-que-fazem-reforma-do-maracana-voltam-entrar-em-greve>; **27** “Audiência não tem acordo, e greve no Maracanã segue sem data para acabar”, 5 de setembro de 2011 – GloboEsporte.com – <http://globoesporte.globo.com/futebol/copa-do-mundo/noticia/2011/09/maracana-audiencia-nao-tem-acordo-e-greve-segue-por-tempo-indeterminado.html>; **28** “Justiça considera abusiva a greve dos operários do Maracanã”, 16 de setembro de 2011 – Lancenet – [http://www.lancenet.com.br/copa-do-mundo/Justica-considera-abusiva-operarios-Maracana\\_0\\_555544572.html](http://www.lancenet.com.br/copa-do-mundo/Justica-considera-abusiva-operarios-Maracana_0_555544572.html); **29** “Greve dos operários do Maracanã é considerada abusiva por Tribunal”, 16 de setembro de 2011 – Jornal do Brasil – <http://www.jb.com.br/rio/noticias/2011/09/16/greve-dos-operarios-do-maracana-e-considerada-abusiva-por-tribunal/>.

Estádio Nacional de Brasília – Mané Garrincha  
Brasília, Distrito Federal  
Empresas responsáveis: Via Engenharia e Andrade Gutierrez

Paralisação: 26 de outubro a 4 de novembro de 2011  
Duração: dez dias

OS CERCA DE 2.500 TRABALHADORES da reconstrução do antigo estádio Mané Garrincha pararam suas atividades na manhã do dia 26 de outubro, após a demissão de um funcionário ligado ao sindicato da construção civil de Brasília. Depois de reunião com representantes do Consórcio Brasília 2014, o Sindicato dos Trabalhadores da Construção Civil e Mobiliária do Distrito Federal (STICMB) chegou a anunciar que os trabalhadores voltariam ao serviço no dia seguinte, mas a proposta foi rechaçada em assembléia pelos operários, que continuaram em greve.

A pauta de reivindicações era ampla e abarcava aumento salarial, aumento do pagamento para horas extras, inclusão de cestas básicas, bônus financeiro conforme produtividade no trabalho e pagamento imediato de 20 horas-prêmio prometidas havia três meses, além de melhorias das condições de segurança, do transporte e da alimentação, maior transparência na promoção dos trabalhadores, diminuição das filas no horário de almoço, implementação de planos de saúde e odontológico, melhor higienização do ambiente e limpeza mais adequada dos alojamentos e do refeitório, recesso para as festas de fim de ano, visita de familiares a trabalhadores alojados nas obras e viagem de alojados de outras cidades para visitar as famílias a cada 90 dias.

Algumas das reivindicações foram atendidas pelas empresas, mas o maior impasse acabou mesmo sendo a questão salarial. Em entrevista ao Portal da Copa, site oficial do Governo Federal, Raimundo Salvador, vice-presidente do Sticmb, afirmou que a remuneração dos trabalhadores do Consórcio Brasília 2014 estava abaixo da média paga no Distrito Federal: “Os salários na construção civil variam entre R\$ 1,5 mil e R\$ 1,7 mil e no estádio não passam de R\$ 1,2 mil”<sup>30</sup>.

No dia 28, o consórcio construtor entrou com uma ação de dissídio coletivo no Tribunal Regional do Trabalho alegando a ilegalidade da greve e solicitando a volta ao trabalho dos operários. A Justiça negou a liminar e marcou uma primeira audiência de conciliação entre as duas partes interessadas, que aconteceu no dia 31, mas que não resultou em acordo. O sindicato propôs uma bonificação por produtividade de R\$ 200 a R\$ 800 por mês. Durante a audiência de negociação no TRT eles aceitaram a diminuição desse valor em 50%. O consórcio, entretanto, se recusou a fazer contra-proposta, inclusive quanto às horas extras. Com relação ao auxílio alimentação, os operários pediram cesta básica de R\$ 176, em reação à proposta do consórcio, de R\$ 50. As empresas prometeram avaliar a sugestão do TRT-DF, que

foi o pagamento de uma cesta básica de R\$ 150. O consórcio negava a concessão de planos de saúde e ofereceu abono de 30% do salário a ser pago no Natal.

O Tribunal recomendou que negociações paralelas fossem feitas entre o sindicato e o consórcio, como forma de tentar evitar nova audiência. No dia 3 de novembro, no entanto, novamente as parte foram convocadas para se reunirem, e finalmente aceitaram uma proposta feita pelo TRT, que incluía dois abonos de 30% do valor do salário, cesta básica de R\$ 121,55, e reposição de metade dos seis dias úteis da paralisação, além de plano odontológico e recesso de fim de ano.

No dia seguinte, em assembléia, os trabalhadores decidiram pelo fim da paralisação.

Fonte: **30** “Operários e construtora do Estádio Nacional de Brasília não chegam a acordo no TRT”, 1 de novembro de 2011 – Portal da Copa – <http://www.copa2014.gov.br/noticia/operarios-e-construtora-do-estadio-nacional-de-brasilia-nao-chegam-acerto-no-trt>.

## Anexo 3

---

### QUADRO DE OBRAS – COPA 2014

Fonte: portal da transparência ([www.portaltransparencia.gov.br](http://www.portaltransparencia.gov.br)); portal da copa ([www.portal2014.org.br](http://www.portal2014.org.br)) e relatório “O TCU e a Copa 2014” de setembro 2011

<b>Obra</b>	<b>Custo Total Previsto</b>	<b>Responsável</b>
<b>RIO DE JANEIRO</b>		
Estádio Maracanã	R\$ 859.900.000,00 (R\$ 400.000.000,00 de BNDES)	Governo Estadual
Aeroporto Internacional do Galeão – Antônio Carlos Jobim	R\$ 813.240.000,00	Governo Federal (INFRAERO)
Porto	R\$ 314.000.000,00 (Governo Federal)	Cia das Docas do Rio de Janeiro
Transcarioca (BRT - corredor T5 - Aeroporto/Penha/Barra)	R\$ 1.883.600.000,00 (R\$ 1.790.000.000,00 BNDES, em 2 subcréditos)	Governo Municipal
Projeto Porto Maravilha	R\$ 223.190.000,00 (convênios com Min. das Cidades e Min. do Turismo; financiamento da CAIXA; recursos Município e Cia das Docas RJ)	Governo Municipal (CDURP – Cia de Desenv. Urbano da Região do Porto RJ)
<b>CUIABÁ</b>		
Arena Verdão	R\$ 454.200.000,00 (R\$ R\$ 285.393.900,00 BNDES)	Governo do Estado
Aeroporto Internacional de Várzea Grande/Cuiabá – Marechal Rondon	R\$ 87.500.000,00	Governo Federal (INFRAERO)
Adequação Viária e Acesso à Arena Verdão	R\$ 146.000.000,00 (R\$ 107.000.000,00 BNDES)	Governo Estadual
Corredor Mário Andreazza	R\$ 32.600.000,00 (R\$ 31.000.000,00 CAIXA)	Governo Estadual
VLT Cuiabá / Várzea Grande	R\$ 1.260.000.000,00	Governo Estadual

Empresa contratada	Escopo da obra
<p>Consórcio – MHA Andrade Gutierrez, Delta Engenharia e Odebrecht (concorrência pública 045/2010/SEOBRAS – lei 8.666/1993)</p>	<p>Adequações ao manual da FIFA (lugares, equipamentos, estacionamento etc.) e adaptações de acessos e fachada (Iphan)</p>
<p>Consórcio AMC-EPC (pistas e pátios); Consórcio Engevix/Planway (projeto TPS1) Thyssen Krupp Elevadores S/A e Rodoserv Engenharia Ltda (fornecimento e instalação de elevadores nos TPS 1 e 2); Remaster Tecnologia Ltda. (forros TPS1); Cembra Engenharia Ltda. (acessibilidade); Atto Indústria e Comércio de Equipamentos de Equipamentos de Segurança Ltda. (portas automáticas); Dematic Sistemas e Equipamentos de Movimentação de Materiais Ltda. (esteiras bagagens); Elevadores Villarta Ltda. (escadas rolantes); Paulo Octávio Investimentos Imobiliários Ltda. (obras); PJJ Malucelli Arquitetura e Construção Ltda. e Engemin - Engenharia e Geologia Ltda. (gerenciamento e fiscalização); VS Telecom Ltda. (telefonia)</p> <p>(contratos e licitações regidos pela lei 8.666/1993, modalidades: pregão, concorrência e carta convite e RDC; e dispensa de licitação)</p>	<p>Modernização e ampliação dos Terminais de Passageiros 1 e 2, ampliação e reformas de pistas e pátios de aeronaves</p>
<p>Geodril Engenharia LTDA. (concorrência pública – lei 8.666/1993, valor: R\$ 610.265,00)</p>	<p>Construção de píer para navios de passageiros</p>
<p>Consórcio Transcarioca – Delta Construções e Andrade Gutierrez (PPP – prazo de 1080 dias, com posterior período de conservação de 180 dias)</p>	<p>Desapropriações, projeto e obra (28 km, linhas expressa e paradora, 36 estações e 2 terminais, com integração física e tarifária com linha de trem e metrô). Conexão transversal, conectando eixos radiais existentes, e ligando o Aeroporto Internacional à Barra da Tijuca, passando pela Penha.</p>
<p>Consórcio Porto Novo: Construtora OAS Ltda., Construtora Norberto Odebrecht Brasil S.A. e Carioca Chistiani-Nielsen Engenharia S.A. (PPP na modalidade concessão administrativa)</p>	<p>Concessão administrativa dos serviços e obras de revitalização, operação e manutenção da AEIU Portuária (Área de Especial Interesse Urbanístico)</p>
<p>Consórcio Santa Bárbara e Mendes Júnior</p>	<p>Possibilidade de redução da capacidade após o Mundial (arquibancadas e cobertura desmontáveis), atendimento à certificação Leed (sustentabilidade)</p>
<p>Globo Engenharia Ltda. (projeto)</p>	<p>Reforma e ampliação do terminal de passageiros, adequação do sistema viário e estacionamento</p>
<p>obra não iniciada (previsão de início março 2012)</p>	<p>sem informação</p>
<p>Atrativa Engenharia</p>	<p>Ponte Mario Andreazza e duplicação da rodovia Mario Andreazza</p>
<p>obra não iniciada (previsão de início março 2012)</p>	<p>Substituição de sistema de corredores rápidos de ônibus (BRT) existente</p>

<b>BELO HORIZONTE</b>		
Estádio do Mineirão	R\$ 695.000.000,00 (R\$ 400.000.000,00 BNDES e R\$ 254.500.000,00 outras fontes)	Governo Estadual
Aeroporto Internacional de Confins – Tancredo Neves	R\$ 408.600.000,00	Governo Federal (INFRAERO)
Boulevard Arrudas / Tereza Cristina	R\$ 221.100.000,00 (R\$ 210.000.000,00 CAIXA)	Governo Municipal
BRT Antônio Carlos e Pedro I	R\$ 633.900.000,00 (R\$ 155.000.000,00 Estado; R\$ 428.000.000,00 CAIXA)	Governo Municipal
BRT Central	R\$ 57.900.000,00 (R\$ 55.000.000,00 CAIXA)	Governo Municipal
BRT Cristiano Machado	R\$ 135.300.000,00 (R\$ 128.500.000,00 CAIXA e R\$ 5.600.000,00 Estado)	Governo Municipal
BRT Pedro II / Carlos Luz (Catalão)	R\$ 27.900.000,00 (R\$ 3.700.000,00 Estado e R\$ 21.800.000,00 CAIXA)	Governo Municipal
Via 210 - Ligação Via Minério / Tereza Cristina	R\$ 106.200.000,00 (R\$ 24.800.000,00 Estado; e R\$ 72.000.000,00 CAIXA)	Governo Municipal
Via 710 - Ligação Andradas / Cristiano Machado	R\$ 174.900.000,00 (R\$ 70.500.000,00 Estado; e R\$ 78.000.000,00 CAIXA)	Governo Municipal
<b>BRASÍLIA</b>		
Estádio Mané Garrinha	R\$ 812.200.000,00 (R\$ 400.000.000,00 BNDES)	Governo do Distrito Federal
Aeroporto Internacional Presidente Juscelino Kubitschek	R\$ 748.400.000,00	Governo Federal (INFRAERO e ANAC – Ag. Nacional de Aviação Civil)
Ampliação da DF-047	R\$ 103.157.886,72 (R\$ 98.000.000,00 CAIXA)	Governo do Distrito Federal
VLT: Linha 1 / Trecho 1 (Aeroporto / Terminal Asa Sul)	R\$ 267.842.105,00 (R\$ 263.000.000,00 CAIXA)	Governo do Distrito Federal

Retech Serviços Especiais de Engenharia Ltda. (correção de anomalias e proteção das estruturas); Detronic Desmontes e Terraplanagem S/A (demolições e escavações); Minas Arena - Gestão de Instalações Esportivas S.A.: Egesa Engenharia, Hap Engenharia e Construcap CCPS Engffi e Comércio S.A (PPP concessão administrativa para operação e manutenção – 27 anos)	Reforma, renovação e adequação: modernização da estrutura e dos equipamentos (cobertura adicional, camarotes, lojas, restaurantes), melhoria do entorno (esplanada, estacionamento, passarela), pretende obter certificação Leed (sustentabilidade)
IQS Engenharia Ltda EPP; Engevix Engenharia S.A e A&A - Arte Arquitetura Isabel Caminha Ltda.; Consórcio Marquise-Normatel	Reforma e modernização do terminal de passageiros e adequação do sistema viário; Reforma e ampliação da pista de pouso e pátios
Consórcio Mendes Junior Trading Engenharia S.A.	Revitalização urbana do entorno e adequação para recebimento de corredores exclusivos para ônibus (BRT - Bus Rapid Transit). (3,5 km)
Consórcio Andrade Gutierrez – Barbosa Mello; e Consórcio Integração - Construtora Cowan & Delta Construções	Tráfego segregado de ônibus, ligando aeroporto Confins à região hoteleira e centro da cidade, passa pelo Complexo Mineirão/Mineirinho; 16 km, 25 estações
Tectran – Técnicos em Transportes Ltda. (projetos); Consórcio Belloacesso (portas automáticas); Consórcio Tratenge-Cetenco (obras)	Requalificação de vias preferenciais no centro abrigando faixas exclusivas de ônibus e integração dos sistemas de BRT (7,6 km)
Consórcio BRT-CM (projetos); Consórcio CONSTRAN/CONVAP-BRT (pavimentos rígidos); RMG Engenharia SC Ltda. (passarelas); Consórcio Belloacesso (portas automáticas); Consórcio CONSTRAN/UTC – Station (estações de passageiros)	Acesso entre centro e Estádio Mineirão, integrando-se ao metrô. 6,25 km, 16 terminais de embarque e desembarque
Consórcio CGP – LOGIT (projetos); Artesleste Construções Ltda. (obras viaduto “B”)	Faixas exclusivas de ônibus (BRT) nas principais vias de acesso ao Complexo Mineirão/Mineirinho. 12 km, 17 estações
Victória Tassara Engenharia e Consultoria Ltda. (projetos); Consórcio Constran-Convap (obra de trecho)	1,6 km com corredor de ônibus, ligando região do Barreiro ao centro da cidade e ao sistema de metrô
Engesolo Engenharia Ltda. (projetos); CGP – Consultoria, Gerenciamento e Planejamento Ltda. (projetos); Consórcio Construtora Aterpa S.A./M. Martins Engenharia e Comércio Ltda. (obras)	Corredor de ônibus com 4 km, integrando bairros da região nordeste e o BRT Cristiano Machado
MHA Engenharia Ltda.; Steer Davies & Gleave do Brasil Consultoria em Engenharia de Transportes Ltda.; NOVACAP – Companhia Urbanizadora da Nova Capital do Brasil - Castro Mello Arquitetos S/C Ltda.; Consórcio Brasília 2014: Andrade Gutierrez e Via Engenharia (obras)	Adequação às exigências da FIFA para reforma e ampliação
DMDL Montagens De Stands Ltda. (módulo operacional provisório – MOP); Consórcio Inframérica: Infravix Participações e Corporação América (holding argentina) – vencedora do leilão de concessão (4,5 bilhões de reais, para administrar por 25 anos). Infravix é um segmento da Engevix	Reforma e ampliação de Terminal de Passageiros; construção de pátio sul, sistemas eletrônicos, de telemática e eletromecânico. Concessão para Ampliação, Manutenção e Exploração do Aeroporto Internacional de Brasília – Fase 1B
Licitação da obra em andamento	Vias marginais e um túnel ou viaduto rebaixado por embaixo do Balão Sarah Kubitschek, o Balão do Aeroporto. Obra a ser realizada junto com VLT
Licitação da obra em andamento	VLT (Veículo Leve sobre Trilhos) - primeiro trecho vai ligar o Aeroporto de Brasília à Estação Sul no Setor Policial Sul, com a extensão de 6 km

**CURITIBA**

Arena da Baixada	R\$ 234.000.000,00 recursos privados (possibilidade de R\$ 25.000.000,00 BNDES)	Clube Atlético Paranaense (privado)
Aeroporto Internacional de São José do Pinhais/Curitiba - Afonso Pena	R\$ 84.490.000,00	Governo Federal (INFRAERO)
BRT Cândido de Abreu	R\$ 14.200.000,00 (R\$ 4.900.000,00 CAIXA)	Governo Municipal
BRT - Corredor Aeroporto Rodoferrviária	R\$ 160.300.000,00 (R\$ 104.800.000,00 CAIXA)	Governo Estadual e Municipal
Extensão da Linha Verde Sul	R\$ 19.473.684,21 (R\$ 18.500.000,00 CAIXA)	Governo Municipal
Corredor Metropolitano	R\$ 137.578.947,37 (R\$ 130.700.000,00 CAIXA)	Governo Estadual
Requalificação Corredor Marechal Floriano	R\$ 44.500.000,00 (R\$ 30.000.000,00 CAIXA)	Governo Estadual e Municipal
Requalificação da Rodoferrviária	R\$ 48.900.000,00 (R\$ 35.000.000,00 CAIXA)	Governo Municipal
Requalificação do Terminal de Santa Cândida	R\$ 12.700.000,00 (R\$ 12.000.000,00 CAIXA)	Governo Municipal
Sistema Integrado de Monitoramento	R\$ 71.789.473,68 (R\$ 68.200.000,00 CAIXA)	Governo Estadual e Municipal
Vias de Integração Radial Metropolitana	R\$ 38.421.052,63 (R\$ 36.500.000,00 CAIXA)	Governo Estadual

**FORTALEZA**

Arena Castelão	R\$ 518.600.000,00 (R\$ 351.500.000,00 BNDES)	Governo Estadual
Aeroporto Internacional Pinto Martins	R\$ 349.800.000,00	Governo Federal (INFRAERO)
Terminal Marítimo do Mucuripe	R\$ 149.000.000,00	Governo Federal (Cia Docas do Ceará)
BRT Avenida Alberto Craveiro	R\$ 33.700.000,00 (R\$ 23.700.000,00 CAIXA)	Governo Municipal
BRT Av. Dedé Brasil	R\$ 41.600.000,00 (R\$ 21.600.000,00 CAIXA)	Governo Municipal
BRT: Av. Paulino Rocha	R\$ 34.600.000,00 (R\$ 19.600.000,00 CAIXA)	Governo Municipal

Sem contrato	Atendimento das exigências da FIFA, com reforma das arquibancadas, cobertura e ampliação da capacidade, business center, serviço wiewless, praça de alimentação, centro comercial e estacionamento
Engemin Engenharia e Geologia Ltda.; EMPO Empresa Curitibana de Saneamento e Construção Civil Ltda.; DP Barros Pavimentação e Construção Ltda.; Dalcon Engenharia Ltda.; Beck de Souza Engenharia Ltda.; INCORP Consul. e Ass Ltda.	Ampliação do pátio e pista de táxi; Ampliação do Terminal de Passageiros, Restauro de pista de pousos e decolagens
Obra não iniciada	Expansão do sistema já existente na Avenida Cândido Abreu
Consórcio Dalcon/Tramo/Afirma (projetos); obra ainda não contratada	Construção de uma nova linha BRT entre o Aeroporto Afonso Pena e a Rodoferroviária
Sem informação (projeto já realizado, obra ainda não contratada)	Ampliação, em 3 km, da Linha Verde entre o Píneirinho e o Contorno Sul
Sem informação (projeto licitado)	Requalificação de diversas rodovias (52 km), com implantação de faixa exclusiva para ônibus, interligando diversos municípios
Sem informação (projeto já realizado, obra ainda não contratada)	Requalificação com extensão de 8 km será realizada nos trechos Linha Verde/Divisa Municipal/Aeroporto
Sem informação (projeto já realizado)	Reformas no edifício e melhoria da acessibilidade (entrada e saída de ônibus)
Sem informação (projeto já realizado)	Reforma e Ampliação
Sem informação (projeto já realizado, obra ainda não contratada)	Controle de semáforos, novo sistema de segurança no transporte coletivo e monitoramento de veículos pelo uso de câmeras distribuídas pela cidade
Sem informação (projeto licitado)	Facilitar o acesso ao centro de Curitiba (PR), com interligação da malha urbana local ao Corretor Metropolitano, (27,1 km)
Consórcio Arena Castelão Operadora de Estádio S/A: Galvão Engenharia S/A e Andrade Mendonça (concessão administrativa por 8 anos)	Inclui toda a estrutura da arena esportiva e um edifício garagem, área mista, praça de acesso e restaurantes
Engevix Engenharia S/A (projeto); Consórcio Nova Fortaleza: Conben Construções e Comércio Ltda., Paulo Octávio Investimentos Imobiliários Ltda. e MPE - Projetos e Montagens Especiais (vencedor licitação da obra)	Reforma e ampliação do terminal de passageiros, e adequação do sistema viário.
DTA Engenharia Ltda. (estudos viabilidade); Caruso Jr Estudos Ambientais e Engenharia Ltda. (EIA/RIMA); Consórcio Constremac-Serveng (construção)	Construção de terminal marítimo de passageiros, a construção de cais/berço, a pavimentação e urbanização de acessos e o estacionamento
Delta Construções S/A.	Complementação da ligação viária entre o setor hoteleiro principal da cidade ao Estádio Castelão
Delta Construções S/A.	Principal ligação viária entre o terminal rodometroviário de passageiros da Parangaba e o Estádio Castelão
Delta Construções S/A.	Complementação da ligação viária entre o 3º anel arterial, passando pelo principal canal de acesso regional da cidade (rodovia BR-116), ao Estádio Castelão, por meio de sistema de BRT (Bus Rapid Transit)

Eixo Via Expressa / Raul Barbosa	R\$ 151.600.000,00 (R\$ 141.700.000,00 CAIXA)	Governo Municipal
Estações: Padre Cícero e Montese	R\$ 35.000.000,00 (R\$ 33.200.000,00 CAIXA)	Governo Estadual
VLT: Parangaba / Mucuripe	R\$ 265.500.000,00 (R\$ 170.000.000,00 CAIXA)	Governo Estadual
<b>MANAUS</b>		
Arena Amazonas	R\$ 532.200.000,00 (R\$ 400.000.000,00 BNDES, em 2 subcréditos)	Governo Estadual
Aeroporto Internacional Brigadeiro Eduardo Gomes	R\$ 394.100.000,00	Governo Federal (INFRAERO)
Porto de Manaus	R\$ 89.400.000,00 (recursos Governo Federal)	Governo Federal
BRT Eixo Leste-Centro	R\$ 290.667.405,54 (R\$ 200.000.000,00 CAIXA)	Governo Municipal
Monotrilho Norte / Centro	R\$ 1.554.200.000,00 (R\$ 600.000.000,00 CAIXA)	Governo Estadual
<b>NATAL</b>		
Construção da Arena das Dunas	R\$ 417.000.000,00 (R\$ 396.571.000,00 BNDES)	Governo Estadual
Aeroporto São Gonçalo do Amarante	R\$ 557.800.000,00 (sendo R\$ 174.400.000,00 recursos do concessionário)	Governo Federal (INFRAERO e ANAC) e Governo Estadual
Terminal Marítimo de Natal	R\$ 53.700.000,00	Governo Federal (Cia das Docas do RN – CODERN)
Acesso ao novo Aeroporto São Gonçalo do Amarante	R\$ 73.100.000,00 (R\$ 12.100.000,00 CAIXA)	Governo Estadual
Corredor Estruturante Zona Norte/Arena das Dunas	R\$ 338.800.000,00 (R\$ 293.000.000,00 CAIXA)	Governo Municipal
Eixo 2: Implantação da Via Prudente de Moraes	R\$ 28.200.000,00 (R\$ 10.600.000,00 CAIXA)	Governo do Estado
Reestruturação Avenida Eng. Roberto Freire	R\$ 221.700.000,00 (R\$ 45.300.000,00 CAIXA)	

Delta Construções S/A.	Importante ligação viária entre o setor hoteleiro da cidade e o Estádio Castelão
Sem informação (projeto já realizado, desapropriações em andamento, obras não iniciadas)	Implantação de duas novas estações de metrô (Padre Cícero e Montese) na Linha Sul do metrô de Fortaleza (Metrofor)
MWH Brasil Engenharia e Projetos Ltda. (projetos); Consórcio CPE-VLT Fortaleza: CONSBEM, PASSARELLI e ENGEXATA (obras)	Ligação entre região hoteleira, centro e bairro Parangaba, integração com o ramal Parangaba/Castelão. (10 estações, 13 km de via e 6 obras de arte especiais)
Construtora Andrade Gutierrez S/A (obras); Consórcio Arena Manaus: Vetec Engenharia LTDA e Aeroservice Consultoria e Engenharia de Projeto Ltda. (gerenciamento e obras)	Estrutura de cobertura metálica; instalações elétrica e hidráulica; sistemas de ar condicionado, segurança; broadcasting; restaurante; estacionamento subterrâneo; sistema reaproveitamento água chuvas e ventilação natural
Consórcio ATP/LAGHI (projetos); Consórcio LAGHI/AP (projetos); Consórcio Encalso-Engenix-Kallas (obras)	Reforma e ampliação do terminal de passageiros 1 (TPS 1)
Sem informação (projeto realizado)	Adaptação de armazéns para terminal marítimo de passageiros e para bagagens, aumento de cais e defesas, urbanização de pátio para estacionamento e passarela coberta para pedestres
Sem informação (projeto realizado, desapropriações em andamento, obra não contratada)	Integração com monotrilho, formando um “anel” de transporte público coletivo, atenderá nova região hoteleira e Polo Industrial (23 km)
Sem informação (projeto realizado, desapropriações em andamento, obra não contratada)	Ligação entre região norte e centro, passando pela rodoviária, região hoteleira e Arena Amazônia. Estrutura elevada e segregada, minimiza conflitos com tráfego e reduz desapropriações; integração com demais transportes públicos de ônibus, incluindo o BRT eixo Leste/Centro.
Arena das Dunas Concessão e eventos S/A – OAS (concessão administrativa 20 anos – construção, manutenção e operação)	Demolição dos atuais Estádio e Ginásio poliesportivo para construção da Arena (Bairro Lagoa Nova)
Comando do exército (convênio obra); Departamento de Engenharia e Construção do Exército (termo cooperação obra); Engenix Engenharia S/A (apoio na fiscalização). Consórcio Inframérica: Engenix e Corporación América (concessão de 28 anos – obra e operação)	Construção do terminal de passageiros, do sistema viário de acesso, da infraestrutura da pista de pouso e dos sistemas de auxílio e proteção ao voo
Constremac Construções Ltda. (obra)	Adaptação do frigorífico e do galpão para o Terminal Marítimo de Passageiros, aumento do cais e pavimentação e urbanização da área
Sem informação (projeto realizado, desapropriações em andamento, obra não contratada)	Sem informação
Sem informação	Sem informação
Sem informação (projeto realizado)	Prolongamento de 4,8 quilômetros até a BR 101, melhorando tráfego entre Arena das Dunas e Aeroporto Internacional Augusto Severo em Parnaímirim
Sem informação	Sem informação

<b>PORTO ALEGRE</b>		
Reforma do Estádio Beira Rio	R\$ 290.000.000,00 (recursos privados)	Sport Clube Internacional
Aeroporto Internacional Salgado Filho	R\$ 345.800.000,00 (recursos Governo Federal)	Governo Federal (INFRAERO)
BRT Bento Gonçalves / Portais Azenha e Antônio Carvalho (2 estações)	R\$ 24.200.000,00 (R\$ 23.000.000,00 CAIXA)	Governo Municipal
BRT João Pessoa	R\$ 32.500.000,00 (R\$ 28.000.000,00 CAIXA)	Governo Municipal
BRT Protásio Alves	R\$ 55.800.000,00 (R\$ 53.000.000,00 CAIXA)	Governo Municipal
Complexo da Rodoviária	R\$ 21.000.000,00 (R\$ 19.000.000,00 CAIXA)	Governo Municipal
Corredor Avenida Tronco	R\$ 139.000.000,00 (R\$ 129.300.000,00 CAIXA)	Governo Municipal
Corredor Padre Cacique / Av. Beira Rio	R\$ 156.400.000,00 (R\$ 78.200.000,00 CAIXA)	Governo Municipal
Corredor Voluntário da Pátria e Terminal de Ônibus São Pedro	R\$ 30.000.000,00 (R\$ 24.000.000,00 CAIXA)	Governo Municipal
Corredor 3ª Perimetral (obras de arte)	R\$ 120.400.000,00 (R\$ 94.600.000,00 CAIXA)	Governo Municipal
Monitoramento dos 3 Corredores	R\$ 14.400.000,00 (R\$ 13.700.000,00 CAIXA)	Governo Municipal
Prolongamento da Av. Severo Dullius	R\$ 40.800.000,00 (R\$ 21.600.000,00 CAIXA)	Governo Municipal
<b>RECIFE</b>		
Construção de Novo Estádio "Arena Pernambuco"	R\$ 500.200.000,00 (R\$ 400.000.000,00 BNDES, em 2 subcréditos)	Governo Estadual
Aeroporto Internacional Gilberto Freyre	R\$ 18.500.000,00	Governo Federal (INFRAERO)

Andrade Gutierrez (contrato de direito privado)	Reforma geral e construção de nova cobertura em estrutura metálica, cobrindo todo o estádio, inclusive as rampas e os acessos aos portões
Ministério da Defesa - Comando do Exército - Departamento de Engenharia e Construção (termo cooperação téc e financeira); IDEA Engenharia e Construtora Ltda. (licitação, obra MOP TPS); Eurobravin Comércio e Serviços Ltda. (licitação, fornecimento MOP TPS); Ecoplan Engenharia Ltda. (projeto TPS)	Ampliação pista pouso e decolagem; instalação MOP; Reforma e Ampliação do Terminal de Passageiros (1ª Fase)
Sem informação (não iniciado)	2 estações, 9,4 km, ligando a zona sudeste ao centro da cidade
Sem informação (não iniciado)	Implantação de BRT na Avenida João Pessoa
Sem informação (não iniciado)	Adequação dos atuais corredores de ônibus para o sistema BRT (Bus Rapid Transit), com 11 estações
Sem informação (não iniciado)	Viaduto de ligação das avenidas Júlio de Castilhos e Presidente Castelo Branco; complementação da 1ª Av. Perimetral
Sem informação (projeto realizado)	Duplicação de 3,4 km da Avenida Moab Caldas (Tronco), construção de ciclovia e corredor de ônibus, com duplicação, a avenida representará uma nova alternativa de deslocamento à Zona Sul de Porto Alegre
Sem informação (não iniciado)	Corredor de ônibus na Avenida Padre Cacique (5,5 km); duplicação de 1,8 km Avenida Beira-Rio (próximo do Estádio Beira-Rio); duplicação do 4º trecho da Av. Beira-Rio (ligação entre Estádio Beira-Rio e Centro – 1,2km)
Sem informação (não iniciado)	Extensão e duplicação (3,5 km) da Rua Dona Teodora e Pe. Leopoldo Bretano, com faixa exclusiva para ônibus, ciclovia, passeios públicos e terminal de ônibus Estação São Pedro
Sem informação (não iniciado)	Intervenções no sistema viário da 3ª perimetral
Sem informação (não iniciado)	Controle por sistema de monitoramento do tráfego dos corredores de ônibus das avenidas Tronco, 3ª Perimetral e Padre Cacique/Beira Rio
Sem informação (não iniciado)	Alargamento e prolongamento em 2 km da avenida, ligando-a à avenida Assis Brasil. A proposta se baseia no plano de expansão do aeroporto, apresentado pela INFRAERO
Arena Pernambuco Negócios e Investimentos S.A.: Norberto Odebrecht S.A. (concessão administrativa - 33 anos com construção e exploração)	Inclui conj. residencial 9 mil residências para classes “B” e “C”, centro comercial, hotéis, hospital. Conexão com metrô por meio de VLT ou VLP, localização a 3 km da Rodoviária Estadual e próxima às rodovias BR 101, BR 232 e BR 408.
ATP Engenharia Ltda. (projeto)	Nova torre de controle

Terminal Marítimo de Recife	R\$ 25.700.000,00 (recursos Governo Federal)	Governo Federal (Porto de Recife S/A)
BRT: Leste / Oeste – Ramal Cidade da Copa	R\$ 137.000.000,00 (R\$ 99.000.000,00 CAIXA)	Governo Estadual
BRT: Norte / Sul – Trecho Igarassu / Tacaruna/ Centro	R\$ 180.900.000,00 (R\$ 162.000.000,00 CAIXA)	Governo Estadual
Corredor Caxangá (Leste/Oeste)	R\$ 86.800.000,00 (R\$ 71.000.000,00 CAIXA)	Governo Estadual
Corredor da Via Mangue	R\$ 433.200.000,00 (R\$ 331.000.000,00 CAIXA)	Governo Municipal
Terminal Cosme e Damião	R\$ 19.000.000,00 (R\$ 15.000.000,00 CAIXA)	Governo Estadual

#### SALVADOR

Reconstrução do Estádio da Fonte Nova	R\$ 591.700.000,00 (R\$ 323.629.000,00 BNDES)	Governo Estadual
Aeroporto Internacional Deputado Luís Eduardo Magalhães	R\$ 47.600.000,00	Governo Federal (INFRAERO)
Terminal Marítimo de Salvador	R\$ 36.000.000,00	Governo Federal (Cia das Docas do Estado da Bahia – CODEBA)

#### SÃO PAULO

Arena São Paulo (Estádio do Corinthians)	R\$ 820.000.000,00 recursos privados (R\$ 420.000.000,00 BNDES)	Corinthians Futebol Clube
Aeroporto Internacional de São Paulo / Guarulhos	R\$ 651.000.000,00 (recursos Governo Federal) R\$ 1.420.000.000,00 (recursos Concessionária)	Governo Federal (INFRAERO e ANAC – Ag. Nacional de Aviação Civil)
Aeroporto Internacional de Viracopos / Campinas	R\$ 7.000.000,00 (recursos Governo Federal) R\$ 1.180.000.000,00 (recursos Concessionária)	Governo Federal (INFRAERO) e ANAC – Ag. Nacional de Aviação Civil
Terminal Marítimo de Santos	R\$ 235.000.000,00	Governo Federal (Cia das Docas do Estado de SP)
Construção do Monotrilho (Linha Ouro)	R\$ 1.881.500.000,00 (R\$ 1.082.000.000,00 CAIXA)	Governo Estadual (Metrô)

Concrepoxi Engenharia Ltda. (obra)	Adaptação do armazém 7, construção de uma nova área para terminal marítimo de passageiros e pavimentação, urbanização de acessos e estacionamento
Sem informação (projeto realizado)	Ligação da Avenida Caxangá com a Cidade da Copa (3 km)
Sem informação (projeto em andamento)	Extensão de 15 km, conexão com os projetos Corredor Caxangá Leste-Oeste e Corredor da Via Mangue
Sem informação (projeto realizado)	Faixa exclusiva de ônibus, ligando a Avenida Conde da Boa Vista à Avenida Caxangá. (12 km), com calçadas e novas paradas de ônibus na Conde da Boa Vista (centro)
Construtora Queiroz Galvão S/A (obras); outros contratos sem informação	Via expressa (4,5 km) e corredor exclusivo de tráfego de veículos para a Zona Sul, margeando o Manguezal do Pina, área de preservação
Sem informação (projeto realizado)	Terminal tem o objetivo de melhorar o trânsito das pessoas na Linha Centro, facilitando acesso entre Rodoviária e Arena Cidade da Copa. (Metrô de Recife tem 39,5 km e 28 estações)
Fonte Nova Negócios e Participações S.A - FNP - Odebrecht Investimentos e Infraestrutura Ltda. e a Construtora OAS Ltda. (concessão administrativa em PPP por 35 anos: obras, operação e manutenção)	Demolição do atual estádio e construção de nova arena, com exploração econômica via PPP por 35 anos
Consórcio ATP – TRAÇO: ATP Engenharia Ltda. e Traço Planejamento e Arquitetura Ltda. (projeto TPS); UFC Engenharia (apoio à fiscalização). Projeto de torre de controle e ampliação de pátios realizado	Torre de Controle; reforma e adequação do Terminal de Passageiros e ampliação do pátio de aeronaves
Chroma Construções Ltda.. (vencedora licitação obra); projeto realizado; licitação para fiscalização em andamento	Adaptação de armazém para terminal marítimo de passageiros
Construtora Norberto Odebrecht (está sendo firmado contrato)	Construção de novo estádio
SP Graphos Arquitetura e Construções Ltda. (planialtimétricos pátios e pistas); Comando do Exército (termo cooperação – projeto pistas); Delta Construções S/A. (construção TPS 4); Consórcio Invepar: Invepar (Investimentos e Participações em Infraestrutura S.A) e ACSA (África do Sul) (concessão para ampliação, manutenção e exploração por 20 anos)	Construção de Pistas de Táxi e de Saída Rápida; Construção do Terminal de Passageiros 3 (1ª Fase); Ampliação e Revitalização do Sistema de Pistas e Pátios; Construção do Módulo Operacional – MOP 1; Construção do Módulo Operacional – MOP 2; Terminal de Passageiros 4; Concessão com prazo de 20 anos, para Ampliação, Manutenção e Exploração (Fase 1B)
Paleta Pintura e Propaganda Ltda. (MOP); CVF Engenharia e Comércio Ltda.; Formespaço Móveis e Instalações Ltda.; Dematic Sistemas e Equipamentos de Movimentações de Materiais Ltda.; Aeroportos Brasil: Triunfo Participações e Investimentos, UTC Participações e Egis Airport Operation (Concessão por 30 anos)	Adequação do Terminal de Passageiros Existente; Construção de Módulo Operacional Provisório (MOP); Construção do Novo Terminal de Passageiros (TPS) e Pátio (1ª fase); Concessão para ampliação, manutenção e exploração
Sem informação (projeto realizado, licitação de obras e de fiscalização em andamento)	Alinhamento do Cais e Implantação de Via Interna de Acesso na Área Portuária.
Consórcio Monotrilho Integração (projeto e obra)	Ligação do Aeroporto de Congonhas à rede metroferroviária, por meio de sistema de monotrilho

